

REVISTA

*Cadernos de África
Contemporânea*

VOL.3 Nº 5

-2020-

Revista Cadernos de África Contemporânea

Volume 03, n. 05, jan – jun 2020.

Revista Cadernos de África Contemporânea
Grupo de Pesquisa África do Século XX História do Tempo Presente (UNEB/UNILAB)
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da
África - Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II, Alagoinhas.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. Todos os direitos reservados ao Grupo de Pesquisa África do Século XX e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África da UNEB. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados.

Editor geral:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Editoração eletrônica:

Prof. Dr. Rogério Jair Link

Revisão linguística:

Profa. Dra. Jacimara Vieira dos Santos

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

Design da capa:

Prof. Dr. Rogério Jair Link

Sítio de internet:

<https://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/cac/index>

Ficha Catalográfica — Biblioteca do Campus II/UNEB – Bibliotecária: Maria Ednalva Lima Meyer (CRB: 5/504)

Grupo de Pesquisa África do Século XX

Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África

Departamento de Educação, Campus II Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3 – CEP 48.040-210 Alagoinhas – BA

Caixa Postal: 59 – Telefax.: (75) 3422-1139

Cadernos de África Contemporânea: Revista do Grupo de Pesquisa África do Século XX e do

Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do

Estado da Bahia –DEDC II,

v.; il. Semestral ISSN: 2595-5713 online

© 2020 Grupo de Pesquisa África do Século XX

Revista Cadernos de África Contemporânea, do Grupo de Pesquisa África do Século XX (UNEB/UNILAB), e do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas, ISSN 2595-5713 online, v. 3, n. 05, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.capoeirahumanidadeseletras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/cac/index>

Editor:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Comitê Editorial Executivo:

Alexandre António Timbane
Ercílio Neves Brandão Langa
Alyxandra Gomes Nunes
Bas' Iele Malomalo
Ivaldo Marciano de F. Lima
Jacimara Vieira dos Santos
Marcos Carvalho Lopes

COMISSÃO EDITORIAL

Joselito Brito de Almeida (UNEB)
Bas' Iele Malomalo UNILAB
Detoubab Ndiaye UNEB
Priscila Gomes Correa UNEB
Pedro Acosta Leyva UNILAB
Osmundo Pinho (UFRB)
Juvenal de Carvalho Conceição (UFRB)
Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC)
Gabriela de Sousa Costa (UFC)
Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE)
Josenildo de Jesus Pereira (UFMA)
Franck Gilbert Ribard (UFC)
Júlio Cláudio da Silva (UEA)
Patricia Teixeira Santos (UNIFESP)
Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)
Sivio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ)
Denise Dias Barros (USP)
Silvio Marcus de Souza Correia (UFSC)
Mahfouz ag Adnane (PUC SP)
Patrício Victorino Langa (Universidade Eduardo Mondlane - UEM)
Frederico Emiliano Satumbo (Universidade Agostinho Neto- UAN)
Elisio Macamo (Universidade de Basel - Suíça)
Victor Kalibanga (Universidade Agostinho Neto)
José Manuel Peixoto Caldas (Universidade do Porto)
Donatien Dibwe dia Mwembu (Université de Lubumbashi RDC)
David Andrew (Wits School of Arts, University of the Witwatersrand)
Roberto Conduru (Southern Methodist University, Dallas, EUA)
Olabiyi Yai (University of Florida/ Prof. da Universidade de Ifè)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ESTUDOS AFRICANOS E REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA

Coordenação:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima (UNEB/DEDC II)

Docentes:

Alyxandra Gomes Nunes (Doutora) DCH V UNEB;
Celeste Maria Pacheco Andrade (Doutora) DEDC II UNEB;
Detoubab Ndiaye (Doutor) DEDC II UNEB;
Iêda Fátima da Silva (Doutor) DEDC II UNEB;
Ivaldo Marciano de França Lima (Doutor) DEDC II UNEB;
José Ricardo Moreno Pinho (Doutor) DEDC II UNEB;
Joselito Brito de Almeida (Mestre) DEDC II UNEB;
Alexandre Antônio Timbane (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Ercílio Neves Brandão Langa (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Marcos Carvalho Lopes (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;
Pedro Acosta Leyva (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês.

GRUPO DE PESQUISA ÁFRICA DO SÉCULO XX DOCENTES REGISTRADOS NO CNPQ:

Cíntia Nolácio de Almeida Maia - UNEB DCH IV
Danilo Ferreira da Fonseca - UNICENTRO PR
Denise Dias Barros - USP
Detoubab Ndiaye – UNEB DEDC II
Eduardo Antonio Estevam Santos – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Emi Koide - UFRB
Ercilio Neves Brandao Langa – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Fábia Barbosa Ribeiro – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Ivaldo Marciano de França Lima - UNEB DEDC II
Josenildo de Jesus Pereira - UFMA
Juliana Barreto Farias – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Mahfouz Ag Adnane - CASA DAS ÁFRICAS (NÚCLEO AMANAR)
Marcos Carvalho Lopes– UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Pedro Acosta Leyva – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS
Rodrigo Castro Rezende UFF/ CAMPOS DOS GOYTACAZES

Apoio:

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Reitor: Prof. Ms. José Bites de Carvalho
Vice-Reitor: Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Márcea Andrade Sales
Diretora do Departamento de Educação, DEDC II - Maria Neuma Mascarenhas Paes.



ISSN: 2595-5713

Vol. 3 | N°. 5 | Ano 2020

EDITORIAL - CADERNOS DE ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO

Alexandre António Timbane
Ercílio Neves Brandão Langa
Alyxandra Gomes Nunes
Bas'Ílele Malomalo
Ivaldo Marciano de F. Lima
Jacimara Vieira dos Santos
Marcos Carvalho Lopes

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano de França Lima
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

PANDEMIA, NEGACIONISMO, MORTES, CRISE, DESEMPREGO, OLAVISMOS... 2020 SERÁ DIFÍCIL DE SER ESQUECIDO (OU LEMBRADO)!

Ivaldo Marciano de França Lima

Não, não! O leitor e a leitora não estão lendo demais ou de menos.... Como não tivemos nenhum dossiê para este número, e como estávamos imersos nas notícias ruins do dia a dia, optamos por incluir nas letras garrafais aquilo que está tornando mais difícil o que já o é por si só. Sim, prezados leitor e leitora, é exatamente isso o que nós, pesquisadores, acadêmicos e estudiosos em geral também estamos enfrentando. E aqui não se trata de expor nenhum juízo de valor para nada, mas apenas constatar o que talvez vossas senhorias estejam sentindo na pele. Algumas vezes temos a impressão de que a tempestade vai continuar sem parar. Há momentos em que acreditamos que o tempo está tão ruim, mas tão ruim, que sentimos saudades de quando enfrentávamos uma ou outra dificuldade, mas que nem de longe se assemelhavam aos dias vividos na atualidade.

E que tempo! Discentes de programas de pós-graduação tendo suas bolsas cortadas, cientistas, pesquisadores de várias áreas com seus projetos de pesquisa cancelados, homens e mulheres perdendo seus empregos, ameaças de instabilidade para a ordem institucional por parte de um desqualificado (perdão, mas não encontrei adjetivos para nomear o dito cujo) que não sabe o que é ser presidente de uma República... E como se não bastasse, o vírus e a pandemia complementam o desastre e caos. Mortes, muitas mortes... Pessoas queridas, amadas, perdendo suas vidas por conta de uma desastrada e assassina política de Estado... E pessoas negando as mortes, o vírus, as doenças... O caos só se completa em meio a loucura implantada por aqueles que negam a ciência e se informam exclusivamente pelas redes sociais, ou, mais precisamente através dos contatos de suas bolhas. Sim, este é o contexto em que vivemos atualmente. Enfrentamos não apenas a pandemia, mas também os efeitos decorrentes de uma polarização que traz consigo os elementos de uma identidade política extremada, aonde os partícipes de um dado grupo rejeitam tudo o que é dito pelo suposto adversário, tornado inimigo a partir da estrutura filosófica disposta por aqueles que confundem amizade, alinhamento, razão e ciência. Eis os efeitos das certezas postas em sua condição extrema.

O que hoje se nomeia por olavismo, no caso, atitudes pautadas pela grosseria, visão curta e amparada em crenças absurdas, não deve ser percebido como algo exclusivo dos insanos associados ao negacionismo, e que na política se colocam, conforme convenção, no espectro da direita. Às vezes, indivíduos com algumas destas características são encontrados também nas esferas da academia e dos programas de pós-graduação. Quem são estes? Ora, são aqueles que confundem ciência com seu próprio engajamento social (ou com os desígnios de sua religião), e fazem de ambos algo de uma mesma esfera, esquecendo que para a primeira o exercício da

dúvida e da incerteza continua sendo elemento fundamental. Estes, inclusive, se apresentam como sendo “progressistas”, apesar de apresentarem, em alguns momentos, posições assemelhadas com aqueles que supostamente combatem. Celebram essências, como se as práticas, costumes, gestos, pensamentos, fazeres, dentre outros aspectos, fossem dotadas de uma substância primordial, imutável! É claro que a teoria deve estar vinculada, para não correremos o risco de fazer uma ciência desconectada da realidade; no entanto, a objetividade deve prevalecer. Somente assim, isto é, combatendo os essencialismos, é que a ciência pode servir aos movimentos sociais.

A análise de eventos, fenômenos e fatos não pode ser tomada por pressupostos dotados de apriorismos. É fundamental o estabelecimento do estranhamento, da dúvida, como forma de encontrar respostas que não destoe tanto daquilo que nos propomos traduzir. Ora, quando uma representação difere “da coisa representada” é sinal de que há algo errado no processo, no método utilizado. E isto é o que normalmente nomeamos por “enviesamento” da questão. Ciência é sinônimo de dúvida, de incerteza, e mesmo quando chegamos aos resultados, estes devem ser tomados como provisórios, pois o conhecimento se constrói desta forma. Não existe conhecimento definitivo, mas aquele possível de se conhecer, logo, a ciência deve ser pautada pela dúvida, cautela, incerteza e método, aliás, para esta última palavra, “distância” e “estranhamento” são companheiras inseparáveis.

E por que escrevo isso, devem estar se perguntando os ilustres leitor e leitora.... Bem, é que além de enfrentar crise, pandemia, cortes de verbas para pesquisas, desempregos, ainda no deparamos com afirmações destituídas de cientificidade. O continente africano, no dizer de alguns, deixa de ser um espaço habitado por povos, falantes de mais de duas mil línguas com práticas e costumes diversos, plurais, para serem reduzidos aos velhos conceitos homogeneizantes do colonialismo. São transformados em um só povo, representados exclusivamente pela cor de sua pele (o que por si só já revela desconhecimento das pessoas que habitam o continente, pois mesmo no tom escuro há diversas gradações da cor), como se fossem dotados de práticas universais, unas.... Para quem se dedica com afinco às pesquisas, ouvir ou ler determinadas frases não é algo fácil. Mas, isto é parte do processo. A África, na sua diversidade e riqueza cultural, não pode deixar-se capturar pelos discursos homogeneizadores de uma posição, seja a dos movimentos que julgam responder por ela, seja a dos que para ela têm uma solução profética. A dimensão crítica e de busca é a atitude sadia e científica de quem é obrigado, por dever profissional, a investigar e tratar os assuntos da história contemporânea. Que em breve tenhamos vacinas na terra que não é plana, e que o continente africano tenha sua condição de plural e múltiplo reconhecido por aqueles e aquelas que se dedicam a compreender/desvendar sua história!!!!

Cadernos de África Contemporânea insiste em viver, assim como seus mentores, organizados no Grupo de Pesquisa África do Século XX. Um periódico como este, a despeito das suas dificuldades, tem sua importância por levar conhecimento para a sociedade, divulgar artigos resultantes de pesquisas de estudiosos e estudiosas de várias partes do mundo, além de propiciar inspiração para novas pesquisas. É assim que se faz ciência, e será desta forma que faremos o conhecimento ser difundido, divulgado. É desta forma que procedemos também, em outros espaços, a exemplo do Youtube, no qual mantemos um canal de palestras, entrevistas e vídeos...

Mas, enfim, vamos ao que interessa, ou seja, ao número 05, do volume 03.... Este número traz consigo artigos de colegas brasileiros (da Bahia, como não poderia deixar de ser, mas também de São Paulo e do Rio Grande do Sul), moçambicanos e senegaleses. Nosso propósito é trazer o que há de melhor para nossos leitores, e isto se traduz nos textos deste número. Oito artigos integram a edição, indicando questões diversas sobre diferentes áreas e pontos de vista. Eis o escopo de Cadernos de África Contemporânea!

O primeiro artigo, intitulado **Estudo Etnográfico sobre os catadores de lixo da lixeira pública de Hulene (Maputo)**, de autoria de Fiel Orlando Matsinhe, Margarida Paulo e Alexandre António Timbane, traz uma bela discussão e reflexão a respeito dos modos como os catadores se veem perante a sociedade moçambicana, bem como de aspectos relacionados com importante tema, de grande relevância na sociedade atual: a reciclagem de resíduos sólidos. Os autores se valeram de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa participante, o que por si só nos traz detalhes não apenas de como os catadores tecem suas vidas em um espaço visto com desprezo pela sociedade, mas também nos fazendo ver outros aspectos da Maputo contemporânea.

O segundo artigo, intitulado **Construção política e econômica entre Brasil e Angola de 1979 até o governo Luís Inácio Lula da Silva**, de autoria de José Francisco dos Santos, mostra os muitos aspectos que pautaram as políticas externas dos governos brasileiros em relação ao continente africano e Angola. Utilizando-se de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas (além de larga expertise de pesquisa que reúne sobre o tema), o autor nos mostra questões de largo interesse para os desejosos na reflexão sobre as relações externas do Brasil, como também para àqueles interessados em perceber as contradições e ambiguidades entre política externa e interna. O artigo é bastante profícuo por trazer vozes de quem dispõe de análises acuradas sobre o tema. Aqui temos História e Relações Internacionais em perfeita harmonia, em um texto bastante elucidativo.

O terceiro artigo, intitulado **Lei 10639/2003 e as DCNERER: algumas considerações sobre os sentidos de África presentes nesses documentos**, de autoria de Cinthia Nolácio de Almeida Maia, nos brinda com uma instigante discussão sobre as relações entre os movimentos

sociais negros brasileiros, o pan-africanismo e as ressonâncias dos discursos destes sob a forma de conceitos e sentidos nos textos da lei 10639, nas DCNERER, bem como nas compreensões de militantes de movimentos sociais (e mesmo acadêmicos) de uma África una, essencializada e ligada a estereótipos que não se confirmam nas práticas e costumes existentes nos povos que habitam o continente africano. O artigo de Cinthia é extremamente necessário em tempos de espíritos agudizados e polarizados, nos fazendo ver que a condição de intelectual e acadêmico não deve ser pautada por certezas cristalizadas e distantes do que se pode confirmar no velho chão do que nomeamos por “realidade”.

O quarto artigo, intitulado **A figura do professor na literatura africana francófona no período colonial e pós-colonial**, de autoria de Detoubab Ndiaye, discute diferentes representações e performances de professores em alguns países do continente africano. O autor, senegalês de nascimento, se vale da profícua análise de diversas obras da literatura para discutir os modos como a figura do professor foi representada, indicando personagens com diferentes juízos e formatos. Por sua originalidade em analisar as performances professorais a partir das narrativas literárias, Detoubab Ndiaye nos mostra detalhes de como é a educação em alguns dos países do continente africano, além de ressaltar o poder que a Literatura dispõe em inventar/forjar e representar o cotidiano, acrescentando mais um ponto para a polêmica eterna de que é a vida que imita a arte, ou “a arte que imita a vida”.

O quinto artigo, intitulado **Colonização e o paradoxal emprego de degredados em Moçambique: por uma historicidade de um grupo marginal**, de autoria de Martinho Pedro, traz uma discussão sobre o uso de degredados (pessoas condenadas pela justiça na metrópole, no caso, em Portugal) no aparelho colonial em Moçambique. O autor se utiliza de documentação do período para analisar as contradições de um sistema que retirava os direitos de um indivíduo, em determinado espaço, mas lhe conferia outros, por absoluta escassez de recursos humanos para gerir e administrar aquela que era, no dizer do autor, a colônia mais precária em termos de recebimento de recursos e material humano. O autor também mostra as contradições de um colonialismo que se pautava pela condição inata da origem das pessoas. Um degredado, mas português, certamente teria mais valor do que um douto moçambicano. Esta questão, do degredado como passível de ocupar cargos na colônia, é classificada pelo autor como paradoxal, conduz o leitor para o entendimento da precariedade com que Portugal se valeu para gerir suas colônias, especialmente Moçambique.

O sexto artigo, intitulado **“A libertação da mulher é uma necessidade da revolução”:** **da organização da mulher angolana à organização da mulher moçambicana (1961-1975)**, de autoria de Júlia Tainá Monticeli Rocha, discute duas organizações de mulheres “Organização da mulher moçambicana (OMM) e a Organização da Mulher Angolana (OMA)” que foram

criadas durante o processo de luta pela independência de Moçambique e Angola. A autora faz uso de documentos oficiais da FRELIMO e MPLA, e analisa como estas organizações construíram, a partir dos seus discursos, sentidos diferentes para o conceito de mulher, que eram destoantes daqueles existentes nas sociedades angolana e moçambicana da época colonial. Julia Rocha, na análise da documentação, nos traz algumas questões importantes que apontam para a complexidade existente nos processos de libertação destes importantes países do continente africano. Aqui temos uma historiadora de larga competência, tratando de um tema espinhoso por natureza.

O sétimo artigo, intitulado **Lukaku, Kompany e companhia: uma análise da “contribuição” congoleza para a formação da “Geração De Ouro” do futebol masculino belga**, de autoria de Felipe Antônio Honorato e Guilherme Silva Pires de Freitas, apresenta uma excelente reflexão sobre o futebol da Bélgica, notadamente suas seleções das copas do mundo mais recentes, e as relações destas com os processos históricos da ex-colônia belga situada na África centro ocidental, a atual República Democrática do Congo (RDC). O artigo, construído a partir de profícua revisão bibliográfica, discorre sobre as identidades dos jogadores nascidos em famílias de migrantes, e de como estes propiciaram mudanças qualitativas no futebol belga. Vale a pena a leitura, sobretudo quando se trata de excelente conjugação entre futebol, história e Congo.

O oitavo e último artigo deste número, intitulado **Cooperação sul-sul: o papel do Programa de Estudante Convênio-Pós-Graduação para o desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique**, de autoria de Katia Sara Henriques Xavier-Zeca Correio, discute algumas questões existentes nas relações internacionais entre os PALOP's, notadamente o PEC-PG, e de como este programa impactou o desenvolvimento social de Moçambique, especialmente as Ciências Sociais deste país. A autora faz uso dos recursos de pesquisa disponíveis nos sites da CAPES, de modo a verificar as teses de doutoramento defendidas por moçambicanos, além de fazer breve revisão bibliográfica que lhe permitisse discutir as relações deste programa com outros órgãos brasileiros.

Enfim, após esta não tão breve apresentação deste número, convido o leitor e a leitora para “maratonar” todos os artigos aqui dispostos, posto que estes sejam apoiados em revisões bibliográficas sólidas, além de aporte documental significativo. A leitura destes artigos garantirá ao leitor e a leitora um acréscimo significativo na sua erudição, além de propiciar diversão, ou ao algum tipo de prazer.... Portanto, café, água ou chá, cadeira bem preparada, e votos de boa leitura! É este o desejo deste editor, e de todos e todas que fazem a revista Cadernos de África Contemporânea!!!



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | N°. 5 | Ano 2020

Fiel Orlando Matsinhe
Margarida Paulo
Alexandre António Timbane

ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE OS CATADORES DE LIXO DA LIXEIRA PÚBLICA DE HULENE (MAPUTO)

ETHNOGRAPHICAL STUDY ABOUT THE WASTE PICKERS ON
HULENE PUBLIC WASTE (MAPUTO)

RESUMO: O presente trabalho analisou o perfil dos catadores e recicladores da Lixeira de Hulene, na Cidade de Maputo partindo da descrição das redes de sociabilidade, da saúde pública e dos pequenos movimentos econômicos. O catador tem uma ideia contrária a lógica predominante na sociedade, que considera o lixo como sendo sobra, aquilo que é rejeitado e deve ser jogado fora. Para este grupo social, o lixo representa a oportunidade, a subsistência e negócio que permite conseguir renda. Para alcançarmos os objetivos da pesquisa foram privilegiados os métodos e técnicas de pesquisa qualitativa como: entrevistas semi-estruturadas aos catadores do lixo e privilegiou-se a observação participante. Os catadores são pobres sob o ponto de vista de quem está fora da sua atividade, mas eles não se consideram pobres nem excluídos da sociedade. Da pesquisa concluiu-se que o trabalho de reciclagem é fundamental para o meio ambiente, para além de proporcionar renda, alimento e subsistência para este grupo profissional que em muitos momentos é excluída da sociedade. Seria importante que as autoridades locais pudessem proporcionar kites de proteção, reconhecimento da atividade como fundamental para a preservação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Catador; Lixo; Percepção Social.

ABSTRACT: The present work analyzed the profile of the collectors and recyclers of the Hulene's trash, in Maputo City, starting from the description of sociability networks, public health and small economic movements. The collector has an idea contrary to the prevailing logic in society, which considers waste to be leftovers, what is rejected and must be thrown away. For this social group, garbage represents the opportunity, subsistence and business that allows to obtain income. In order to achieve the research objectives, qualitative research methods and techniques were privileged, such as: semi-structured interviews with garbage collectors and participant observation was privileged. Waste pickers are poor from the point of view of those outside their activity, but they do not consider themselves poor or excluded from society. The research concluded that recycling work is fundamental for the environment, in addition to providing income, food and subsistence for this professional group that is often excluded from society. It would be important that local authorities could provide protection kites, recognition of the activity as fundamental for the preservation of the environment.

KEY WORDS: Waste Picker; Garbage; Social Perception.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE OS CATADORES DE LIXO DA LIXEIRA PÚBLICA DE HULENE (MAPUTO)

Fiel Orlando Matsinhe ¹
Margarida Paulo ²
Alexandre António Timbane ³

Introdução

Moçambique é um país africano da África Austral formado por povos de origem bantu. A cultura e as línguas são de origem bantu. Essas línguas não são faladas apenas em Moçambique, o que significa que os limites geopolíticos são diferentes das fronteiras culturais e linguísticas. O português é a única língua oficial, segundo a Constituição da República (2004) e a capital é Maputo. Moçambique é um país pobre, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados de PNUD (2019) e que ocupa a 180ª posição no ranking do IDH. O Índice de pobreza multidimensional chega a 72,5% e um IDH ajustado à desigualdade de 30,7% (PNUD, 2019, p. 305).

A sociedade moçambicana se divide em duas alas econômicas. A primeira é uma minoria privilegiada, rica e com condições sociais, econômicas e políticas estáveis e a outra ala constituída pela população enfraquecida, pobre, sem condições, excluída e conseqüentemente localizada à margem dos privilégios de todo tipo. A pobreza é entendida como sendo a incapacidade de assegurar para si e para os dependentes as condições mínimas para a sua subsistência e para o bem-estar, ou melhor, é a “impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade”.⁴ Internacionalmente são consideradas pobres todas as famílias que vivem com 2 dólares US por dia.

A pobreza provoca desigualdades sociais que levam ao mal-estar da sociedade. Muitos problemas sociais em Moçambique se devem às desigualdades entre as duas alas aqui citadas. Em Moçambique, segundo Timbane e Vicente (2017), os desafios no combate às desigualdades sociais são e serão permanentes uma vez que os esforços estão aquém da realidade local. Os

¹ Mestre em Administração Pública com Especialização em Gestão de finanças Públicas, docente universitário e pesquisador da Bloco 4 Foundation- Research in Activism Citezenship and Public Politicies. É docente universitário no Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini e doutorando em Finanças na Swiss Management Center University-SMC-University.

² Doutora em Administração Pública, professora assistente na Universidade Eduardo Mondlane, na Faculdade de Letras e ciências Sociais e atualmente Directora-Adjunta para Investigação e Extensão do CeCaGe.

³ Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Professor no Curso de Letras e Língua Portuguesa da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras (Campus dos Males). alexandre.timbane@unilab.edu.br

⁴ MOÇAMBIQUE. Plano de acção para a redução da pobreza absoluta 2006-2009. Maputo: PARPA2, 2006. Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/2970_PARPAIIPARAPUBLICACAO210906.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.

níveis de analfabetismo (incluindo o funcional) fazem com que os políticos influenciem as populações durante os pleitos eleitorais aumentando assim a pobreza. Para Timbane e Vicente (2017), os projetos e programas de organizações de sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais devem apresentar propostas que apoiem a redução de desigualdades sociais, mas com maior ênfase na pobreza absoluta que afeta a maioria dos moçambicanos, tanto nas cidades quanto nas zonas rurais.

O tema que nos propomos a desenvolver levanta um dos problemas que aflige a segunda ala que é pobre, analfabeta, localizada geograficamente na periferia dos grandes centros urbanos. A aglomeração dessas populações nas grandes cidades nas últimas três décadas foi motivada pela guerra civil (entre o Partido Frelimo-Frente de Libertação de Moçambique e a Renano-Resistência Nacional de Moçambique) e pela concentração de oportunidades e serviços públicos nas capitais. É importante apontar que o governo da Frelimo (que está no poder desde 1975) deveria olhar para as camadas menos privilegiadas, dando-lhes apoio e auxílio para que ultrapassem ou minimizem as dificuldades. A educação, saúde, lazer, saneamento e emprego são soluções que poderiam ser encaradas para que a população mais pobre saia da pobreza extrema, reduzindo assim as desigualdades sociais.

A questão ‘pobreza’ provoca situações constrangedoras em qualquer ser humano, o que pode incentivar na tomada de medidas drásticas para a sobrevivência, como é o caso da busca de sobrevivência nas lixeiras ou ainda o roubo. Nas periferias de Maputo não existem projetos sociais que visam apoiar o pobre, dando-lhe condições para o resgate da dignidade. Os debates sobre a poluição do meio ambiente na lixeira pública de Hulene, e o envolvimento de seres humanos na coleta do lixo foram matéria de debate nos principais veículos televisivos, em especial na ‘TV Miramar’ (no dia 25/09/2011) e ‘STV’ (no dia 26/05/2012). Esses debates foram mediados pela “ONG-Livanimgo”, que discutiu a problemática do lixo procurando enfatizar a localização geográfica da lixeira de Hulene (Bairro dos arredores da Cidade de Maputo), e apontando os problemas de saúde pública que afetam os moradores no entorno da lixeira.

Nas reportagens exibidas, os moradores revelaram a acumulação periódica do lixo orgânico e a higiene pública do bairro de Hulene, o que originou o surgimento de ratos, moscas e outros insetos peçonhentos que prejudicam em grande medida a saúde pública dos moradores deste bairro. Por outro lado, a poluição do lençol freático fez com que a água dos poços seja contaminada, o que prejudicou as populações que dependiam desta água para o consumo próprio, uma vez que a água canalizada ainda constituía promessa de campanha eleitoral. Finalmente, a fumaça produzida pela queimada dos resíduos sólidos na lixeira faz com que a vida dos moradores seja mais difícil, especialmente para os que têm doenças crônicas como a asma, bronquite, renite ou sinusite. Partindo desta situação sentimos a necessidade de desenvolver a

presente pesquisa como forma de apontar os problemas da lixeira e contribuir para a solução dos mesmos.

A pesquisa é importante porque busca compreender como é o mundo da lixeira, e quais os significados que esta carrega perante cidadãos que vivem e buscam sustento nela. A pesquisa analisa os significados que os catadores atribuem ao lixo, descreve o perfil dos catadores, analisa a trajetória de suas vidas e descreve as redes de sociabilidade na lixeira pública de Hulene. Os catadores, no espaço citado, buscam todo tipo de material: plásticos, pedaços de ferro, de alumínio, de cobre, restos de madeira e de alimentos, bem como de outros materiais para o uso, ou de reciclagem. Este material é selecionado e depois vendido para empresas de reciclagem.

A pesquisa contribui para a mudança de atitude não apenas da sociedade, mas também para os políticos que pouco ou nada fazem em prol da proporção de uma igualdade social que eleva a autoestima dos cidadãos. Os problemas com lixo em Moçambique, e em especial nas grandes cidades como Maputo, são complexos porque exigem políticas sérias por parte das prefeituras e da sociedade em geral. Aliás, a lixeira de Mahlampsene, no Município da Matola também passa pelos mesmos problemas que serão discutidos neste artigo, a partir das questões abordadas na análise sobre a lixeira de Hulene.

1 Concepção de ‘lixeira’ e exclusão social do homem

Para Mucelin e Bellni, lixo é “aquilo que se varre da casa, do jardim e se joga fora. Tudo o que não presta e ‘sem finalidade’, sujeira imundice, coisa ou coisas inúteis, velhas sem valor, os restos da atividade humana consideradas pelo gerador como inaproveitados ou descartados” (MUCELIN; BELLNI, 2009, p.5, grifo nosso). Destacou-se as palavras ‘sem finalidade’ como forma de indicar que a não existência desta para uns pode ser diferente para outros, por isso a ideia de reciclagem. Segundo Colaço (1999, p. 34), lixo é “o conjunto de objectos que deixou de ter utilidade e do qual nos desfazemos como: coisas, papéis de todo tipo, cadeiras, electro domésticos avariados, material sem uso, peças de vestuários, restos de alimentos”. A definição do lixo é contextual, pois o conceito é definido de acordo com o contexto e das suas condições sociais. Para complementar a análise recorreremos ao conceito de ‘percepção social’.

A ‘percepção social’ é o que nos permite formar ideias, imagens e compreensões do mundo que nos rodeia. Para os autores, o estudo da percepção pode revelar as ideias ou imagens e as impressões de um determinado grupo social. A ‘percepção social’ deve ser entendida como uma imagem mental compartilhada por uma comunidade num determinado período histórico, acerca dos objetos e dos acontecimentos do meio, explicando e simplificando a informação do meio social e físico envolvente (MONJANE, 2016).

A conjugação dos dois conceitos “lixo e percepções sociais”, e das propostas sugeridas pelos autores Mucelin e Bellni (2009), bem como por Monjane (2016) permitiram olhar para a lixeira como sendo um espaço onde se constroem novas dinâmicas na estruturação social dos indivíduos que circulam naquele lugar. Os catadores de lixo são atores sociais com hábitos e costumes adquiridos na vida quotidiana que engloba um conjunto de valores, crenças, práticas entre os indivíduos ou grupos que frequentam a lixeira. Numa pesquisa sobre a “Cultura de Gestão do lixo: Políticas Percepções e Práticas. O Caso de estudo do Bairro Central na Cidade de Maputo”, realizada por Cumbe (2004) discute-se que a existência de políticas de saneamento entre residentes e o Conselho Municipal pode resolver vários problemas de limpeza pública.

A lixeira de Hulene (no Município de Maputo), segundo Chefo (2003), reproduz a pobreza na medida em que cidadãos que recolhem o lixo estão conformados com a sua situação e nem questionam o sistema social que os exclui, e nem se organizam para fazer frente a isso. Desta forma, a lixeira é tomada como sendo um espaço de conformismo, contribuindo para a estabilidade e para continuidade da ordem social em curso e, portanto, para a reprodução das desigualdades sociais. Ainda no mesmo prisma de análise, Serra (2003) afirma que “os lixeiros” são uma família sociológica e duplamente excluída nos benefícios de ordem social vigente em Moçambique, ou do direito à normalidade que os ‘outros’, os empreiteiros da moral em seu lugar definiram. Os lixeiros vivem com e no meio daquilo que os outros abandonaram ou jogaram fora, isto é, aproveitam-se daquilo que foi descartado pela elite economicamente estável.

Na perspectiva de Chefo (2003), Serra (2003) e Ali (2009), a lixeira é um espaço em que se constrói novas dinâmicas na estruturação social das comunidades mais pobres e à margem da elite. Os catadores de lixo ou lixeiros são atores sociais com hábitos e costumes adquiridos na vida cotidiana, e no contacto de manuseamento de objetos sólidos descartados. É lá onde encontram a subsistência, o seu sustento, ou melhor, a fonte de rendimento para sustentar as famílias. Todas as faixas etárias cabem nesse trabalho desde que saibam lidar com a situação e o contexto.

A questão de exclusão social a que os catadores estão sujeitos, é discutida por Serra (2003) e Colaço (1999) de forma profunda, uma vez que os catadores por trabalharem com o lixo são excluídos da sociedade pelo fato de viverem com aquilo que é jogado fora. Segundo Colaço, a exclusão social leva à pobreza e, esta joga os indivíduos à lixeira. Há um encadeamento de ações sociais que levam o cidadão à situação de “lixeiro”. A exclusão pode ser a primeira dificuldade que os catadores encaram no seu dia a dia. A ausência de proteção (luvas, máscaras, etc) expõe esses cidadãos a diversas doenças, algumas delas contagiosas. Qualquer sistema de classificação pensada apenas em termos da lógica binária produz a exclusão, que vem a ser,

portanto, um traço constitutivo da classificação na qual se baseia o conceito estrutural de identidade social.

A lixeira é um espaço onde são construídas novas dinâmicas na estrutura social dos indivíduos que lá vivem e trabalham. Os lixeiros catadores são atores sociais com hábitos e costumes adquiridos na vida cotidiana, assim como no contexto da lixeira, através do contacto e manuseamento de objetos sólidos. Essa interação cria inclusão na medida em que as relações que desenvolvem contribuem para a melhoria da convivência entre eles. Isso significa que os indivíduos agem pelas necessidades de sobrevivência (SILVA, 1996).

Na pesquisa realizada na lixeira de Mahlampsene no Município da Matola, Ali (2009, p. 38) observou que “as percepções sobre o lixo entre os catadores estruturam-se em torno de estratégias que visam a sua sobrevivência no cotidiano. A noção de utilidade é o marco divisor entre aquilo que é ou não recuperável”. Dessa observação, Ali afirma que as percepções e representações sociais sobre o lixo em Mahlampsene derivam da utilidade que o mesmo pode ter no preenchimento das necessidades dos catadores. Mais ainda, “a procura e o respectivo campo dos objectos despejados na lixeira pelos revendedores estruturam as percepções sobre o lixo entre os catadores” (ALI, 2009, p. 3).

Os catadores de lixo estão em permanente interação social estruturada e modificada pela lixeira em volta da atividade de recolha e reaproveitamento do lixo. As percepções que os outros indivíduos constroem sobre estes catadores são resultado da construção que é feita pelos empreiteiros da moralidade, ou seja, a lógica predominante e aceite na sociedade. Serra (2003, p. 40) afirma que “os lixeiros são marginais e desviantes por estarem a integrar e sobreviver num espaço problemático, e definido socialmente como imundos e inabitáveis”. Quando os indivíduos não reúnem determinadas características que a sociedade definiu como sendo aquelas determinantes da normalidade, são considerados desviantes sociais, ou seja, são postos de lado, à margem da sociedade (VELHO, 1987; SERRA, 2003). A presença de lixeiros naquele espaço representa esse afastamento, essa rejeição que a sociedade de forma indireta faz. Goffman (1980, p.6) argumenta que:

enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até de uma espécie menos desejável num caso extremo uma pessoa completamente má, perigosa ou fraco. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estranha e diminuída. Tal característica é um estigma especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande.

A partir das interações comunicativas, os catadores constroem formas próprias (gestos, linguagem verbal, códigos ou sinais de conduta) para desenvolver atividades e procuram fazer

com que a sociedade lhe enxergue como ‘normais’. Segundo Colaço (1999) os catadores desenvolvem ou constroem uma identidade. Os catadores procuram se afirmar e se identificar com as atividades que praticam (como sustenta ALI, 2009). Simmel (1983, p. 166) afirma que “os seres humanos mantêm-se sociáveis quando se agrupam em unidade que satisfazem seus interesses.” As relações que os indivíduos estabelecem dentro de um determinado grupo ou espaço acontecem por interesse coletivo ou individual.

2 Valores e significados que os catadores atribuem ao lixo

O lixo tem um significado e um valor simbólico. Um rolo de papel higiênico, papelão, tampa de garrafa, latinha, resto de alimentos, plásticos e pedaços de ferro, por exemplo, têm muita importância por significarem a fonte e obtenção de sustento. Os catadores caminham contra a lógica predominante na sociedade pelo fato de que o lixo é sobra, é aquilo que é rejeitado e que não pode ser usado nem consumido por pessoas ‘normais’. Esse ‘desvio’ faz com que este grupo social seja discriminado, como se reciclar fosse algo negativo para o meio ambiente.

Não se pretende fazer uma generalização das causas que levam as pessoas a recorrerem à lixeira. Mas, com a literatura revista pode-se apontar que sendo um grupo excluído da sociedade e do sistema, os catadores de lixo recorrem à lixeira por ser o único recurso que lhes sobrou (SERRA, 2003). Os catadores são uma família duplamente excluída, quer da ordem social vigente em Moçambique, ou dos direitos humanos. O Art. 35 da Constituição da República estipula que “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, **gozam dos mesmos direitos** e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política.” Mas, na verdade este artigo da Constituição não inclui os lixeiros. Infelizmente não “gozam dos mesmos direitos” porque se assim fosse, o Estado criaria condições para apoiá-los de alguma forma. Outra questão importante diz respeito ao fato de que na lixeira há muitas crianças e adolescentes. O Art.47 defende que “as crianças têm direito à protecção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar.” Se as crianças têm direitos, o que o estado moçambicano tem feito em prol daquelas crianças que moram na lixeira de Hulene?

Os significados das práticas sociais “são construídas no processo de interação entre actores sociais, trata-se de significados que são manipulados através de um processo interpretativo desenvolvido pelas pessoas em interação” (SILVA, 1996, p. 625). Estes catadores encontram na atividade de recolha do lixo uma forma de recuperar a identidade de trabalhadores. A sociedade capitalista em que vivemos apela para que tenhamos um impulsivo consumo, bem

como um rápido descarte e reaproveitamento por meio da reciclagem, quer dizer, “cultura do reaproveitamento”. Comprar, descartar e agora reaproveitar são ações necessárias para a expansão do capital. O reaproveitamento torna-se um negócio rentável quando feito de forma inteligente, sem prejudicar a saúde de outrem.

O catador não está totalmente excluído, mas também não está incluído em sua plenitude na sociedade. Dessa forma, ele estaria situado numa fronteira mal definida socialmente, entre o “ser marginal” e o “ser trabalhador”, ocupando uma posição de liminaridade. Os tributos de liminaridade, ou de pessoas liminares são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. Terminamos esta parte citando Demajorovic, que afirma:

As novas prioridades da atual política de gestão de resíduos sólidos incorporam a dimensão da sustentabilidade por duas razões principais. Primeiro, é possível minimizar o processo de degradação ambiental antes que isto ocorra, à medida que se evita a produção de determinados resíduos, reaproveita-se parcela destes e **inertiza-se** o restante. Segundo, ao gerenciar a produção de resíduos sólidos em todas as fases do sistema econômico, e não apenas se concentrando no tratamento final destes, a atual política de gestão de resíduos sólidos tem como objetivo garantir, a longo prazo, uma estabilização da demanda por recursos naturais e do volume final de resíduos que serão fundamentais na busca do desenvolvimento sustentável (DEMAJOROVIC, 1995, p. 93, grifo do autor),

Passemos agora para a metodologia, de modo que possamos demonstrar onde, como e quais os procedimentos foram efetuados para coleta e análise dos dados.

3 Caminhos metodológicos

A pesquisa foi realizada na lixeira pública de Hulene (Maputo), também conhecida como ‘bocaria’, localizada à 10 km da Cidade de cimento em Maputo, no bairro de Hulene “B”. A lixeira de Hulene foi criada em 1970, segundo Cáritas (2006), e ocupa aproximadamente 2 km². O Bairro de Hulene possui 130 quarteirões e tem uma população estimada de 45.390 de habitantes. Grande parte das casas do bairro são inacabadas porque os seus moradores encontram-se numa situação de pobreza extrema.

Algumas famílias do bairro de Hulene praticam agricultura de subsistência em pequenos terrenos, enquanto outras atuam no comércio informal, sobrevivendo do comércio e da transformação de material proveniente da lixeira, que representa para eles uma fonte econômica importante. Para a coleta de dados entrevistou-se catorze (14) catadores de idades compreendidas entre 8 a 60 anos, sendo 3 homens adultos, 3 mulheres adultas, 3 jovens masculinos, 5

adolescentes, sendo 3 meninos e 2 meninas. A pesquisa privilegiou a entrevista semi-estruturada e a observação participante.

Por questões de ética em pesquisa ocultamos os nomes dos entrevistados para preservar as suas identidades. A divisão dos entrevistados por idades e sexo se justifica pela importância sociocultural na tradição Moçambicana. Em culturas patrilineares do sul de Moçambique, a mulher tem sido a menos privilegiada, o que leva a sua vulnerabilidade no seio da sociedade. A escolha da lixeira de Hulene se justifica pela sua localização geográfica, bem como pela inexistência de estudos antropológicos urbanos em Moçambique. A Antropologia Urbana permite examinar e compreender as relações sociais que se desenvolvem dentro do grupo, ou seja, suas interações, contradições e formas de organização. A Antropologia Urbana fornece parâmetros para a reformulação da questão da adequação dos aspectos socioculturais dos diferentes programas de serviços sociais.

Da pesquisa se observou que os homens recolhem electrodomésticos avariados, pedaços de chapas de zinco, ferro, alumínio e cobre, as mulheres e crianças recolhem plásticos, papelões e restos de alimentos, entre outros. Os jovens e adolescentes recolhem lixo no local da descarga, onde as camionetas depositam o lixo. Segundo Cuna (2004) a lixeira acolhe de 300 a 400 pessoas por dia, e as mulheres são as que mais participam. O grau de escolaridade dos catadores não atinge o ensino médio, e a maioria são analfabetos. Na lixeira é possível encontrar crianças órfãos de pais que geralmente vão em busca de alimentos. Na lixeira há consumo excessivo de bebidas alcoólicas, (Aguardente Tentação, vinho Dom Barril, duplo Panche entre outras) e o uso de cigarros (preparados com diversos tipos de tabaco). Alguns desses produtos estão com prazo da validade vencido.

Nas entrevistas, os catadores admitem a existência de exclusão social por parte da sociedade porque a atividade deles é tida como anormal, o que não representa a verdade conforme comenta Silas (de 32 anos de idade)⁵: “Nós somos rejeitados lá fora. As pessoas não sabem que este é um trabalho como qualquer outro. Estamos aqui por muitas coisas. Uns como mano pode ver, vêm vender e outros vêm ganhar. ⁶ Nos tratam mal porque trabalhamos aqui na lixeira, mas se esquecem que o trabalho que fazemos é importante como qualquer outro”.

Como pode se compreender na entrevista com Sr. Silas, o contacto que os catadores têm com o mundo exterior cria exclusão. Segundo os catadores, esta atividade ainda não ganhou um reconhecimento e valor na sociedade moçambicana. Os catadores são excluídos por causa da sua atividade, ou seja, por trabalharem com o lixo e a lixeira. Não se pode falar em preservação do meio ambiente sem envolver a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos de toda ordem. Em

⁵ Entrevista realizada na lixeira no dia 02/10/11.

⁶ Ganhar significa procurar e, é uma palavra da língua changana usada na lixeira pelos catadores.

muitos países desenvolvidos, a exemplo da Áustria, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Suécia, o lixo gera riqueza, proporciona o bem-estar ambiental e faz com que não haja desperdício. Vários estudos, como os de Demajorovic (1995), mostram que todos os Governos do mundo deveriam ter uma política de gestão de resíduos de qualquer tipo para que não haja gastos.

4 Situação social dos catadores e o espaço físico sob perspectiva antropológica

Das entrevistas efetuadas se observa que a ‘questão pobreza’ é a que mais motiva o garimpo do lixo. Nem todos os catadores da lixeira de Hulene são moradores do bairro. Alguns são provenientes de localidades circunvizinhas: Mahlazine, Magoanine, Laulane, Ferroviário, Mavalane e Aeroporto. Cada catador tem uma história de vida, o que significa que não estão na lixeira por acaso. Por exemplo: A Sra. Carla (de 48 anos de idade) explicou:

Vivo no bairro de Magoanine, sou casada, tenho 5 filhos venho aqui na lixeira com meus filhos mais velhos que são gémeos e têm 21 anos. Nós aqui apanhamos garrafas, ferro, cobre e plástico, juntamos num sítio e depois, separamos cada coisa no seu lugar e levamos o plástico para reciclagem ali ao lado onde vendemos. O ferro e o cobre são negócio de meus filhos, eles depois de apanharem isso vêm me ajudar recolher garrafa e plástico. Meu marido trabalha, mas o dinheiro que recebe não chega, então tenho que lhe ajudar com as despesas, por isso venho fazer este trabalho.⁷

Neste depoimento pode-se observar que a pobreza e o desemprego são os motivos mais fortes que levaram a família até a lixeira. Há divisão social do trabalho por gênero e por idade, tal como ilustra a Foto 1:

Foto 1: Homens esgravatando lixo.

⁷ Entrevistada na lixeira no dia 03/09/11.



Fonte: Foto da coleta de dados da pesquisa

Pode-se observar que os homens usam pedaço de ferro curto dobrado na ponta, instrumento inventado para melhor catar. As mulheres e crianças recolhem plásticos, papelões e restos de alimentos e lixo hospitalar, como pode-se observar na Foto 2.

Foto 2: Mulheres esgravatando lixo, na lixeira.



Fonte: Foto da coleta de dados da pesquisa

Segundo a Sra. Zinha, depois da recolha há a separação dos materiais para ser vendido. O material é comercializado por 3,00 Mt⁸ (três meticais) por Kg. Quem marca o preço dos materiais geralmente é o comprador, que por sinal são as grandes empresas. Os metais são os que mais pesam e têm maior venda. Alguns materiais são exportados para outros países, uma vez que Moçambique possui pouca tecnologia na reciclagem de materiais.

⁸ Corresponde a R\$ 0,2 no Brasil, porque R\$1,00 corresponde a 15MT.

4.1 Significado da lixeira para os catadores e reflexões sobre o estigma

Para Chefo a lixeira de Hulene reproduz a pobreza, na medida em que os indivíduos que nela recolhem lixo estão conformados com a sua situação e nem questionam o sistema social que os exclui, além de não se organizarem para fazê-lo. Sendo assim, “a lixeira, é tomada como sendo um espaço de conformismo, contribuindo para a estabilidade e para continuidade da ordem social em curso e, portanto, para a reprodução das desigualdades sociais” (CHEFO, 2003, p.11).

Nem todos catadores aceitam a exclusão social que sofrem. A lixeira é uma alternativa para gerar o sustento. Os adultos e crianças que têm uma convivência mais próxima com o lixo, como é o caso dos catadores, sofrem com este estigma. Muitas vezes com o uso de expressões pejorativas. Ribeiro e Santos (1996) mostram que “os trabalhadores do lixo sofrem discriminação por parte de outros moradores do bairro, que deles se envergonham”. As crianças que frequentam a lixeira, quando estão fora desta são constantemente chamadas de “crianças do lixo”, o que gera preconceito e *bullying*. Osava (2005) afirma que a discriminação dificulta a permanência das crianças nas escolas, porque frequentemente são humilhadas pelo fato de ter pais catadores. Mesmo aquelas que são matriculadas, abandonam os estudos porque precisam ajudar a família na busca do sustento.

4.2 Lixeira como lugar de lazer e diversão para crianças

A lixeira tornou-se um lugar de lazer e de diversão para algumas crianças do bairro de Hulene. Elas soltam pipas (papagaio), tal como o Paulo de 9 anos depõe:

Venho a lixeira fazer voar meu papagaio e também aqui eu brinco com meus amigos da zona. Na zona não nos deixam fazer voar papagaio porque quando o fio se corta fica nos fios de energia e as vezes cai dentro de casa de outras pessoas e nos batem. Estudo na Escola Primária de Hulene B e estou na 2º classe, para além de vir fazer voar meu papagaio e brincar com meus amigos, venho para lixeira ajudar minha mãe, meu pai não vive em casa conosco ele foi para África do Sul e só vem no final de ano nos visitar. Mamã disse para eu, quando sair da escola, vir aqui para lhe ajudar porque se eu não vir não terá dinheiro para comprar comida.⁹

Na citação pode-se verificar o que o informante Paulo contou. A lixeira interpretada pelas crianças, representa o lugar próprio onde elas podem efetuar várias brincadeiras. Para os pais

⁹ Entrevista realizada na lixeira no dia 10/09/11.

catadores de lixo, a lixeira é o local de trabalho. Quando vão à lixeira estão apenas para trabalhar e não para usar o mesmo espaço para brincar.

Foto 3: Crianças brincando na lixeira



Fonte: Foto da coleta de dados da pesquisa

Na foto 3, podemos ver crianças brincando dentro da lixeira, e estas crianças representam aquelas que usam a lixeira para brincar, ou seja, como sendo um espaço de “lazer”, lugar que serve para se divertirem. As crianças são conhecidas tanto na família como na lixeira, e ficam sobre olhar atento dos catadores mais velhos. Segundo à UNICEF (1990, Art.24º):

assegurar que todos os setores da sociedade, especialmente os pais e as crianças, conheçam os princípios básicos de saúde e nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, da higiene e do saneamento ambiental, e as medidas de prevenção de acidentes; e que tenham acesso a educação pertinente e recebam apoio para a aplicação desses conhecimentos.

Educar as crianças é proporcionar um futuro com menos desigualdades sociais, econômicas e conseqüentemente, menos violência. Tornam-se uma ameaça ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do país, visto que apesar de alguns deles frequentarem a escola, grande parte destas crianças encontram-se em nível inferior à sua idade, e com o tempo vão desistindo da escola.

4.3 Percepções de risco e doença

Na lixeira é possível observar práticas que constituem risco a saúde humana e principalmente aos catadores que circulam descalços na lixeira. A maior parte dos catadores que trabalham na lixeira não usa botas ou sapatos para proteger os pés. Na lixeira, pode-se ver crianças correndo de um lado para o outro, expostas a vários riscos como: serem cortadas ou

picadas por pedaços de vidros e ferros enferrujados. Alguns dos catadores não usam luvas e máscaras durante o exercício das suas atividades.

O lixo é queimado diariamente, situação que provoca nuvens de fumaça que prejudicam a respiração dos moradores. Os catadores estão conscientes dos riscos de saúde a que estão expostos. Para eles, a doença não é algo relacionado a lixeira. Ficar doente é resultado de feitiço, que conseqüentemente traz: dor no corpo, febre, dificuldades para dormir, falta de apetite, fraqueza e a incapacidade de realizar as atividades quotidianas e de trabalhar. Em qualquer modalidade assalariada ou não, existe a percepção de que há os que querem fazer o mal, sabotar o colega de trabalho, algo que é visto por estes catadores como sendo algo feito por alguém da má fé, por um outro catador cujo objetivo seria de impedir o sucesso obtido no seu trabalho, que nos leva a concluir que existem conflitos de interesses entre os catadores, dentro da lixeira. Para os catadores, ter saúde representa “riqueza”, “fortuna” e “tesouro”.

O lixo é visto como fonte de sobrevivência. Para os catadores, a lixeira tem um valor e significado particular: o emprego. Nem todos catadores se preocupam com a sua saúde e quando acontece, eles culpam a feitiçaria e se curam por meio da automedicação. A contribuição da Antropologia na presente pesquisa é extremamente importante. Ela restitui nossas premissas básicas no horizonte epistemológico ocidental, tornando possível uma perspectiva crítica frente a nossas “verdades” mais fundamentais, favorecendo a construção de um novo paradigma para a abordagem da realidade não ocidental. A concepção que os indivíduos têm sobre saúde e doença é contextual. Saúde e doença não representam a mesma coisa para todas as pessoas dependendo da época, do lugar onde o indivíduo encontra-se inserido.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (s.d), a saúde é o estado mais completo, e que se expressa no bem-estar físico, mental e social, e não apenas na ausência da enfermidade. Doença seria a ausência do bem-estar físico, mental, ou seja, o inverso da saúde. Com o desenvolvimento da corrente interpretativa em Antropologia, surge uma nova concepção da relação entre indivíduo e cultura, e torna-se possível uma verdadeira integração da dimensão contextual na abordagem dos problemas de saúde. Geertz (1973) concebeu a cultura como o universo de símbolos e significados que permite aos indivíduos de um grupo interpretar a experiência e guiar suas ações. Para Geertz, a cultura fornece modelos “de” e modelos “para” a construção das realidades sociais e psicológicas.

Geertz considera a cultura como o contexto no qual os diferentes eventos se tornam inteligíveis. Essa concepção estabelece ligação entre as formas de pensar e de agir dos indivíduos de um grupo, ou seja, entre os aspectos cognitivos e pragmáticos da vida humana, e ressalta a importância da cultura na construção de todo fenômeno humano. Nessa perspectiva, considera-se que as percepções, interpretações e ações, até mesmo no campo da saúde, são culturalmente

construídas. Falando de risco, iremos salientar primeiramente que, para este trabalho, o conceito de risco deve ser entendido como a possibilidade de ocorrência de algo que origine danos aos catadores ou a sua saúde. Outro contexto de risco diz respeito à presença dos caminhões, o que se explica pela maneira desorganizada dos motoristas se locomoverem na lixeira, quando descarregam o lixo, ou manobram os veículos sem ter em conta a presença dos catadores.

Segundo Porto (2000, p. 8), o risco pode ser entendido, de uma maneira genérica, como toda e qualquer possibilidade que algum elemento ou circunstância existente num dado processo e ambiente de trabalho possa causar danos à saúde, seja através de acidentes, doenças ou do sofrimento dos trabalhadores, ou ainda através da poluição ambiental.

Conclusão

O objetivo primordial deste trabalho foi de analisar os significados que os catadores, na lixeira de Hulene, atribuem ao lixo. O estudo analisou o perfil dos catadores, compreendeu a trajetória de suas vidas e descreveu as redes de sociabilidade existentes entre os mesmos na lixeira de Hulene. A pergunta de partida que tentamos responder ao longo deste trabalho, cingiu-se na descrição, análise e verificação do que o lixo significa para os catadores e para suas famílias. Na lixeira de Hulene existem homens, mulheres e crianças de diferentes bairros circunvizinhos, que encontram formas de terem recuperadas suas identidades de trabalhadores. A lixeira também constitui uma possibilidade de sobrevivência para os catadores de lixo obterem algum rendimento e custear despesas na família. Observamos que existem pessoas que não são catadores de lixo. Para estas pessoas, a lixeira de Hulene é um espaço onde vendem seus produtos, a exemplo de água, sumo, sopa, pão, entre outros.

Os catadores da lixeira de Hulene apanham plásticos, papel, garrafas de vidro e outros. Na sua maioria vivem perto da lixeira de Hulene e identificam-se como sendo trabalhadores da lixeira. Os catadores de lixo obtêm da venda dos produtos recolhidos algum rendimento para sua sobrevivência, e já têm mesmo alguns contactos com empresas privadas (produtores de plásticos, intermediários de recicláveis) onde vendem as suas coletas. Os catadores de lixo devem ser vistos como úteis na sociedade pois, além de contribuir para a redução de acumulação de lixo inorgânico na lixeira, permitem uma diminuição da poluição ambiental derivada da presença dos mesmos, que tem causado fumaça e que por sua vez são prejudiciais a camada do ozono.

Também contribuem para o melhoramento das condições higiênico-sanitárias da lixeira. Os catadores vão a lixeira não por serem excluídos ou por falta de escolarização. Da conversa que tivemos com os catadores podemos concluir que estes consideram que o trabalho de recolha de lixo é idêntico à qualquer outro. Os catadores agem contra a concepção que o “lixo não deve

ser tocado, é sujo, deve ser deitado fora”. O catador faz o contrário, ele é contra esse “facto social”. O fato social como argumentado por Durkheim (1978) tem entre outras, a característica de ser coercivo, e é esta coerção que pune quem viola os padrões estabelecidos.

E, é por estes fazerem o contrário que sofrem discriminação na sociedade. Por estarem contra as normas estabelecidas de que o lixo é algo imprestável, são excluídos socialmente e vistos como sendo indivíduos pobres (SERRA, 2003). Embora a recolha do lixo seja um trabalho desprestigiado e mal classificado, esta atividade é capaz de fazer com que os catadores voltem a sentirem-se integrados num trabalho, e a terem um salário que por sua vez lhes atribui prestígio nas suas famílias e nos seus lares. A desigualdade social que o catador sofre não é fruto apenas do seu baixo nível de aquisição financeira, mas, é também reforçada por um conjunto de atos simbólicos e classificações que o levam até essa posição de inferioridade, já que ele tem uma função na sociedade que além de desprestigiada é mal classificada.

Este estudo permitiu perceber que o lixo é carregado de uma simbologia: ser tudo aquilo que a sociedade rejeita e afasta. Os catadores olham para o lixo como sendo uma necessidade de sobrevivência. As representações que a sociedade faz do lixo são as que moldam a forma como os catadores são tratados e estes, por sua vez, por lhes ser dado um lugar de exclusão na sociedade, são vítimas de vários preconceitos e da discriminação. A falta de escolaridade, o elevado índice de analfabetismo, o divórcio e a gravidez precoce são apontados como sendo um dos principais fatores que levam os catadores de lixo a procurarem formas de sobrevivência na lixeira. Apesar das dificuldades, os catadores de lixo mostraram que podem ultrapassar os preconceitos e a discriminação. Para os catadores de lixo entrevistados, a lixeira representa o local de trabalho e garantia da sua sobrevivência. É através do lixo ou da recolha de material reciclável que os catadores sustentam suas famílias e recuperam a identidade de trabalhadores.

Diariamente, os catadores iniciam uma jornada de trabalho longa e cansativa, deixando de lado a vergonha e o preconceito. Acreditamos que o peso da discriminação e do estigma que os catadores carregam é físico e moral. A cooperação, ou seja, a forma como os catadores se relacionam entre si e com o mundo exterior, tem se mostrado uma alternativa viável para a inclusão social visto que eles têm uma relação não diferente da que os indivíduos exteriores à lixeira possuem. No entanto, o trabalho que os catadores desenvolvem ainda não tem um reconhecimento dentro da nossa sociedade. Acreditamos que o reconhecimento e valorização do trabalho dos catadores de lixo, poderia contribuir para a resolução de problemas que tem assolado muitos países do mundo incluindo Moçambique. Concluimos o trabalho afirmando que a sociedade Moçambicana deveria repensar a categorização dos catadores de lixo como trabalhadores, e que esta profissão deve ser valorizada como qualquer outro trabalho formalmente reconhecido.

Os catadores são pobres sob o ponto de vista de quem está fora da sua atividade, mas eles não se consideram pobres nem excluídos da sociedade (como concluem Serra e Chefo, 2003). Até o momento, o trabalho de catador de lixo não precisa de nenhum grau muito elevado de educação ou experiência profissional, mas necessitam de apoio de toda a sociedade para se sentirem melhor e respeitados.

REFERÊNCIAS

ALI, M. **Va Phande va Sila: representações sociais a volta do lixo na lixeira de Mahlampsene**. Trabalho de fim de curso. (Licenciatura em Sociologia). Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2009.

CHEFO, A. **Cultura de pobreza: vida na lixeira de Hulene na Cidade de Maputo**. Maputo. [Tese de Licenciatura]. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. UEM. Maputo, 2003.

COLAÇO, J. C. “Lixeiros da Cidade de Maputo”. **Estudos Moçambicanos**, nº 18, Maputo, p. 25 – 74, 1999.

DEMAJOROVIC, J. Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 88-93, mai./jun.1995.

DURKHEIM, É. “Que é Fato Social?” In: **As Regras do método sociológico**. 9.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

GEERTZ, C., **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1973.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zabar editores, 1980.

GOOD, B. & DELVECCHIO GOOD, M. J. “The meaning of symptoms: a cultural hermeneutic model for clinical practice”. In: EISENBERG, L. & KLEINMAN, A. (eds.) **The relevance of social science for medicine**. Dordrecht: Reideil Publishing Co, 1980, p. 165-196.

KLEINMAN, A. Anthropology and psychiatry: The role of culture in cross-cultural research on illness. **British Journal of Psychiatry**, v.151, p.447-454, 1987.

MONJANE, B. Reagrupar para controlar? uma análise crítica das políticas estatais de organização coerciva das populações rurais em Moçambique. **Revista Educação e Políticas em Debate** . v. 5, n. 1, p. 84-94, jan./jul. 2016.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e Impactos Ambientais Perceptíveis no Ecosistema Urbano. **Sociedade & Natureza**, v. 20 nº 1, 2009.

OSAVA, M. **Adeus ao Lixo**. 2005. Disponível em: <http://www.Tierramerica.Net/2002/0728/Pacento1.Shtml>. Acesso em: 12 fev. 2012.

PORTO, M. F. S. **Análise de riscos nos locais de trabalho**. São Paulo: Fundacentro, 2000.

SERRA, C. **Em cima de uma lamina:** estudo sobre a precariedade em 3 cidades de Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária, 2003.

SILVA, B. **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Fundação Gentílio, 1996.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito: a competição. In: _____(Org.). **Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal,** São Paulo: Ática. 1983.

TIMBANE, A. A.; VICENTE, J. G. Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique. **Revista Brasileira de Estudos Africanos.** Porto Alegre. v.2, n.4, p. 114-140, jul./dez. 2017.

DOCUMENTOS DIVERSOS:

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República.** Maputo: Assembleia da República, 2004

MOÇAMBIQUE. **Plano de acção para a redução da pobreza absoluta 2006-2009.** Maputo: PARPA2, 2006. Disponível em: https://www.preventionweb.net/files/2970_PARPAIIPARAPUBLICACAO210906.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019.** Tradução: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Nova Iorque: PNUD, 2019.

SOICO TELEVISÃO. Notícias do dia 26/05/2012. Disponível em: < <https://soico.sapo.mz/> >. Acesso 22 mar 2018.

TELEVISÃO STV. Jornal da Tarde do dia 03 de Março de 2012.

TV Miramar'. Notícias do dia 25/09/2011. Disponível em: <<http://miramar.co.mz/tv-online/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças.** Washington: UNICEF, 1990.



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | N°. 5 | Ano 2020

José Francisco dos Santos

CONSTRUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 1979 ATÉ O GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

POLITICAL AND ECONOMIC CONSTRUCTION BETWEEN BRAZIL
AND ANGOLA FROM 1979 UNTIL THE LUÍS INÁCIO LULA DA
SILVA GOVERNMENT

RESUMO: No presente artigo apresentamos uma síntese da relação Brasil e África, pós-governo do general Ernesto Geisel e seu ministro Antônio Francisco de Azeredo. O período é conhecido como “Política Externa Pragmática Ecumênica”, desenvolvida nessa gestão. Contudo, o que vem depois desse período? No ano de 1979, assume a Presidência do Brasil o general João Batista Figueiredo. Quem ficou com o cargo do Ministério das Relações Exteriores foi Raimundo Saraiva Guerreiro, que procurou manter o mesmo seguimento do seu antecessor. Todavia, esse período é marcado pela crise financeira mundial, a qual atingiu também o Brasil que, mesmo assim, continuou com seu apoio aos países africanos, mas agora a política não podia ser tão agressiva. Não somente o Brasil passava por crise, mas o próprio continente africano. O texto explorou a relação entre o continente africano, em especial Angola e Brasil, até o período do governo Luís Inácio Lula da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Brasil; Identidade.

ABSTRACT: In this article we present a synthesis of the relationship between Brazil and Africa, post-government of General Ernesto Geisel and his minister Antônio Francisco de Azeredo. The period is known as "Pragmatic Ecumenical Foreign Policy", developed in this administration, however what comes after that period? In 1979, General João Batista Figueiredo assumed the Presidency of Brazil. Who was in charge of the Ministry of Foreign Affairs was Raimundo Saraiva Guerreiro, who sought to maintain the same follow-up as his predecessor. However, this period is marked by the global financial crisis, which also hit Brazil, which, even so, continued with its support for African countries, but now the policy could not be so aggressive. Not only was Brazil going through a crisis, but the African continent itself. The text explored the relationship between the African continent, especially Angola and Brazil, until the period of Luís Inácio Lula da Silva's government.

KEY WORDS: Angola; Brazil; Identit

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

CONSTRUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA ENTRE BRASIL E ANGOLA DE 1979 ATÉ O GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

José Francisco dos Santos ¹

Introdução

As reflexões realizadas nesse trabalho estão centradas nos anos de 1974 e 1975; de maneira mais intensa, a partir da análise documental feita em relatórios, memorandos e telegramas de representantes do Ministério das Relações Exteriores, além de livros de memórias e de entrevistas de alguns protagonistas desse período. Neste artigo apresentamos uma síntese da relação Brasil e África, no período posterior ao governo do general Ernesto Geisel (presidente de 1974 a 1979) e seu ministro Antônio Francisco de Azeredo. Ao longo dessa gestação tivemos a “Política Externa Pragmática Ecumênica”; contudo, o que vem depois desse período?

No ano de 1979, assume a Presidência do Brasil o general João Batista Figueiredo, e quem ficou com o cargo no Ministério das Relações Exteriores foi Ramiro Saraiva Guerreiro, que tinha sido auxiliar do ministro das Relações Exteriores anterior, no que se referia à política para o continente africano, e que procurou manter o mesmo seguimento do seu antecessor. A respeito da política externa brasileira voltada para África, o diplomata Fernando de Mello Barreto, em seu livro *Os Sucessores do Barão* (2006), faz a seguinte consideração:

Guerreiro daria, ao longo de sua gestão, forte atenção à cooperação com a África. O Brasil continuaria a receber autoridades daquele continente. Assim para a posse de Figueiredo compareceram delegações de doze países da África ocidental. Na ocasião, o ministro Guerreiro deu especial atenção ao Ministro do Comércio Exterior de Angola, Roberto Víctor Francisco de Almeida, e considerou sua vinda “o primeiro passo concreto” daquele país para estabelecer “relações privilegiadas com o Brasil”. Em encontros que manteve com aquela autoridade angolana, o novo Ministro do Exterior brasileiro tratou do “pronto restabelecimento da linha aérea comercial Rio-Luanda” (BARRETO, 2006, p. 395).

Fernando Barreto ressalta a tentativa de continuidade na política externa pelo chanceler Guerreiro, no que se refere ao continente africano, com destaque para o ministro angolano do Comércio Exterior, Roberto Víctor Francisco de Almeida, que, nas palavras do chanceler brasileiro, seria “o primeiro passo concreto” para estabelecer “relações privilegiadas com o

¹ Doutor em História (PUCSP), Docente do Centro das Humanidades - (UFOB-Brasil) e-mail: jose.santos@ufob.edu.br Esse artigo tem como base fragmentos da minha tese de doutorado (SANTOS, 2015), assim como uma versão ampliada da minha comunicação no Simpósio Temático "ST 13. História da África contemporânea e representações da África no Brasil", no IX Encontro Estadual de História da Anpuh-BA, realizado entre os dias 04 a 07 de setembro de 2018 na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, com o título: "Contatos entre Brasil e Angola de 1979 aos dias atuais".

Brasil”. Podemos inferir pela análise do chanceler brasileiro que é nesse momento que o Estado brasileiro teria algum tipo de retorno (vantagens de algum modo) pelo apoio dado a Angola em sua independência. O que podemos visualizar no conjunto de procedimentos dados nesse período, é que o Brasil continua a buscar o estreitamento de laços, como vemos em outro trecho de Fernando Barreto:

O Brasil prosseguia sua política favorável à aproximação dos países africanos, em especial dos de expressão portuguesa. Assim, durante a visita do ministro dos petróleos de Angola, Jorge Morais, em 2 de maio, foram firmados acordos entre a empresa angolana Sociedade Nacional de Petróleo de Angola – Sonangol e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). [...] (BARRETO, 2006, p. 396).

A atuação da Petrobras em Angola vai ser de extrema importância, pois o comércio de *countertrade* possibilitou que o Brasil diminuísse o impacto da “crise internacional do petróleo”, estabelecida naquela altura, e que empresas brasileiras, como a Odebrecht, pudessem se estabelecer em solo angolano. Outras preocupações continuam, uma vez que os Estados Unidos não estavam satisfeitos com a conduta do governo brasileiro de apoiar o governo angolano, desconsiderando o fato de este receber apoio da União Soviética e de Cuba em meio à Guerra Fria. Dentro dessa questão havia, ainda, a questão dos países de governos segregacionistas no continente africano, que continuavam a atacar os recentes Estados africanos de expressão portuguesa. A respeito dessas questões, o diplomata Fernando Barreto aponta que, no governo de Figueiredo,

[...] Em Moçambique, prosseguiram dificuldades e o presidente moçambicano, Samora Machel, afirmou que resistira a 350 ataques repentinos de forças rodesianas. O governo Reagan reafirmava sua preocupação com a influência soviética em países tais como Iêmen do Sul, Etiópia, Angola e Moçambique. Na África Ocidental e Meridional, o Brasil mantinha, em 1979, embaixadas em Bissau, Luanda, Maputo, Nairóbi e Pretória e representações cumulativas em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Lesoto, Suazilândia, Maurício e Zâmbia. Em agosto fora criada a embaixada em Dar-Es-Salâm, antes cumulativas com aquele no Quênia (BARRETO, 2006, p. 396).

Registramos que os problemas levantados em anos anteriores continuam a persistir na gestão de Saraiva Guerreiro, como a atuação de governos de regime de *apartheid* da África do Sul, da Rodésia, e a pressão do governo estadunidense² em relação aos governos africanos que

² O historiador José Sombra Saraiva, em seu livro *O Lugar da África* (1996), faz a seguinte consideração sobre o posicionamento do EUA: as condições econômicas severas criadas na década de 1980 coincidiriam com o endurecimento político do maior credor brasileiro, os Estados Unidos. O retorno a certas condições já quase esquecidas da dependência brasileira em relação à grande potência ocidental confundiam-se com a recuperação da hegemonia norte-americana no Ocidente. As políticas agressivas de mercado, o uso político das dívidas externas e o

tinham regimes com apoio da URSS e de Cuba. No entanto, o Brasil continua com uma política de expansão de suas embaixadas no continente africano. Todavia, esse período é marcado pela crise financeira mundial que atingiu o Brasil que, mesmo assim, continuou com o seu apoio aos países africanos; mas, agora, a política não podia mais ser tão agressiva. E não somente o Brasil passava por crise, mas o próprio continente africano. O historiador José Sombra Saraiva faz a seguinte consideração:

Na África, esfacelaram-se as esperanças construídas durante as lutas de independência. A desilusão contra os gestores africanos. A década foi mais que perdida para os africanos, pois representou o próprio desencanto com a democracia. Golpes de Estado e instabilidade política foram as marcas da vida política do continente. O abismo entre elite e sociedade ampliou-se. Os efeitos da dívida e os ajustamentos estruturais coordenados pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional tornaram o custo de vida extremamente alto nas capitais africanas. Mas a política africana do Brasil não sentiu as consequências imediatas das dificuldades que se somavam em ambos os contextos. Apesar do seu caráter realista e redução da euforia, o Brasil tentou continuar sua inflexão para a África. O último do ciclo militar, presidido pelo general Figueiredo (1979-1985), manteve as linhas gerais das condutas anteriores. Em 1983, Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o continente africano. [...] (SARAIVA, 1996, p. 188)

Percebemos pelo exposto que a permanência da política brasileira no continente africano sofria não só por questões externas ligadas à Guerra Fria, mas a própria África enfrentava seus próprios ônus, com o fim da euforia da independência e as dificuldades de reconstrução, aliados a governos que não contemplavam as ansiedades dos seus povos, cercadas por disputas ideológicas e políticas pelo poder. Um bom exemplo disso era Angola, com a Guerra Civil que durou até 2002. O comprometimento do Brasil em relação à manutenção de sua política fica evidente, como vimos, com a primeira visita de um presidente brasileiro ao continente africano, o general Figueiredo, em 1983. Ressaltamos que, antes da visita do presidente do Brasil, o chanceler Saraiva Guerreiro foi ao continente africano, como podemos observar no seguinte trecho do livro do diplomata Fernando Barreto:

Guerreiro visitou a África em junho. Esteve em Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Angola. Já no primeiro país visitado (Tanzânia), conforme constou do comunicado de imprensa divulgado em Dar-Es-Salâm, o ministro brasileiro tratou da cooperação com muitos cuidados e ressalvas: “com base na equidade, no respeito mútuo e na estrita observância do princípio de vantagens recíprocas” inserida “no quadro do esforço que os países em desenvolvimento fazem para atingir metas de progresso social e econômico e se orientadas pelos autênticos interesses desses países e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas (BARRETO, 2006, p. 397).

renascimento do conceito da cruzada contra o comunismo formam os eixos da administração de Ronald Reagan nos anos 1980. O Brasil e a África sentiriam as consequências do endurecimento americano (SARAIVA, 1996, p. 186).

O chanceler Saraiva Guerreiro, que já acompanhava a política externa brasileira para a África pelo menos desde a gestão do ministro anterior, chanceler Azeredo da Silveira, sabia que o Estado brasileiro tinha que se manter ativo em solo africano, principalmente pelo fato de o governo ter permanecido muito tempo distante e, depois da Representação Especial Brasileira em Angola, protagonizada por Ovídio de Andrade Melo³, não poderia regredir em sua política. Principalmente após a desconfiança que o Estado angolano e outros países africanos, a exemplo de Moçambique, tinham diante das mudanças na postura brasileira em relação aos países africanos que foram colônias portuguesas. Sobre a visita do presidente à África, importa expormos o que discorre Fernando Barreto:

A visita a Angola, conforme constou de comunicado, daria a oportunidade para ampliar e intensificar a cooperação já em curso “no campo do petróleo”, “mediante fornecimento de petróleo e derivados, participação do Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) nas atividades de prospecção e exploração de petróleo e gás natural em Angola, com o respectivo aproveitamento industrial da cooperação técnica bilateral no setor (BARRETO, 2006, p. 397-398).

A aproximação diplomática entre Angola e Brasil vai se consolidando, principalmente na parceria para prospecção de petróleo e gás natural, por meio da Petrobras. O estreitamento da relação entre os dois países é vislumbrado na visita do ministro do Exterior de Angola, Paulo Teixeira Jorge, como podemos verificar abaixo:

[...], o Ministro do Exterior de Angola, Paulo Teixeira Jorge, visitou o país em fevereiro. Guerreiro tratou com o visitante da questão do conflito na Namíbia e explicou ter o Brasil adotado “uma linha não só consoante com seus compromissos de nação africana, mas igualmente favorável à procura de soluções pacífica” para o que chamou de “o mais grave problema da África” naquele momento. Do comunicado conjunto constou, no âmbito bilateral, terem os dois ministros ressaltado a importância dos resultados mutuamente vantajosos nos trabalhos já realizados em Angola pela Petrobras Internacional S.A. (Braspetro), “com boas perspectivas de ampliação” assinalaram o “vigoroso desenvolvimento do intercâmbio comercial mútuo, assim como da cooperação” que expandia “em domínios cada vez mais amplos”; identificaram com setores onde a cooperação apresentavam-se promissora a agricultura, alimentação, transportes e equipamentos, telecomunicações, energia, hotelaria, indústrias leves e prestação de serviços técnicos (BARRETO, 2006, p. 399).

A manutenção da política brasileira iniciada pelo antecessor vislumbrou parcerias estratégicas para o Estado brasileiro, assim como para as empresas brasileiras. A empresa

³ Ovídio de Andrade Melo foi um diplomata de carreira do Itamaraty que estava à frente da representação especial do governo brasileiro em Angola, sendo um dos protagonistas do ineditismo brasileiro na independência angolana. Para maiores informações, ver: MELO, 2009; SANTOS, 2015; 2018.

Odebrecht foi uma das beneficiadas pelos contratos entre a Petrobras e a Sonangol, para comercialização *countertrade*. Nos seus empreendimentos, a Odebrecht tomou todo o cuidado na instalação da empresa em Angola, em plena Guerra Civil. Podemos observar o cuidado que a empresa tomou:

Para preparar as lideranças brasileiras envolvidas no projeto angolano, montou-se um programa de treinamento que incluía cursos sobre a realidade africana ministrado por renomados professores de universidades brasileiras. A esses conhecimentos agregavam-se outros que, embasados em princípios e valores da organização, definiam a marca do comportamento e de posturas adotadas nas diversas situações em território angolano. Nesse sentido, Márcio Politoro, diretor das Relações Institucionais, destaca que “(...) o fundamento da Odebrecht sustenta todos os relacionamentos que desenvolvemos e quem entra na empresa assume o compromisso de compreender, concordar e praticar os valores da Odebrecht” (SANTANA, 2004, p. 118-119).

A atuação do Estado brasileiro contribuiu para os empreendimentos da empresa baiana Odebrecht, que está em Angola há 30 anos, e é a maior empregadora privada do país. A relação da empresa baiana e o Estado angolano são bem estreitas, justamente por ela ter sido a empresa estrangeira pioneira em investir no país, em plena Guerra Civil. Porém, a Odebrecht, como várias outras empresas brasileiras que atuam no continente africano, está envolvida em várias polêmicas, entre elas denúncia de trabalho escravo, como aponta a pesquisadora Daniele Martins:

A denúncia de trabalho escravo envolvendo a empresa é grave. Há muito tempo tem-se falado sobre os abusos que as multinacionais de várias partes do mundo estão cometendo na África, tanto em questões trabalhistas, quanto ambientais. A Odebrecht, assim como Petrobras, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Votorantim, Companhia Siderúrgica Nacional, Camargo Corrêa e Gerdau, recebe altíssimos empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Entre 2006 e 2012, foram US\$ 3,2 bilhões (R\$ 6,4 bilhões) oferecidos em empréstimos a companhias brasileiras em Angola. Dos 65 empreendimentos financiados, 49% deles executados pelo grupo Odebrecht.⁴

Importante salientar que, além da Odebrecht, outras empresas brasileiras de renome são citadas pelo pesquisador, sendo interessante perceber como se dá no momento atual os investimentos que o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) faz com essas empresas, em especial com a empresa baiana, que deteve 49% dos investimentos. Ainda sobre a Odebrecht, Daniele Martins registra:

A Odebrecht entrou no mercado africano através de Angola, e foi a primeira empresa brasileira a se instalar efetivamente no país. Tornou-se, a partir de

⁴ Retirado do site <http://observatoriodafrica.wordpress.com/category/brasil-africa>. Acesso em 05/08/2014.

Capanda, uma das maiores empresas da construção civil responsável por inúmeras obras públicas. Em Angola, ela tem os seus mais diversificados negócios, atuando também nos segmentos diamantífero, agronegócio e imobiliário.⁵

Para além da construção civil, a Odebrecht diversificou os seus investimentos em Angola para outras áreas igualmente interessantes e notoriamente conhecidas pelas potencialidades daquele país, a exemplo dos diamantes e do solo fértil para a agricultura. O que possibilitou o crescimento desse tipo de empresas foi o comércio de *countertrade*. Destacamos o seguinte trecho de Sombra Saraiva:

Daí o impulso do comércio bilateral entre Brasil e alguns países da costa ocidental da África, como a Nigéria e Angola. A prática do *counter-trade* entre o Brasil e a Nigéria foi um capítulo todo especial da expansão das relações comerciais entre o Brasil e África no final do governo Figueiredo e início do período presidencial de José Sarney (SARAIVA, 1996, p. 195).

Governo José Sarney

O comércio de *countertrade* foi importante naquele momento do ministro Guerreiro Ramos, embora os sinais da crise financeira, como já exposto, não possibilitavam o vigor de outrora. Nesta conjuntura, o governo do presidente José Sarney vai procurar manter a política externa para África; no entanto, os percalços são maiores. A respeito dessa questão, Sombra Saraiva discorre:

O governo Sarney atuou dentro dos limites impostos pela negociação da dívida externa e pela instabilidade econômica interna, de forma a não deixar morrer o ímpeto da política africana do Brasil. Os próprios dados comerciais mostram que, apesar do claro declínio em relação ao governo Figueiredo (só no ano 1986 o comércio do Brasil com a África caiu em cerca 50% em relação ao ano anterior) a participação das exportações para África ainda apresentava certa importância. Oscilando em torno de 4,5% do total das exportações brasileiras para todo o mundo, as exportações na segunda metade da década de 1980 traduziam os esforços que tinham sido feitos nos anos dourados das relações Brasil-África e a ampliação do esforço exportador para Nigéria na primeira década (SARAIVA, 1996, p.197).

O governo Sarney está inserido em um momento histórico complexo de redemocratização do país, seguido por graves problemas econômicos e dívida externa avolumada, que vinha sofrendo com pressões e sanções do Fundo Monetário Internacional – FMI. Esse panorama político e econômico do Brasil dificultou a manutenção da política externa para o continente

⁵ Idem.

africano, como apontado pelo trecho acima. Contudo, é nesse momento que o Estado brasileiro participa da criação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). Sobre essa questão, disserta Sombra Saraiva:

[...] Em 1989, o presidente José Sarney reuniu, em São Luís do Maranhão, a primeira cimeira dos chefes de Estados e do governo do Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa. Em São Luís foram aprovados os objetivos comuns que integrariam tais países no Instituto Internacional da Língua Portuguesa [...] (SARAIVA, 1996, p. 229).

Governo Fernando Collor de Mello

Todavia, nos anos de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello adotou o neoliberalismo como política econômica e, conjuntamente, uma política externa mais direcionada para os países tidos como “desenvolvidos”, deixando em segunda instância as relações que se estabeleciam com países em processo de desenvolvimento. A respeito desse período, o historiador Paulo Fagundes Visentini, no livro *A África na Política Internacional* (2010), faz uma síntese que nos interessa:

A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de relativo distanciamento em relação à África. A visão estratégica contida no Consenso de Washington, que orientava a nova elite brasileira, enfatizava as relações verticais Norte-Sul, em lugar das relações horizontais Sul-Sul. No contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão neoliberal da globalização e voltada aos países da OCDE. O declínio comercial que se seguiu era fruto dos planos de ajuste dos dois lados do Oceano, da retirada do Estado do financiamento das exportações de muitos ramos da economia e da necessidade de comprar petróleo da Argentina, como forma de equilibrar as relações comerciais dentro do Mercosul (VISENTINI, 2010, p. 221).

Governo Itamar Franco

Por todas as questões apontadas por Visentini, houve o afastamento da política Sul-Sul, que vinha sendo desenhada desde Jânio Quadros (1961), que foi interrompida no governo da Ditadura Civil-Militar de Castelo Branco (1964), retomada por Costa e Silva (1967) e tem seu ponto alto no governo Geisel. Contudo, o governo de Collor foi conturbado, culminando em *impeachment*, quando assumiu seu vice, Itamar Franco. Visentini faz considerações pertinentes sobre o governo do presidente Itamar Franco:

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, depois, Celso Amorim como chanceleres, voltou a haver certa visão articulada quanto à política africana. Foram selecionados alguns países-chaves como prioritários, e neles concentrados os limitados esforços. A nova África do Sul, Angola e Nigéria eram os principais focos da política externa brasileira, que buscava atingir os vizinhos através destes. Em 1993 Itamar Franco reativou a ZoPaCas e, no ano seguinte, realizou um Encontro de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília. Mais importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola (VISENTINI, 2010, p. 221).

Governo Fernando Henrique Cardoso

Registramos que, mesmo com a tentativa de reaproximação, as iniciativas não tiveram a mesma intensidade que discurremos ao longo deste trabalho. No governo FHC o cenário não se altera. Visentini discorre sobre o lugar da África nesse momento:

No governo FHC (1995-2002) o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995 o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, Cardoso visitou Angola e África do Sul, firmando acordos e várias áreas, em 1998 o presidente Mandela veio para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo com o Mercosul (VISENTINI, 2010, p. 222).

Visentini enfatiza que, no período do governo FHC, a reaproximação do Brasil em relação aos países africanos foi bem reduzida, ou quase inexistente, embora algumas iniciativas tenham sido tomadas, a exemplo da missão de paz enviada a Angola, em 1995.⁶

⁶ No dia 19 de setembro de 1995, o Pelotão de Polícia do Exército, juntamente com a 3ª Companhia de Fuzileiros, a Companhia de Comando e Apoio e o Estado-Maior, compostos por militares do 72º BIMtz embarcou no navio NDCC Duque de Caxias, da Marinha do Brasil, ancorado no Porto do Recife, partindo com destino ao Porto de Lobito, em Angola, onde chegou no dia 03 de outubro. Do Rio de Janeiro também partiram outros dois navios, o Ceará e o Rio de Janeiro, conduzindo parte do efetivo, juntamente com as viaturas, com destino a Angola.

O Brasil, dentro do contexto mundial e apoiando decisão da ONU, na tentativa de estabelecer a paz em Angola, resolve mandar um Batalhão do Exército Brasileiro para participar de uma operação conjunta de Força de Paz, com Exércitos da Romênia, Índia, Coreia do Sul, Uruguai e Portugal. O Batalhão do Exército Brasileiro, denominado "Batalhão Angola", era composto por 6 Companhias: Comando e Apoio, Companhia de Serviços, três Companhias de Fuzileiros e uma Companhia de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

A Companhia de Comando e Apoio era composta de 6 Pelotões, assim discriminados: Pelotão de Apoio de Fogo, Pelotão de Reconhecimento, Pelotão PE, Pelotão de Comunicações, Pelotão de Comando e uma Seção de Comando. Extraído do site: <http://www.4bpe.eb.mil.br/paginas/links/angola.html> . Acessado em 25/08/2014.

Cumprir observar que no XXVII Simpósio Nacional de História, ocorrido na cidade de Natal entre os dias 22 e 26 de julho de 2013, em conversa informal com um expositor que também é militar membro do exército brasileiro, ele me disse que participou dessa missão em Angola. Comentou que não podia interferir no conflito, que presenciou um homem em uma bicicleta, que havia adquirido mantimentos junto a essa missão e, quando saiu manobrando a bicicleta, passou por uma mina e explodiu. O homem, nesse momento, não sofreu nada; no entanto, na tentativa de pegar o mantimento que estava no chão, outra mina explodiu e aí o homem faleceu (ao contar isso, o militar ficou com lágrimas nos olhos).

Governo Luís Inácio Lula da Silva

Contudo, no período do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva acontece uma política de restabelecimento dos vínculos com o continente africano.⁷ Podemos dizer mais ainda, pois, em 2003, quando assumiu a Presidência da República, uma das primeiras leis que assinou foi a 10639/2003, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, o que demorou muito tempo, tendo em vista as contribuições que os povos vindos de África deram para a formação do Brasil.

O cenário diplomático criou políticas afirmativas para os homens de outros tons de pele (negros e mestiços em geral) terem condições de ingressar na carreira diplomática. Ressaltando que, no corpo diplomático brasileiro, temos casos raros, como o embaixador negro Raimundo Dantas, na década de 1960; mas, ao longo da história do Itamaraty, o número até hoje é pequeno. Necessário destacarmos a política do governo Lula. Segundo Visentini,

Desde o início do governo Lula, em 2003, a diplomacia brasileira tem dado atenção especial à África, intensificando os laços com o continente, pois o Brasil passou a desenvolver uma diplomacia “ativa e afirmativa”. Uma visão estratégica e uma perspectiva coerentes são as novas bases das relações Brasil-África, tomando-se o principal foco da chamada Sul-Sul. Relações bilaterais e multilaterais tem se desenvolvido de maneira notável nas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e mesmo segurança e defesa (VISENTINI, 2010, p. 222-223).

Todavia, a política externa estabelecida no governo Lula foi alvo de críticas, pois alguns a denominaram “imperialismo *Soft*”⁸, haja vista que esse retorno de aproximação do continente africano não trazia retorno financeiro, a exemplo da China, que faz negócios mais rentáveis em África do que o Brasil. A respeito da política internacional para a África, explana Visentini:

Brasil, China e Índia são os novos atores na política internacional africana. Após um longo período de distanciamento a sociedade brasileira e as relações interestatais com a África ultrapassaram a etapa retórica e ganharam incentivo a partir do governo Lula. Os laços históricos, o elevado número de descendentes

⁷ A respeito do restabelecimento da política externa para a África, salientamos um pronunciamento que Lula fez quando era líder do seu partido no governo Figueiredo. Segundo Sombra Saraiva: Foi naquele mesmo contexto que Luís Inácio Lula da Silva declarou que “a única boa coisa” do governo Figueiredo era sua política externa. (SOMBRA SARAIVA, 1996, p.199).

⁸ Cumpre observarmos sobre o termo: para muitos com África provam a dimensão solidária do programa social do presidente Lula, numa extensão internacional das ações nacionais, enquanto outros consideram essas relações apenas uma “diplomacia de prestígio”, com desperdício de tempo e dinheiro. Finalmente, alguns as consideram pela ótica da “diplomacia de negócio”, uma espécie de imperialismo *soft*, que se diferenciaria da presença chinesa na África apenas pela sua forma e intensidade (VISENTINI, 2010, p. 223).

africanos no país e o debate interno em relação à igualdade racial estão presentes na perspectiva brasileira em relação à necessidade de um relacionamento mais próximo e cooperativo para com os parceiros africanos. Entretanto, os pilares estratégicos e econômicos dessa recente aproximação são mais importantes: ainda que o continente africano apresente níveis alarmantes de pobreza, não há estagnação na região, fato que propicia um papel importante para projeção mundial brasileira (VISENTINI, 2010, p. 223).

Neste contexto, importa salientar como a política implementada pelo governo brasileiro no Continente africano é vista pelos angolanos. Tivemos oportunidade de entrevistar em Luanda, no dia 05/06/2014, o ex-ministro da Casa Civil de Angola, Dr. Carlos Maria da Silva Feijó⁹, e buscamos fazer com que ele abordasse suas percepções a respeito das relações com o Brasil em comparação com as relações que eram estabelecidas com Portugal. Vejamos:

A única diferença que tem entre Brasil e Portugal é que o último foi uma potência colonizadora de quinhentos anos, portanto a relação vai ser maior; os nossos pais iam para Portugal estudar, trabalhavam aqui para metrópole portuguesa, essa era a razão. Não é que um faz mais que o outro, é uma razão histórica. Estiveram cá mais presentes [português] e durante esses quinhentos anos fizeram filhos portugueses em Angola, nasceram cá... o primeiro ministro de Portugal nasceu aqui¹⁰, o atual governo português tem cinco ministros que nasceram cá; não poderia ter acontecido com o Brasil, mas isso é sobre a relação, mas sobre a relação econômica etc. comercial, a relação com o Brasil é forte demais. O Brasil começou a ter uma presença econômica mais forte que Portugal. A Odebrecht e a Petrobras entraram aqui cedo demais, o facto do Brasil ter reconhecido Angola tão cedo tem disso tirado partido na relação na relação Brasil/Angola... Portugal/Angola há sempre um belisco. Em outubro de 2013, o presidente José Eduardo dos Santos chegou a dizer que o diálogo estratégico com Portugal tem que ser suspenso, [...] Já com o Brasil nunca, pelo contrário. A nota que quero passar é que o Brasil tirou do ponto de vista político, comercial e cultural do fato de ser uns dos primeiros ou o primeiro a reconhecer a independência de Angola.¹¹

Podemos observar que o Dr. Carlos Feijó faz uma nota sobre a relação entre Brasil e Angola em que o fato de o Estado brasileiro ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola foi o que possibilitou uma relação privilegiada nos aspectos político, econômico, cultural, entre outros. Mediante a relação entre Portugal e Angola, refere que apresentam suas tensões, o que não ocorre com o Brasil. Indagamos qual foi a sua visão da política externa brasileira em Angola, quando foi ministro da Casa Civil:

⁹ Carlos Maria da Silva Feijó, além do cargo de ministro da Casa Civil que ocupou, é Professor Titular/Catedrático de Direito da Universidade Agostinho Neto, sócio do escritório de advogados CFA – Firma de Advogados e consultor associado do escritório de Advogados Noronha Tiny & Associados.

¹⁰ Foi primeiro ministro de Portugal (de 21 de junho de 2011 a 26 de novembro de 2015). Pedro Manuel Mamede Passos Coelho, conhecido como Passos Coelho, ao que consta, nasceu em Coimbra, em Portugal, em 24 de julho de 1964.

¹¹ Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

Eu tive o privilégio de ser chefe da Casa Civil, em março de 2010, qual foi a feliz coincidência? Eu era chefe da Casa Civil e Dilma Rousseff era chefe da Casa Civil do Brasil, mas fomos fazer uma vista oficial ao Brasil e foi aí, em 2010, que foi assinado o acordo de Cooperação Estratégica entre Brasil e Angola, a declaração e a criação de mecanismo político de cooperação. Nessa altura, quando nós fomos, a Dilma estava já em campanha eleitoral, já nem apareceu na negociação, só encontramos com o presidente Lula. Então, a impressão que posso ter desse período é de abertura total, tanto é que foi nesse período que se alargou a linha de crédito entre Brasil e Angola para a importação de produtos brasileiros para Angola, isso diz tudo né? **Sim!** (grifo nosso) No domínio da defesa nós também, nessa altura, conseguimos que o Brasil nos prestasse apoio na delimitação da plataforma continental de Angola, a extensão da plataforma continental para levar as Nações Unidas no quadro dos direitos do mar. O Brasil tem nos apoiado nisso. Portanto, foi um momento de incremento das relações Brasil e Angola e continua crescendo.¹²

O Dr. Carlos Feijó expõe que os contatos com o Brasil foram de estreitamento em pontos nevrálgicos das relações diplomáticas, ao contrário das críticas que foram feitas do “Imperialismo *Soft*”, que Visentini expõe em seu trabalho. Inferimos que as negociações feitas, segundo depoimentos de Feijó, proporcionam aproveitamentos sólidos para ambos os lados; o Brasil, a estender uma linha de crédito para importações brasileiras em Angola, fomentaria o comércio com este país e incentivaria também a indústria brasileira. Na questão territorial, é importante salientar o suporte técnico que o Estado brasileiro deu ao Estado angolano, colaborando para a demarcação da Plataforma Continental de Angola. Registramos que as questões territoriais dentro da geopolítica eram umas das grandes preocupações do governo da Ditadura Civil-Militar brasileira. Por fim, Dr. Carlos Feijó faz a seguinte consideração dos negócios de Angola com o Brasil, em detrimento da China, questão que já mencionamos acima:

A nossa política externa é de permitir espaços para todos os países que quiserem vir cá. A China não tem o monopólio da cooperação em Angola, o Brasil não tem o monopólio, não aceitamos na nossa relação econômica a dependência de um único país, essa é bocado a ideia dos não-alinhados, não é? **Sim!** (Grifo nosso). Portanto, não podemos dizer que a China vem roubar o lugar dos brasileiros, nem o contrário. Os brasileiros vêm aqui e desenvolvem suas atividades em bilhões de dólares como os chineses fazem, na área de construção e de infraestrutura, estuda o caso da Odebrecht e ver o volume de negócios que eles têm, e na área de infraestrutura, onde os chineses também atuam... tanto que o Brasil tem uma linha de crédito no petróleo como a China; são parceiros privilegiados... temos que dividir o bolo e o Brasil tem sempre sua fatia...¹³

Não obstante, Dr. Carlos Feijó sinaliza vários pontos que, infelizmente, não vamos desenvolver com o cuidado que mereceria. Porém, registramos que a análise do ex-ministro da Casa Civil sobre a questão da China e do Brasil é pertinente para reflexões da política externa

¹² Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

¹³ Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

contemporânea. Pois, como já citados aqui em algumas passagens, a China vem ganhando espaço na economia não só do continente africano, mas mundial. Todavia, a resposta do Dr. Carlos Feijó teve como argumento a política dos “Não Alinhados”, que foi desenvolvida na Conferência de Bandung, em 1955. Esta conferência deixou fortes marcas nas instituições políticas africanas, no caso específico do nosso trabalho, mormente em Angola, justamente procurando ver o que é melhor para o seu país, independente da ideologia. Novamente comenta os empreendimentos das empresas brasileiras, tanto estatais como particulares.

Apresentamos esse breve histórico numa perspectiva de mencionarmos, mesmo que de maneira sucinta, os laços construídos entre Brasil e África, em específico Angola, pontuando rupturas e continuidades da política externa brasileira para o continente africano. Verificamos, pelo exposto do ex-ministro da Casa Civil, Carlos Feijó, que essa relação até hoje goza de considerações pelo reconhecimento do Brasil à independência de Angola. Não obstante, cumpre observar o que o pesquisador angolano Daniel dos Santos¹⁴ escreveu sobre os apoiadores da independência angolana. Embora as contribuições mútuas entre Brasil e Angola tenham a sua importância, há reticentes com relação à real contribuição de outras nações na reconstrução de Angola, o que entendemos como natural, haja vista a maneira complexa como as relações entre Brasil e Angola se estabeleceram. O autor expõe as complexidades desse processo:

A luta de libertação angolana no século XX deve ser enfocada, com sua especificidade própria, como intrinsecamente ligada à evolução das resistências provocadas pela expansão do sistema capitalista mundial. Nesta perspectiva, reduzir esta luta a uma dimensão puramente política significa limitá-la à conquista da independência, às disputas pelo poder político e menosprezar o seu alcance. A luta de libertação nacional angolana tem, em sua base, um rico conteúdo. Sua edificação é, antes e acima de tudo, uma questão de identidade cultural, elemento essencial e permanente para edificar suas instituições próprias, fundamentado no reconhecimento das diferenças, e de elaborar um projeto social, nacional e popular baseado no diferendo. Ela se desenvolve a partir do reconhecimento dos interesses e das opiniões específicas do povo angolano, e da necessidade de um debate com a participação de todos, excluindo-se os que compactuam com interesses exteriores à nação, sobre as formas de criação de riqueza (relações sociais e econômicas, forças produtivas) e sobre o marco referencial desta organização (relações políticas e exercício do poder). (SANTOS, 2001, p. 102).

Desafios para a real independência

¹⁴ O professor Daniel dos Santos (Universidade Ottawa) mantém um forte laço sentimental (é de origem angolana), mas também científico e político com Angola. Extraído do site: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a05v23n1.pdf>. Acessado em, 24/10/2020.

Daniel dos Santos nos chama a atenção para não reduzirmos o processo de independência de Angola aos acontecimentos meramente políticos, econômicos, social, principalmente, levando em conta a conjuntura da Guerra Fria. Para ele, a construção da identidade nacional é o que realmente pode levar a uma “verdadeira nação”, sendo que, para essa constituição, deveriam se excluir grupos que tivessem interesses somente em “explorar” o país.

O Brasil, além de ser a primeira nação ocidental a reconhecer a independência de Angola, tem algumas de suas empresas atuando em solo angolano logo após a independência. A citação de Santos traz a reflexão se a postura brasileira não estaria justamente enquadrada dentro de sua análise, no que se refere aos problemas para o desenvolvimento do país. Registramos que esse pensamento tem fundamento no período de colonização portuguesa em Angola. O autor escreve:

De fornecedora de escravos, Angola passa a produtora de matérias-primas (diamantes, ferro, petróleo, manganês, urânio...), produtos agrícolas (açúcar, algodão, café, sisal...) e provedora de força de trabalho barata. Para a produção da burguesia portuguesa, Angola representava, seguramente, um mercado; mas, para o capitalismo mundial, Angola era uma reserva de matérias-primas e de força de trabalho. É somente a partir dos anos 1960-1970, com a maior abertura aos investidores portugueses e estrangeiros e uma certa industrialização, que Angola se torna um mercado interessante para a produção do capitalismo mundial. Dessa forma, a dominação das indústrias de exportação acentuou a dependência da colônia em relação ao capital mundial (Torres, 1983, p.1102-1107) e a burguesia portuguesa teve então de ceder maior espaço às burguesias americana e européia. A industrialização e o desenvolvimento da empresa capitalista em Angola estavam, dessa forma, ligados ao capital financeiro português e mundial. Frágil em relação aos seus concorrentes, a burguesia metropolitana portuguesa se agarrava às suas colônias: com raríssimas exceções, a subcontratação, a *joint-venture* e a intermediação tornam-se as únicas formas nas quais a burguesia colonial podia se refugiar. As colônias, e Angola em primeiro lugar, permitiam-lhe realizar uma certa acumulação, ao mesmo tempo em que constituíam, com a imigração para a Europa e para a América, um meio ideal para solucionar o problema da mão-de-obra excedente (SANTOS, 2001, p.103).

A evolução na exploração da cadeia produtiva das riquezas de Angola por Portugal e a forma de tratamento dado à população trazem o receio do autor, na construção da Angola pós-independência, de que esse “círculo vicioso” de expropriação da riqueza angolana continuasse pelo Estado e por seus aliados. Essa preocupação faz sentido na conjuntura de Guerra Fria, na qual havia vários interesses ideológicos, políticos e econômicos. E, entre esses, o que menos contava eram as necessidades da população, como o autor aborda quando diz que Angola servia como local de exploração do capitalismo mundial. Nesse sentido, Santos reflete sobre os desafios que a Angola pós-independência tem que enfrentar para realmente tornar-se um país autônomo:

[...] África Austral. Não mais se trata de escolher entre o colonialismo ou o neocolonialismo português e a libertação nacional enquanto conquista política,

mas sim entre uma integração mundial maior ou uma integração regional. A integração mundial significa a recolonização de Angola, seja através de mecanismos regionais sob controle sul-africano, seja pelo controle direto dos centros do sistema mundial, Estados Unidos da América à cabeça. Em uma perspectiva contrária, a integração regional exigiria um compromisso segundo os interesses nacionais e sociais dos países da África Austral, em um esforço de partilha e de comunhão de bens e de recursos. Esse compromisso, condição de passagem da conquista do poder político à libertação social e da possibilidade de fazer progredir a construção da nação democrática, não diz respeito unicamente a Angola, mas a todas as nações da região (SANTOS, 2001, p.105).

Santos aponta o dilema não somente da construção da nação angolana, mas de toda a região, onde os percalços são consideráveis no processo de integração com os países do capitalismo central, mormente EUA e os países europeus. Na sua análise, essa integração com os países do capitalismo central não traria muitos benefícios à região, visto que os interesses deles são os mesmos do período colonial, ou seja, o de fornecimento barato de produtos e força de trabalho. Para alteração desse processo, o autor sugere uma integração regional da África Austral para o fortalecimento dos laços políticos, econômicos e sociais, fazendo frente ao grande capital, dando possibilidade real de negociação com os grandes países capitalistas. Evitar-se-ia, assim, a mera exploração dos recursos naturais e das populações locais, criando, dessa forma, espaço para a construção de uma democracia verdadeira para região. Embora que, para erguimento de uma nação, Santos registre a importância de uma burguesia consciente:

A noção de formação social angolana expõe à luz vários elementos essenciais à evolução da Angola independente, como o desenvolvimento da pequena burguesia angolana, a construção da nação angolana e o povo. Esta pequena burguesia deveria desempenhar o papel de correia de transmissão e de ligação entre a sociedade colonial e as sociedades africanas. Entretanto, um tal papel, consequência de uma política de assimilação e de uma política colonial que impediu a formação de uma burguesia angolana, criou, desta forma, seu contrário. Pelo seu conhecimento de uns (racionalidade e tecnologia capitalistas) e de outros (cultura, aspirações e necessidades populares), a pequena burguesia ocupa uma posição que lhe permite mediatizar um projeto nacional. Ela é fundamental para a reprodução do sistema, ao mesmo tempo em que se transforma em seu coveiro, uma vez que deveria assumir a organização da nação. A construção da nação angolana exige a unificação e a organização do espaço herdado do capitalismo colonial e a integração das diferentes sociedades africanas, tendo por base as suas diferenças. A nação é uma condição *sine qua non* da definição de uma formação social angolana acabada. Ela compreende todo o território de Angola no momento de sua independência (compreendendo Cabinda), todas as etnias e todas as raças que compõem o povo angolano. A nação significa que o povo angolano é chamado a participar plenamente na definição de seus interesses, de suas necessidades e dos meios para obter suas satisfações e sua defesa. Este projeto nacional deve ter como base aquilo que une o povo angolano: sua história comum e suas características específicas, o pluralismo cultural e lingüístico, a produção e distribuição da riqueza, a ajuda mútua e a solidariedade. Dessa forma, os interesses nacionais não devem dividir ou separar a comunidade nacional, nem criar desigualdades econômicas e

sociais inaceitáveis para nenhum componente da nação, seja ele qual for. (SANTOS, 2001, p.107)

A transição de uma sociedade colonial para um Estado Nação, segundo Santos, tem a contribuição da burguesia, sendo ela uma correia que liga os dois tempos (colonial e nação), mas esse processo não foi realizado. Ele afirma que, no projeto de construção da nação, a participação da burguesia é incipiente. Alerta que os interesses nacionais têm que unir a população e não propiciar a separação da mesma, como aponta no texto acima. No seu artigo, o autor faz uma análise do pós-independência de Angola, o ônus para uma construção dessa jovem nação, os riscos de, mesmo na pós-independência, o país transformar-se em uma nova colônia moldada ao período atual, em que não se tem a necessidade de ocupar fisicamente um local, mas a dependência econômica faz com que o Estado fique submetido ao jugo de outro país, não permitindo a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade nacional e perpetuando o sofrimento da população que outrora vivia em uma colônia e, agora, vive em um país livre, mas o seu modo de vida continua o mesmo.

Considerações Finais

Dentro das questões levantadas por Santos sobre a construção nacional de Angola, quais são as contribuições atuais do Brasil? Enfim, indagamos o quanto dessa referência faz parte de uma troca entre duas nações que foram espoliadas pelos países ricos, num primeiro momento por Portugal, depois pelas potências do século XX, Inglaterra, França, EUA e URSS, e mais recentemente, no século XXI, pela China. O Brasil não seria somente mais um país nesse sentido concreto, desejoso da espoliação de Angola? O que foi feito e o que está fazendo para contribuição da constituição da nação angolana que, como demonstrado, é muito recente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, F. de M. **Sucessores do Barão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MARTINS, D. 30 anos da Odebrecht em Angola: entre premiações e denúncias. **Observatório da África**, Brasília, 11 jul. 2014. Disponível em: <<https://observatoriodafrica.wordpress.com/2014/07/11/30-anos-da-odebrecht-em-angola-entre-premiacoes-e-denuncias/>>. Acessado em: 05 ago. 2014.

MELO, Ovídio de Andrade. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

SANTANA, Ivo de. **A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990)**. Salvador: Ponto e Vírgula, 2004.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, nº 1, 2001, p. 99-133.

SANTOS, José Francisco. **Angola: política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo**. Salvador: Sagga, 2018.

SANTOS, José Francisco dos. **Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, PUC – SP, 2015.

SARAIVA, José Flávio S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)**. Brasília: UNB, 1996.

VISENTINI, P. F. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | Nº. 5 | Ano 2020

Cinthia Nolácio de A. Maia

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

LEI 10639/2003 E AS DCNERER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SENTIDOS DE ÁFRICA PRESENTES NESSES DOCUMENTOS

LAW 10.639 / 2003 AND THE DCNERER: SOME CONSIDERATIONS
ABOUT THE SENSES OF AFRICA PRESENT IN THESE
DOCUMENTS

RESUMO: A Lei 10.639/2003 e as DCNERER constituem o conjunto principal de documentos alusivos ao ensino de África na legislação brasileira. O presente trabalho tem como objetivo discutir tais documentos, problematizando o sentido de “África” que circula em seus textos. Tal legislação, apesar de constituir um marco histórico na luta contra os preconceitos de cor existentes no país, em muitos trechos apresenta ideias homogêneas do continente africano, como se este constituísse uma realidade una e imutável, o que possibilita inferir que os documentos surgiram imersos na ideologia dos movimentos pan-africanistas e reverberam a mesma. Este trabalho, ainda em andamento, se baseia em revisão crítica de bibliografia específica, análise documental das leis citadas e dos discursos de docentes e discentes entrevistados ao longo da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639; DCNERER; África; Pan-africanismo.

ABSTRACT: Law 10.639 / 2003 and the DCNERER comprise the main set of documents referring to the teaching of Africa in Brazilian legislation. The present work aims to discuss these Documents, questioning the meaning of “Africa” that circulates in their texts. Such Legislation, despite constituting a historical landmark in the fight against the prejudices of color existing in the country, in many parts presents homogeneous ideas of the African continent, as if this constituted a single and immutable reality, which makes it possible to infer that the Documents emerged immersed in the ideology of Pan-Africanist movements and reverberate the same. This work, still in progress, is based on a critical review of specific bibliography, documentary analysis of the aforementioned laws and the speeches of teachers and students interviewed throughout the research.

KEY WORDS: Law 10,639; DCNERER; Africa; Pan-Africanism.

LEI 10639/2003 E AS DCNERER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SENTIDOS DE ÁFRICA PRESENTES NESSES DOCUMENTOS

Cinthia Nolácio de Almeida Maia ¹

Introdução

Em 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei Federal 10.639 que alterou o parágrafo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96 (Lei 9394/1996), acrescentando os artigos 26 –A e 79 –B, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e incluindo o estudo da África e dos africanos em todos os estabelecimentos oficiais de ensino fundamental e médio do país. O texto da Lei é objetivo e direto em relação as suas determinações:

LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Mensagem de veto Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. ²

Essa alteração na LDB/1996 foi regulamentada com a aprovação, em 2004, do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da resolução nº 01, que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (DCNERER), cuja relatora foi a conselheira Pedronilha Beatriz Gonçalves. Para muitos pesquisadores (OLIVA, 2009; PEREIRA, 2011; COSTA, 2013) a aprovação desses dispositivos legais representa uma vitória no processo de luta dos movimentos negros organizados, especialmente no período identificado como fase de atuação, a partir do ano de 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), quando se mobilizaram em torno

¹ Professora assistente da UNEB DCH IV (Jacobina), mestre em Educação, Doutoranda do DMMDC UFBA/UNEB. cinthianolacio@yahoo.com.br

² BRASIL, 2003.

de debates visando a contestação do que nomeiam por mito da democracia racial, a denúncia do racismo enquanto elemento estruturante das relações sociais no país e a proposição de políticas públicas para a inclusão de mudanças curriculares. Isto seria feito através da inserção de conteúdo baseados na afirmação positiva de uma negritude “africanizada”, em moldes multiculturalistas e na própria ressignificação das representações sobre África. Nesse sentido,

Foram executadas propostas e ações pedagógicas pelo Brasil afora, tendo como protagonistas professoras(es) ativistas negras(os) e professoras(es) não negras(es), todas(os) comprometidas(os) com a necessidade da revisão do currículo escolar e a inclusão da história da população negra e história da África no mesmo. O próprio movimento negro brasileiro realizou vários encontros, a exemplo dos realizados nas regiões “Norte e Nordeste”, cujo catalisador das discussões era o Movimento Negro Unificado (MNU). (ROCHA; SILVA, 2013, p. 58, grifo do autor).

A insurgente demanda dos movimentos negros pela educação formal, o crescente poder de organização desses movimentos, a participação efetiva de intelectuais nos mesmos, a influência de debates internacionais sobre democratização da educação escolar, bem como discussões nos âmbitos nacional e internacional em torno de mudanças nas concepções da História da África, se refletiram na formulação de políticas públicas antirracistas e no fortalecimento da interlocução dos movimentos negros com o Estado, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, período em que ocorreram várias conquistas desses movimentos, no que tange a implementação de leis, em âmbito estadual, visando incluir no currículo escolar conteúdos relacionados às histórias e culturas africanas e “afrobrasileiras”, tais como: a Constituição do Estado da Bahia, primeira a determinar a inclusão de uma disciplina com tais temáticas na Educação Básica; a seguir, foram promulgadas a Lei Orgânica do município de Belo Horizonte em 21 de março de 1990 (Art. 182, VI); a Lei nº 6889, em Porto Alegre, de 05 de setembro de 1991; a Lei nº 7685, da cidade de Belém, em 17 de janeiro de 1994; a Lei do município de Aracaju, em 30 de novembro de 1994; a Lei nº 2251 do município de Aracaju, de 31 de março de 1995; a Lei nº 11973, da cidade de São Paulo, em 04 de janeiro de 1996; a Lei 2639, do município de Teresina, em 16 de março de 1998; a Lei nº 1187, do Distrito Federal, de 13 de setembro de 1996 (SANTOS, 2005). Diante dessa trajetória político-institucional favorável à consolidação dos movimentos ditos antirracistas, num cenário de centralidade das ações afirmativas com forte caráter racializado e africanizado, foi que em 2003 foi implementada, em âmbito federal, a Lei 10639/2003 e no ano seguinte, as DCNERER.

Todas essas discussões são importantes para pensar que tal Legislação precisa ser analisada como o corolário de processos complexos de produções político-discursivas que envolvem jogos de poder, interesses, lutas, negociações e disputas, objetivando, entre outras coisas, a conformação de uma identidade “negra” positiva, por meio da ressignificação nas

representações e sentidos sobre a África, que nos documentos apontam para um diálogo com intelectuais atrelados a chamada Corrente de Superioridade Africana, conforme denominação de Carlos Lopes (2005), que defendem uma mudança na ênfase da dita matriz eurocêntrica para uma dita afrocêntrica, uma perspectiva que visa reposicionar “o lugar da África” na historiografia e apresenta-se como instrumento de constituição de uma identidade “para o povo negro” a partir da busca de (re)construção do vínculo com a África e da solidariedade racial através do “resgate” de uma história comum. Todas essas ideias estão imersas e reverberam as ideologias e discursos advindos dos movimentos pan-africanistas, o que ratifica que os textos dos documentos devem ser entendidos a partir desse contexto mais amplo e complexo.

2. Ideias pan-africanistas e sentidos de África nos textos da legislação.

O Pan-Africanismo pode ser definido como um movimento de ideias e teorias, nascido na primeira metade do século XIX, liderado por ativistas negros, especialmente da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Antilhas e líderes do continente africano, contra a ordem histórico-racial-social que oprimia os africanos, contra o colonialismo, os tráficos escravistas nas Américas, Europa e Ásia, contra as teorias raciais (Poligênica, Darwinismo Social, entre outras), bem como, defendiam a liberdade e a igualdade das populações africanas no estrangeiro (PAIM, 2014). Nesse ínterim, o Movimento Pan-Africano se insurgiu fortemente marcado por uma perspectiva nacionalista, pelo questionamento da superioridade da raça branca e pela invenção de uma África única e homogênea, difundindo uma ideia de solidariedade, exaltação e o orgulho da raça negra, bem como, da fidelidade às origens a essa Mãe-África. Noutros termos, os ideais pan-africanistas objetivavam construir uma identidade comum entre os negros com base na insígnia da cor, no princípio de ancestralidade e da experiência comum do tráfico e da escravidão (APPIAH, 1997; HERNANDEZ, 2005). Assim,

Surgido no final do século XIX nos Estados Unidos, e liderado por intelectuais negros, esse movimento objetivava a união da raça negra no plano psicológico, criando uma irmandade simbólica entre os negros de todo o mundo. A necessidade de afirmação do negro e a busca pelo seu reconhecimento como sujeito importante na História após ter sido subjugado e servido de instrumento para a consecução de interesses de outrem, levou os pan-africanistas a iniciarem um intenso processo de revisionismo histórico e mobilização cultural que os direcionassem ao reencontro com suas origens africanas. (CASTRO; SEIXAS, 2013, p. 19).

As ideias dos movimentos pan-africanistas chegaram ao Brasil na década de 1930, através dos discursos de Marcus Garvey, jamaicano fortemente inserido nesse movimento, que defendia o retorno concreto e físico dos negros do Caribe e dos Estados Unidos para a África.

Para materializar seus objetivos, ele criou, em 1914, a UNIA (*Universal Negro Improvement Association*), que chegou a contar com mais de um milhão de afiliados em 40 países e era um projeto de colonização de terras na África por meio de uma série de empreendimentos que arrecadariam fundos necessários para a sua efetivação. Sua iniciativa mais conhecida foi a criação da *Black Star Line*, uma companhia marítima que, inicialmente, faria o transporte de bens entre os Estados Unidos e Caribe, depois, se encarregaria de transportar colonos afro-americanos para o continente. Garvey defendia a criação de uma nação autônoma e independente na África, enfatizando o patriotismo africano e engrandecendo a raça negra. Para divulgar suas ideias, ele criou o jornal *Negro Word*, em 1918, onde eram publicados informes sobre a UNIA, além de divulgar o discurso de solidariedade racial, através da celebração de grandes figuras da história africana e de críticas a “raça branca”. Esse periódico teve um grande alcance e circulação, inclusive no Brasil, influenciando publicações como o jornal o *Clarim da Alvorada*, jornal de São Paulo, fundado em janeiro de 1924. Segundo Francisco (2014):

A força retórica dos discursos de Garvey e seus seguidores no *Negro Word* entusiasmou alguns dos jornalistas do *Clarim* que começaram a reproduzir palavras de ordem atribuídas ao líder jamaicano em algumas páginas do jornal (...) Nas páginas do *Clarim*, reforçava-se, cada vez mais, uma perspectiva transnacional, em que a articulação das lideranças eram consideradas parte de um quadro amplo de lutas negras (...). Na seção “Mundo negro” do *Clarim*, as informações reproduzidas do *Negro Word* transformaram o jornal afro-americano em eixo da cobertura sobre os acontecimentos na África. Nem todas as referências sobre o continente eram retiradas do periódico de Garvey, mas as páginas internacionais eram organizadas de forma a assegurar uma perspectiva pan-africanista quando o assunto tinha alguma relação com a África, possibilitando a construção de um quadro internacional que conectava as experiências negras nas Américas com as experiências políticas africanas. Nesse sentido, as notícias orientadas pelo discurso garveyista do *Negro Word* situavam as ações do ativismo negro de São Paulo e no Brasil numa perspectiva pan-africana da luta de autoafirmação das populações negras (FRANCISCO, 2014, p. 100-101).

A ideologia Pan-Africanista continuou a influenciar outros movimentos negros brasileiros, por exemplo, na criação do Teatro Experimental Negro (TEN), em 1944, por Abdias do Nascimento, cujos objetivos principais eram: contestar a discriminação racial contra os negros, formar atores negros e resgatar uma tradição cultural que valorizasse a africanidade brasileira. Segundo Paula (2013), o projeto Pan-africanista do TEN estava relacionado com a ação de emancipação do povo brasileiro, por meio de ações que revisassem conceitos e atitudes, pautadas numa cosmovisão afrocentrada, que rompessem com o eurocentrismo e o complexo de inferioridade do negro imposto pela sociedade. Nessa direção, Munanga (2016) destaca que:

O TEN continuava a tradição de protesto legada pela Frente Negra, não no sentido de assimilação, mas integrava a essa dimensão a reivindicação da diferença, ou seja, reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava sua identidade específica, exigindo para que a diferença deixasse de ser degradada em desigualdade (MUNANGA, 2016, p. 117).

Entretanto, foi com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, que houve uma “africanização do Movimento Negro” (ANDRADE, 2017, p. 209), quando o discurso de uma negritude positivada, pautada no “resgate das origens africanas” e a conformação de uma identidade negra nesses moldes, passaram a nortear as lutas, discursos e reivindicações desses movimentos. Isso pode ser notado de forma muito latente quando se observa a Carta de Princípios lida na ocasião da fundação do MNU para milhares de pessoas em São Paulo.

Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça -, reunidos em Assembleia Nacional, CONVENCIDOS da existência de:

discriminação racial marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro. péssimas condições de vida

desemprego

subemprego

discriminação na admissão em empregos

e perseguição racial no trabalho

condições sub humanas de vida dos presídios permanente repressão, perseguição e violência policial

exploração sexual, econômica social da mulher negra

abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura

mito da democracia racial

RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por:

defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:

maiores oportunidades de emprego

melhor assistência à saúde, à educação e à habitação

reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção

extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos

liberdade de organização e de expressão do povo negro. ³

Diante do exposto e corroborando com Lima (2011), pode-se afirmar que a ideologia pan-africanista forjou um sentido de uma África indistinta e singular, formada por um único povo – os africanos -, pátria de todos os negros, “berço” de todas as práticas e costumes dos negros da “diáspora” e que influenciou e ainda hoje influencia intelectuais, militantes, movimentos negros brasileiros e publicações, inclusive a Lei 10639/2003 e as DCNERER.

³ CARTA DE PRINCIPIOS do MNU, julho de 1978.

Observa-se os ecos das ideias pan-africanistas nos documentos ao analisar que todo o seu texto é recortado por termos como “raiz africana”, “matriz africana”, “reconhecimento da ascendência africana”, “ancestralidade africana”, revelando o sentido de afirmação de uma África raiz, pura e intocada, que deve ser celebrada por todos os sujeitos “negros”, servindo de base para a formação de uma identidade negra homogênea, a qual deve ser ratificada no ensino de História e cultura “africana e afrobrasileira”. Afirma as DCNERER,

o ensino de história e cultura africana e afrobrasileira se fará “por diferentes meios, em atividades curriculares ou não, em que: se explicita, busque compreender e interpretar, na perspectiva de quem o formule, diferentes formas de expressão e de organização de raciocínios e **pensamentos de raiz da cultura africana**”⁴.

Para Asante (2010), a ideologia Pan-africanista consiste em regenerar e unificar a África e incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações africanas e seus descendentes, além de procurar propagar para o mundo uma nova visão sobre o continente. Nesse sentido, tais ideias também são percebidas na legislação quando a mesma objetiva legitimar uma História “verdadeira” e “redentora” da “África”, em detrimento da História oficial, eurocêntrica. Porém, é preciso se reconhecer que essa “imposição” de uma “História verdade” sobre o continente funciona sob os mesmos pressupostos da História oficial ao afastar-se da perspectiva da História enquanto possível de ser problematizada, subjetivada, construída e relativizada a partir do espaço e tempo em que esta foi construída, o que pode acabar por essencializar e naturalizar a mesma. Ainda, a afirmação de existência de uma história da “verdadeira África”, no sentido de uma Mama África, originária e mítica, acaba por fomentar uma perspectiva a-histórica do continente e não contribui para a superação de ideias exóticas e simplistas sobre o mesmo. Ou seja,

Com certa simplificação, podemos dizer que, de maneira geral, prevalece em um polo certa imagem hegeliana, e no outro, não menos exotizante, uma “Mama África”, originária, profunda, virgem, paradisíaca, que serviria de inspiração para uma política antirracista no Brasil: persegue-se uma história da verdadeira África”, de um tempo na qual esta viveria num paraíso, conspurcado pelo colonialismo. Os africanos e a África que se busca sob essa perspectiva é aquela colocada num freezer, onde a cultura se inscreve num tempo mítico, que se repete, onde não há criação, nem história (...). É difícil crer que esse tipo de inspiração a-histórica, na história, possa efetivamente ajudar de maneira sólida na formação de uma consciência política e social antirracista (ZAMPARONI, 2007, p. 52).

No bojo dessas questões, é preciso se problematizar os regimes de verdades sobre a “história da África” e “afrobrasileira”, reconhecendo que eles atuam como estratégias

⁴ BRASIL, 2004, p. 11, **grifo nosso**.

constituídas como contradiscursos, forjadas no seio do movimento pan-africanista, e que em última instância, atuam como forma de governo das narrativas identitárias (nos termos de Foucault) objetivando a conformação de um sentido de África e uma identidade negra essencializada e homogênea. Para Foucault (2008), governo constitui-se como um conjunto de técnicas e procedimentos que governam a si e aos outros, como prática discursiva e/ou não discursiva que coloca em funcionamento regimes de verdades, que fazem com que os sujeitos se constituam e interfiram na constituição dos outros. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que:

A construção de narrativas históricas baseadas em princípios homogeneizadores, bem como a difusão das mesmas por meio de práticas pedagógicas obrigatórias, são ferramentas que exercem um papel fundamental na construção identitária dos sujeitos. Neste sentido, frisamos que a estruturação curricular funciona como um instrumento político eficiente na elaboração das estratégias de governo das diferenças através da educação (SILVA, 2012, p. 76).

Esse sentido de uma África-mãe, intocada e singular, também serve de base para outros termos presentes na Legislação, tais como “cultura africana”, “História africana”, “identidade negra”, termos sempre colocados para diferenciar a história, cultura e identidade do “negro” da do “branco” europeu. Porém, é necessário perspectivar que categorias como identidade, cultura e História não podem ser pensadas de forma isolada e estática, mas sim, como sendo construídas historicamente e de forma relacional. Essa mesma ideia de cultura e identidade negra, tomada de forma generalizante e autêntica, pode, ainda, gerar afirmações racialistas e equivocadas, tais como as de que “todo negro é bom de futebol e samba”, “todo negro é do candomblé”, “a capoeira é de origem africana e é apreciada por todo negro”, negando o caráter fluido, cambiante e dinâmico envolto nesses processos. É um equívoco querer desconsiderar as interações, intercâmbios e trocas culturais nos processos que envolvem tais categorias (BHABA, 2013; HALL, 2004).

Além disso, ao se falar em cultura, história e identidade africana e/ou negra, como algo no singular, já demonstra uma representação simplista e irreal do continente, dada a imensa pluralidade que o caracteriza. Sobre esse aspecto Mbembe (2001) traz importantes considerações ao criticar os sentidos e representações sobre a “cultura africana” como sendo dotada de uma autenticidade, uma individualidade particular e irredutível em relação a outros grupos, negando suas pluralidades e diversidades, silenciando as muitas Áfricas (povos, aldeias, cosmovisões, línguas, religiões) que compõem a África, uma vez que isso acaba por perpetuar ideias exóticas e falsas sobre ela. Nessa mesma direção Lima (2019), ressaltando a heterogeneidade da África,

também menciona a impossibilidade de traduzi-la a partir de conceitos homogeneizantes. Para o autor:

O continente africano é habitado por inúmeros povos em que homens e mulheres compreendem o mundo em que vivem sob os signos definidos por aproximadas duas mil línguas. Isso se traduz em formas de se relacionar com o meio, no caso, constituição das religiões (crença em espírito da natureza, nos ancestrais divinizados, em um deus abstrato, ou personificado em uma imagem), das famílias, da gastronomia, dentre outros aspectos. Não é possível supor que um espaço geográfico povoado por tão intensa pluralidade possa ser traduzido por conceitos homogeneizantes (LIMA, 2019, p. 3).

Essas discussões são importantes ainda para analisar outras ressonâncias do pan-africanismo e que se revelam na Legislação ao se observar a confusão presente em torno da utilização de termos como História da África, cultura afrobrasileira, cultura negra, africanos e negros que em muitos momentos são usados como sinônimos. Sobre isso, seguem trechos da Lei e das DCNERER, respectivamente:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da **História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro** nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003, **grifo nosso**).

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do **ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas**(...). Reconhecer exige a valorização e respeito às **pessoas negras, à sua descendência africana**, sua cultura e história africana (BRASIL, 2004, p. 12, **grifo nosso**).

(negros são) (...) **aqueles que reconhecem sua ascendência africana** (BRASIL, 2004, p.15, **grifo nosso**).

Nesses trechos, a África, conforme discutido anteriormente, aparece com um viés homogêneo, singular, formada por um único povo, os africanos, e “Pátria da raça negra”, servindo de fundamento para o estabelecimento de vínculos de solidariedade e construção da identidade negra, ou seja, a base de um *ethos* comum que deve incorporar todos os africanos e seus descendentes, transformando esse termo em sinônimo de negro, além da ideia de que os negros do Brasil são descendentes diretos dos africanos, numa perspectiva biológica, (o que constitui as bases ideológicas do Pan-Africanismo) e que a cultura afrobrasileira se refere às práticas e culturas transpostas do continente, ignorando os processos de trocas, intercâmbios, composições e descontinuidades culturais nas experiências de escravidão na América e no Brasil, em particular. Assim,

Se, em termos políticos, é bastante compreensível a utilização de conceitos de cultura negra e/ou afro-brasileira, deve-se levar em conta seus problemas em termos interpretativos ou descritivos. O que realmente é negro na cultura brasileira? (...) Os negros não poderiam partilhar da dita cultura europeia/branca? E os reconhecidos brancos não poderiam se identificar com práticas culturais costumeiramente atribuídas aos descendentes de africanos no Brasil? (...) Se há uma série de práticas culturais no Brasil, ou nas Américas que podem ser localizadas na África, é importante discutir os significados dessas continuidades. Mas não só das continuidades, já que não é possível pensar a permanência de uma cultura apenas africana (e/ou negra) nas Américas. Ou seja, inversamente, também é importante pensar as descontinuidades (...) (ABREU; MATOS, 2008, p. 13).

As autoras supracitadas também asseveram que

não se pode criar expectativa de existência de culturas cristalizadas no tempo ou preservadas intactas ao longo de tantas gerações. A diversidade cultural brasileira, e sua tão propalada pluridiversidade cultural, deve ser pensada levando-se em consideração os intercâmbios e trocas culturais, de forma a colocar em evidência a pluralidade da própria experiência negra no país (ABREU; MATOS, 2008, p. 17).

Ainda corroborando com Lima (2011) ressalta-se que todas essas ideias acabam por naturalizar processos que são do campo da história e da cultura, incorrendo em essencializações que se constituem em prejuízos ao conhecimento dos processos históricos. Segundo ele:

(...) afirmar que algo ou alguma coisa é africana é por deveras complexo e difícil. É preciso tomar cuidado com as generalizações, principalmente quando estamos nos referindo a um continente dotado das complexidades típicas da imensa variedade de povos, culturas e línguas. O que é uma típica comida africana? O que vem a ser a religião africana? Ou então, o que se entende por língua africana? No tocante a esta, ressalte-se o fato de que no continente africano existe mais de duas mil línguas, distribuídas por sete famílias lingüísticas, o que faz com que um falante do suaili esteja mais distante de um nativo em xona, do que alguém familiarizado com o português e o espanhol. Enfim, a categoria “africano” não nos ajuda muito a entender parte dos mistérios e enigmas existentes neste continente (LIMA, 2011, p. 134, grifo do autor).

Ainda conforme Lima:

O pan-africanismo propiciou a existência dessa África indistinta. (...) Percebe-se, nesse aspecto que tais ideias ainda continuam dotadas de força significativa na diáspora, sobretudo no Brasil. Pode-se afirmar, inclusive, que o texto da Lei 10639/2003, no que pese seus aspectos positivos, também sofre as influências dessa indistinção entre o que é da África e o Brasil, deixando implícito em partes de seu texto a ideia de que há descendência direta entre os negros e negras deste país com os africanos (LIMA, 2011, p. 03).

Diante do exposto, afirma-se que pode se configurar numa armadilha conceitual querer tomar o espaço geográfico como componente político para a construção de identidades pois isso pode acabar por unificar e singularizar a África, impedindo a consideração das suas dinâmicas, temporalidades, heterogeneidades e historicidades, reforçando estereótipos sobre o continente. Noutros termos, a ideia de uma “raiz africana” para respaldar uma identidade negra remete ao esvaziamento do potencial de transformação e resistência dos sujeitos escravizados e seus descendentes trazidos para o Brasil (MINTZ; PRICE, 2003), bem como, do esvaziamento das pluralidades e historicidades da África. Assim,

Se pensarmos que as organizações políticas na África e seus líderes não reagiram da mesma forma à presença do europeu, variando numa escala complexa entre a negação imediata e o estabelecimento de acordos duradouros, nos deparamos com múltiplas historicidades que rompem com o princípio homogeneizante da ocupação e colonização. Esses processos tiveram temporalidades diferentes que operaram com características regionais que incluem a possibilidade e viabilidade das resistências e os interesses econômicos e políticos envolvidos. Assim, é no mínimo imprudente traçarmos um quadro linear e fechado para a totalidade do continente (LOPES, 2018, p. 394-395).

Nessa mesma direção, tecendo críticas para as origens desses discursos essencializantes, especialmente àqueles proferidos pelos movimentos Pan-Africanistas, Kwame Appiah (1997) afirma que a identidade africana e diaspórica precisa ser analisada como algo em construção e não como produto de uma história. O autor ainda questiona as bases raciais, metafísicas e de história comum que sustentam as ideias desses movimentos, e que também estão presentes na Legislação, ressaltando que tais bases são frágeis e falsas. Para o autor:

Falar de uma identidade africana no século XIX – se identidade é uma coalescência de estilos de conduta, hábitos de pensamento e padrões de avaliação mutuamente correspondentes (ainda que às vezes conflitantes), em suma, um tipo coerente de psicologia social humana- equivaleria a dar a um nada etéreo um local de habitação e um nome. Todavia, não há dúvida de que agora, um século depois, começa a existir uma identidade africana. Afirmei, em todos estes ensaios, que tal identidade é uma coisa nova; que é produto de uma história da qual esquematizei alguns momentos, e que as bases em que tem sido predominantemente teorizada até hoje – a raça, uma experiência comum, uma metafísica compartilhada – pressupõem falsidades sérias demais para que as ignoremos (...). Para que uma identidade africana nos confira poder, o que se faz necessário, eu creio, não é tanto jogarmos fora a falsidade, mas reconhecermos, antes de mais nada, que a raça, a história e a metafísica não impõem uma identidade: que podemos escolher, dentro dos limites amplos instaurados pelas realidades ecológicas, políticas e econômicas, o que significa ser africano nos anos vindouros (APPIAH, 1997, p. 242 - 243).

Todas essas discussões são importantes para reafirmar que os sentidos de África até aqui discutidos, e que pautam um discurso de identidade negra diferenciada, podem enveredar por um caminho contrário a filosofia que defendem, justamente ao desconsiderar que as identidades e culturas não podem ser afastadas das suas dimensões social e concreta. Assim, é necessário pensar que “(...) a representatividade é importante para pessoas negras; ter o direito subjetivo de exigir o reconhecimento estatal de nossa identidade é muito relevante (...). Mas, ao mesmo tempo, é necessário assumir que as identidades, inclusive as de raça, são socialmente construídas” (HAIDER, 2019, p. 10).

Considerações finais

Diante das discussões supracitadas, é importante ressaltar a importância e os aspectos positivos da Lei 10639/2003 e das DCNERER, sobretudo no que tange a luta contra o ostracismo a que foram relegadas as histórias do continente africano da historiografia e dos currículos, porém é preciso reconhecer que os discursos presentes nessa Legislação, e que devem ser ratificados especialmente no ensino de História, estão diretamente ligados a ideologia dos movimentos pan-africanistas, que contribuíram para a invenção de uma África una e mítica, que deve servir de base para a construção de uma “identidade negra” homogênea e positiva.

Entretanto, é importante e necessário analisar as consequências de impor aos estudantes um ensino de História pautado numa cultura e numa identidade afrobrasileira a partir de resíduos africanos, bem como, de uma História da África numa perspectiva cristalizada e singular, uma vez que isso pode acabar por naturalizar a História, negando aos educandos o conhecimento das dinâmicas, complexidades, diversidades presentes nos processos históricos, culturais e identitários, além, da imensa e real pluralidade e diversidade do próprio continente africano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, M.; MATTOS, H. M. Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.

ANDRADE, M. P. Movimento Negro, educação e os princípios da lei 10.639/03. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 194-216, Dez. 2017.

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contra-ponto, 1997.

ASANTE, S. K. B; CHANAIWA, D. O pan-africanismo e a integração regional. In: MAZRUI, A. A; WONDJI, C. (Coords). **História Geral da África, vol VIII – África desde 1935**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 872 – 896.

BHABHA, H. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CASTRO, M.; SEIXAS, B. O ponto de partida para um repensar de África nas relações internacionais: as origens das contribuições Pan-Africanistas. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v.10, n. 3, p. 15-23, 2013.

COSTA, W. da. A escrita escolar da História da África e dos afro-brasileiros: entre leis e resoluções. In: PEREIRA, Amilcar Araujo, MONTEIRO, A. M. A. A. P. (Org.). **Ensino de História e Culturas e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FRANCISCO, F. T. R. A redenção da raça negra em uma perspectiva internacional: discursos do garveysmo no jornal O Clarim da Alvorada. **Faces da História**, Assis- SP, v. 1, n. 1, p. 89-105, jan.-jun. 2014.

HAIDER, A. Armadilha da identidade: **Raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HERNANDEZ, L. L. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LIMA, I. M. de F. Todos os negros são africanos? **Anais Eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional da Anpuh**, USP, São Paulo, 011.

LIMA, I. M. de F. Ensino de História, África e Brasil: entre conceitos e estereótipos. **Revista TEL**, Irati, v. 10, n 1, p. 41-69, jan/jun. 2019.

LOPES, C. **África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade**. Assembléia Geral do Codesria, Maputo, 2005.

LOPES, A. M. H. Múltiplos olhares sobre história única. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v 10, n 25, p. 385-409, jul/set, 2018.

MBEMBE, A. As formas africanas de autoinscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, p. 171-209, 2001.

MINTZ, S.; PRICE, R. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas/Centro de Estudos Afro-Brasileiros, 2003.

MUNANGA, K. Pan-Africanismo, Negritude e Teatro Experimental do Negro. **Ilha**, v. 18, n. 1, p. 107-120, junho de 2016.

OLIVA, A. R. A invenção da África no Brasil: os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. **Revista África e Africanidades** – Ano I, n. 4, fev, 2009.

PAIM, M. Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro *Na casa de meu pai*. **Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Ano VII, n. XIII, p. 88-112, julho, 2014.

PAULA, B. X. de. Os estudos africanos no contexto das diásporas. **Revista Educação e Políticas em debate**, Vol. 2, n. 1 – Jan/jul. 2013.

PEREIRA, J. S. Diálogos sobre o Exercício da Docência - recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 147-172, jan./abr. 2011.

ROCHA, S.; SILVA, J. A N. À Luz da Lei 10.639/03, Avanços e Desafios: Movimentos Sociais Negros, Legislação Educacional e Experiências Pedagógicas. **Revista da ABPN**, Florianópolis, v. 5, n. 11, p. 55-82, jul.– out., 2013.

SANTOS, S. A. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, M. L.; ASSMANN, C.; SIQUEIRA, C. Educação, governo e multiculturalismo no Brasil. Lei nº 10.639/03 e Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004. **Educação, Sociedade e Culturas**, n 36, p. 65-79, 2012.

ZAMPARONI, V. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 59, nº 2, abr./jun.2007.

DOCUMENTOS:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 003/2004 de 10 de Março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639 de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para Incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a Obrigatoriedade da Temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e Dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. Cartas de Princípios. 1978.



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | Nº. 5 | Ano 2020

Detoubab Ndiaye

A FIGURA DO PROFESSOR NA LITERATURA AFRICANA FRANCOFONA NO PERÍODO COLONIAL E PÓS- COLONIAL

LA FIGURE DE L'ENSEIGNANT DURANT LA PÉRIODE
COLONIALE ET POST-COLONIALE DANS LA LITTÉRATURE
AFRICAINNE FRANCOPHONE

RESUMO: O professor das escolas secundárias e primárias exerce uma influência quase divina sobre o destino de seus alunos. Este artigo tem como objetivo fornecer uma análise das implicações políticas e de desenvolvimento desse poder nas sociedades coloniais e pós-coloniais na África. A forma como esse poder é utilizado no professor, que encontramos em certos romances africanos francófonos, que servirão para colocá-los em uma dessas categorias entre os personagens do professor simpático, ambivalente e construtivo.

PALAVRAS-CHAVE: Romance Africano Francófono; Engajamento Sociopolítico; Professor; Professor Hostil, Ambivalente e Construtivo.

RÉSUMÉ: Le professeur du secondaire et l'enseignant du primaire exerce une influence presque divine sur le destin de leurs élèves. Le présent article vise a proposer une analyse sur les implications politiques et développementales de ce pouvoir dans les sociétés coloniale et post-coloniale en Afrique. La manière dont ce pouvoir est utilisé chez l'enseignant, que nous rencontrons dans certains romans africains francophones qui serviront à les mettre dans l'une de ces catégories entre les personnages de l'enseignant antipathique, ambivalent et constructif.

MOTS-CLÉS: Roman Francophone Africain; Engagement Sociopolitique; Professeur et Enseignant Antipathique, Ambivalent et Constructif.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

A FIGURA DO PROFESSOR NA LITERATURA AFRICANA FRANCOFONA NO PERÍODO COLONIAL E PÓS-COLONIAL

Detoubab Ndiaye¹

Introdução

Em toda planeta, espera-se que professor crie uma certa atmosfera para seus alunos florescerem, motivando-os e capacitando-os a se tornarem responsáveis e competentes da sociedade que, por sua vez, contribuirão para o desenvolvimento de sua comunidade. Tanto por sua disposição como por seus saberes e valores, o educador se coloca assim como um verdadeiro agente de mudança qualitativa e social. Ecoando esse papel primordial, o professor em algumas sociedades é considerado o ser mais importante depois de Deus e do monarca (CYR, 1998, p. 56). A associação do formador ao divino e ao poder político não é fortuita, pois evidencia a capacidade do professor de forjar destinos de pessoas e também sugere a dimensão política das atividades educativas. Além disso, esta aproximação entre o educador com Deus e o soberano pode, dependendo dos contextos sociais (grau de patriarcado e exclusão institucionalizada das mulheres, por exemplo), atestar a qualidade paternal do formador.

Acreditamos que a ficção africana francófona fornece aos leitores pistas valiosas sobre o papel, positivo ou negativo, que o formador desempenha na comunidade. Como a crítica dá muito pouca atenção aos professores, pelo que sabemos, achamos útil questionar a imagem do corpo docente no campo literário africano, sobretudo dos países da língua francesa. Especialmente, este artigo oferece uma reflexão sobre como o professor, como personagem, usa seu poder quase divino no romance africano francófono. O formador referido neste artigo é o educador, que no sistema formal, tanto colonial como pós-colonial, ensina ou supervisiona o ensino e seu ensinamento. Dependendo se o professor/personagem é o oponente de seus alunos como o mestre colonizador e o tirano pós-colonial, ou se vê sua autoridade como um recurso a ser explorado em benefício do aluno e da sociedade. Vamos colocá-lo em uma dessas categorias como professor/personagem antipático ou hostil, como professor/personagem ambivalente ou como professor/personagem construtivo.

Quatorze romances foram analisados, sendo sete de homens e sete de mulheres, para comparar as múltiplas imagens do professor visto na literatura de ficção dos países africanos da língua francesa. Temos *L'Enfant Noir* (O menino Negro, *The Black Child* 1953) de Camara Laye, *Une vie de boy* (1956) (Uma vida de Office-Boy) de Ferdinand Oyono, *Saint Monsieur Baly* (1973) de William Sassine, *Une si longue lettre* (1978/2000) de Mariama Bâ, *La carte*

d'identité (1980) (A carteira de identidade) de Jean-Marie Adiaffi, L'appel des Arènes (1982) (A chamada das arenas de Aminata Sow Fall, Le baobab fou (1982) de Ken Bugul, Les ombres de Kôh (1983) de Antoine Bangui, Destins parallèles (1985) (Destinos paralelos) de Kitia Touré, La petite fille du réverbère (1998) de Calixthe Beyala, Histoire d'Awu (2000) (A história de Awu) de Justine Mintsa, La petite Peule (2000) (A pequena fula) de Mariama Barry, Les jambes d'Alice (2001) (As pernas de Alice) de Nimrod e La mémoire amputée (2004) (A memória imputada) de Wéréwéré-Liking.

São mais de cinco décadas (1953-2004) de literatura africana produzida por escritores de sete países (Camara Laye, William Sassine et Mariama Barry da Guiné-Conakri, Ferdinand Oyono, Werewere-Liking da República dos Camarões, Mariama Bâ, Ken Bugul e Aminata Sow Fall do Senegal, Jean-Marie Adiaffi e Kitia Touré da Costa do Marfim, Antoine Bangui da República Centro-Africana (RCA), de Justine Mintsa do Gabão e Nimrod do Chade).² Estes textos promovem, para além do interesse pelo género, os olhares cruzados sobre a figura ficcional do professor no tempo e no espaço. As obras também foram escolhidas de acordo com os períodos que enquadram os retratos desses professores. Seis delas (O menino negro, Uma vie de office-boy, Saint Monsieur Baly, La carte d'identité, Les ombres de Kôh e La petite peule) tratam do personagem do professor na era colonial, mais seis (L'Appel des Arènes, Destins parallèles, La petite fille réverbère, Histoire d'Awu, Les Jambes d'Alice et La mémoire amputée abordam o professor/personagem da era pós-independência e dois (Une si longue lettre et le Baobab fou) nos períodos coloniais e pós-coloniais.

Utilizamos sempre no texto o termo "representação" nos seguintes significados como imagem, configuração, figura, figuração, quadro e perfil. A noção de representação pode despertar imediatamente a velha controvérsia sobre a capacidade ou incapacidade da arte de refletir sobre a realidade. Para Le Roux (2002), um grande pensador sul-africano, a literatura, especialmente a dos marginalizados, fornece ricas informações sobre o não falado da experiência humana. Contribuindo para o debate sobre as funções miméticas da arte, o estudioso nigeriano de origem yoruba Ogundipe-Leslie (1994, p. 44), faz acreditar que a literatura, longe de refletir ou emanar da sociedade, é antes uma parte integrante dela e deve, ao mesmo tempo um título que as instituições como a família e o Estado, sejam reconhecidas como tais. Afirmando ainda assim, que a literatura por sua própria natureza é um espelho da sociedade, mas não em um sentido esquemático, naturalista ou unidimensional. Ogundipe-Leslie (1994, p. 43-44) sustenta que a

¹ UNEB/DEDC II (Alagoinhas), membro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África. ndiayedetoubab@hotmail.com

² Considerando especialmente o exílio e a migração, a identidade nacional de muitos escritores africanos hoje não é tão fácil de estabelecer como antigamente. Ken Bugul, por exemplo, tornou-se beninesa depois do seu casamento e se estabeleceu no Benin, Wéréwéré-Liking tornou-se marfinense, Calithe Beyala virou franco-camaronesa como Nimrod franco-chadiano. Além disso, Mariama Barry tem muito orgulho de suas origens senegalesas.

literatura, apesar de seu caráter imaginário, contém informações que podem ser utilizadas para o estudo e aprimoramento da sociedade.

No entanto, se concordarmos com o escritor argentino Jorge Luiz Borges, de que "toda literatura é essencialmente fantástica [e que], a ideia de literatura realista é falsa, pois o leitor sabe que o que está sendo contado é ficção" (BORGES; FERRARI, 1990, p. 35), pode-se dizer que é de uma maneira mentir que é constitutivo da arte criativa e das representações ficcionais. Apoiaremos principalmente, neste artigo, na reflexão de Goethe que tem o potencial, em nossa opinião, de conciliar as duas posições opostas sobre a arte.

Nas palavras de Goethe (KAYSER, 1977, p. 71), "o romance é um épico subjetivo em que o escritor pede permissão para tratar o universo à sua maneira". Se o autor se faz de Deus para criar um mundo romântico, essa é a sua subjetividade, a parte da realidade que lhe é acessível e a sua "verdade escolhida" que informam e administram a construção desse universo. Uma vez que esta invenção novelística, como qualquer invenção, parte do real, por mais débil que seja, podemos dizer que o romance, à sua maneira, é baseado na experiência vivida e que há uma parte de verdade inerente a este épico subjetivo, a esta mentira criativa que é o romance. Assim, a representação ficcional surge como uma invenção ou mentira que contém certos aspectos da realidade e, portanto, se outorga a missão implícita ou explícita de influenciar - modificando, confirmando ou subvertendo - a sensibilidade e a ideologia do público.

Além disso, seja seu perfil esquemático, caricatural ou mesmo de qualificar suas observações, os professores/personagens, são retratados como hostis ou benevolentes no corpus, frequentemente obedecem aos tipos primordiais que abundam nos contos, fábulas e literatura em geral. As funções listados por Propp, Bremond e Greimas são reveladores. Nas obras literárias, sempre haverá papéis atribuídos a oponentes e assistentes. Antipáticos, os personagens/professores de nosso corpus fazem figuras de oponentes, enquanto os personagens/professores construtivos, que gozam do favor de seus criadores, funcionam como auxiliares. É preciso dizer, porém, que é a ideia do escritor sobre sua missão que determina, antes de tudo, onde colocar esse ou aquele personagem. Na verdade, a figura ou representação de personagens/professores por autores africanos segue uma certa tradição que exige que a arte seja funcional e devotada ao desenvolvimento sócio-político da comunidade. Assim, as configurações dos personagens/professores, como hostis, ambivalentes ou construtivos, são função de um certo compromisso, de perspectivas moralizantes e de um nacionalismo palpável.

A. A personagem do professor hostil, antipático como uma referência da ditadura ambiental

O primeiro grupo que chamará a atenção neste artigo é o de pedagogos hostis, aqueles mesmos cuja conduta atrapalha o desenvolvimento dos alunos, da comunidade e da nação. À hostilidade por parte dos supervisores devem ser adicionados aos seus reflexos violentos e exploradores, dignos dos colonos. Deve-se notar, antes de mais nada, que a imagem do diretor da escola de Kouroussa, no romance autobiográfico *L'enfant noir* (O menino negro), de Camara Laye, está longe de ser lisonjeira. Estamos lidando com um professor malandro, que não se contenta em transformar alunos em domésticos, se faz cúmplice dos alunos mais velhos para tyrannizar e explorar os mais novos. Isso foi bastante para deixar o pai de Laye com raiva, a ponto de humiliar o professor em público.

Para desgraça deste oficial, será adicionada sua transferência. Um dos textos mais denunciadores da educação colonial e, portanto, da ordem imperialista, é o romance autobiográfico *Les ombres de Kôh* de Antoine Bangui. O protagonista-narrador-autor vê na disfunção da instrução na escola colonial de Bossangoa o sinal de um mal mais sinistro: a política de alienação vigente em todos os territórios franceses (locais onde o domínio da França existe). A institucionalização de brutalidade/abuso escolar é paralela à violência colonial patriarcal, com o professor brutalmente inclinado a buscar inspiração e credo nos modelos machistas do ambiente instituídos pelo mestre colonizador: “Eu era bastante insensível ao abuso [na escola] o que acabou me parecendo normal e lógico, já que faziam parte da ordem social em que vivíamos. Ao nosso redor, de fato, tudo era violência e abuso de autoridade. Os guardas e os meninos do algodão castigavam homens e mulheres em seus campos. No próprio mercado, fomos derrotados” (BANGUI, 1983, p. 155).

Ambos os agentes, figuras e produtos da assimilação, professores coloniais, de origem africana ou francesa, são movidos pela necessidade imperialista de afastar os estudantes africanos de sua formação sócio-cultural local. Como corolário, relutam, em sala de aula ou em atividades extracurriculares, em valorizar ou utilizar as conquistas culturais endógenas do aprendiz africano, pois é verdade que, ao se empenharem pela francização da África, alargam o fosso entre a comunidade africana de origem e a escola, criando conflitos de gerações entre os pais analfabetos e os filhos que vão para escola. A observação é clara: esse professor colonial, colocando-se a serviço da metrópole, usa seu potencial quase divino para influir nos destinos individuais e coletivos em detrimento dos reais interesses de seus alunos e de sua própria comunidade. Além disso, apesar da indiferença demonstrada por Bangui às relações verticais entre professores e alunos, ele admite que o comportamento hostil do professor leva a um esfriamento do ardor escolar na maioria dos alunos e, portanto, ao seu mau desempenho e abandono escolar. A escola assume agora, no imaginário coletivo, segundo Bangui, os contornos

de um "edifício sem alma" (BANGUI, 1983, p. 156) com tudo o que essa expressão sugere do mal.

Com *Histoire d'Awu* (A história de Awu), a autora gabonesa Mintsa também pinta uma imagem negativa dos treinadores no seu país após a independência. Mil vezes mais traumática do que a extorsão escolar encenada em *L'Enfant noir* (O menino negro), de Camara Laye et *La petite Peule* (A pequena fula) de Mariama Barry, a extorsão a que se refere a história de Awu inclui abuso infantil, tráfico de lucros e exploração financeira de estudantes, abuso sexual de meninas e meninos, gravidez forçada, transformação de estudantes em mercadoria, bem como mercantilização e falsificação de notas. Acontece que a extorsão no colégio secundário Mbiosi é culminada pelo poderoso diretor da escola - ele próprio implicitamente apoiado por órgãos do governo - que priva crianças torturadas da chance de registrar uma queixa crime contra seus professores torturadores. A violência a que os professores sujeitam alunos de internatos lembra um campo de concentração colonial, que à primeira vista é difícil de associar a um país independente. No entanto, em um exame mais atento, o romancista atesta dessa forma que o sistema de exploração escolar é inspirado no modelo colonial tirânico. Tudo acontece como se nada tivesse mudado após a independência nacional.

Além de sua origem colonial, os reflexos brutais do professor alienante também refletem a violência dos ditadores pós-independência. Com base nisso, podemos dizer que o texto sobre a violência do professor de personagem alienante se vincula ao discurso sobre a violência ficcional institucionalizada, própria dos ditadores pós-coloniais (Pais de nação, Pessoas-Estados, Líderes militares, Presidentes eleitos democraticamente pelo resto da vida) e sobre a violência erigida como mecanismo de defesa e autoperpetuação, próprio do colonialismo.

Em outras palavras, a ideologia do dever de violência que pode ser localizada no comportamento do desagradável professor/personagem está ligada de um lado àquela tematizada em "obras coloniais", como *Ville cruelle* de Eza Boto (1954), e *Ô pays, mon beau peuple* (Ô país, meu belo povo) do senegalês Sembène Ousmane (1957) e, por outro lado, ao dos novos mestres africanos como problematizado em histórias pós-coloniais, como *La chorale des mouches* (A Coral das moscas) de Mukala Kadima-Nzuzi (2003), *La plantation* (A plantação) de Calixthe Beyala (2005) e *La pièce en or* (A peça de ouro) de Ken Bugul (2006). Assim, podemos dizer que o discurso do professor/personagem hostil, assim como o do violento mestre colonizador e do tirano africano, funciona no modo da feiúra. Na oração fúnebre pronunciada por ocasião da morte de Mongo Beti. Nganang (2003, p. 270-271) estabelece, a este respeito, uma relação do antecedente para o consequente: a repressão do sistema escolar colonial sendo a base da política educacional pós-colonial, e o clima ditatorial contemporâneo, "mostrar a própria

inteligência nas aulas [e] em todos os lugares”, sob os novos professores, era expor-se às cobranças.³ As teses de Kom (2000) e Ntonfo (2005) apontam na mesma direção.

A persistência de hábitos pedagógicos imperialistas e modelos coloniais também podem ser vistos no Senegal pós-independência em *Une si longue lettre* de Mariama Bâ. Os reflexos racistas de uma professora de filosofia, no Lycée Blaise Diagne⁴ em Dakar, minam as regras fundamentais da meritocracia e da educação em princípio. Ken Bugul, através de seu relato autobiográfico *Le Baobab fou*, também se aplica para evocar o abuso físico na escola e o clima de insegurança que inevitavelmente resulta em trauma, abandono escolar e fracasso. Ao enfatizar o curto-circuito do futuro promissor de alguns de seus camaradas por causa das lesões psicológicas e físicas sofridas, a romancista enfatiza a frustração dos sonhos individuais e coletivos por causa de professores hostis.

Como Bangui e Adiaffi antes dela, Ken Bugul estabelece um rigoroso relatório de causa e efeito sobre a persistência do desenraizamento e o círculo vicioso do subdesenvolvimento. A formação extrovertida e brutal, infligida ao protagonista-narrador-autor, combina-se com um sentimento de abandono materno para fazer de Ken Bugul um ser neurótico e sem referências, que automaticamente se desorienta na vida adolescente e adulta, tanto na Europa como na África. A preguiça, a droga, a prostituição, o suicídio fracassado, a alienação e a autoflagelação são todos elementos do drama de Ken Bugul que serão posteriormente encenados em seu romance *Cendres et braises* (Cinzas e brasas) de 1994. Nunca a textualização africana dos distúrbios de caráter foi mais convincente.

Além dessa crise de identidade (pessoal, mas emblemática), a romancista também demonstra, em seu primeiro romance, que o duro sistema escolar instituído pelo colonialismo só produz professores brutais que, por sua vez, perpetuam a ordem sádica até em tempos pós-coloniais. Junto com este primeiro ciclo de violência, está outro destino inexorável. Se aqueles que fogem das torturas escolares acabam engrossando as fileiras dos que ficaram para trás, aqueles que sofrem o mesmo martírio ficam machucados para sempre, constituindo após sua formação "uma elite ainda mais frustrada, a elite neocolonial" (BUGUL, 1982, p. 156). Desta forma, o papel negativo do professor hostil e da nova elite alienante na desorientação africana torna-se concreto. Tudo isso contribui, na pena de Ken Bugul, para esvaziar a independência nacional de seu significado: "A independência era como o reconhecimento e a formalização da

³ Isso não quer dizer que a África pré-colonial ou tradicional esteja isolada do reino da violência. Como Ouologuem (1968/2003), Diop (1971, 1972), Williams (2003), Uwodi (2003) e Mambou (2004) demonstram claramente, a violência é e foi uma parte integrante da vida quotidiana africana. No entanto, nossa problemática em relação à escola formal não nos permite abordar esse aspecto da violência africana.

⁴ Um colégio, aliás, reveladoramente nomeado em memória de uma figura de nacionalismo muito duvidoso. Assimilado, Blaise Diagne costumava reivindicar sua ascendência francesa. Veja, por exemplo, Rodney (1972, p. 273).

dependência" (BUGUL, 1982, p. 144). Com efeito, a exemplo de Fanon (1952; 1961/1968) e Rodney (1972), Ken Bugul, em *Le baobab fou*, não há dúvida sobre o papel dos professores africanos colonizados, também dos "evoluídos" como os governantes pós-coloniais enquanto agentes do colonialismo e vetores de desestabilização. A transição da colonização para a "satelização" é, portanto assim facilitada.

Para estar convencido disso, basta avaliar a covariância entre o imperialismo e a política de cooperação, assim eloquentemente enunciada em 1964 por Georges Pompidou perante a Assembleia Nacional da França: "No final, e pelo menos para o essencial, a política de cooperação é a continuação da política de expansão da Europa do século XIX, que foi marcada pela criação ou expansão de vastos impérios ocidentais" (AMONDJI, 1984, p. 222). As palavras de Léo Mba, o primeiro presidente da república do Gabão, durante uma visita oficial em Paris nos anos 1960 também são sintomáticas: "O Gabão é independente, mas entre o Gabão e a França nada mudou, tudo continua como antes" (FANON, 1968, p. 30).

O Senhor Adé, na obra de *La carte d'identité* (A carteira de identidade) de Adiaffi, ficou do lado dos professores alienantes. Escravo dos valores imperialistas, tanto etnocidas, genocidas como glotófagos (discriminações linguísticas como preconceitos linguísticos), este educador se opõe ferozmente ao uso de línguas nacionais no sistema escolar africano, reduzindo também essas línguas ao nível de dialetos. No entanto, como aponta Mélédouman, que deu destaque ao uso de línguas indígenas na educação, especialmente no nível primário, torna o aprendizado mais fácil. A esta primeira ironia acrescenta-se uma segunda: é o mesmo rei cego, Mélédouman, que se vê obrigado a explicar ao senhor Adé que existe uma diferença fundamental entre dialeto e língua. Isso equivale a dizer que, apesar e por causa de sua formação, o senhor Adé ainda não conseguiu romper com a prática colonial que consiste em não valorizar a língua indígena em seu verdadeiro valor como língua, mas como dialeto e patois (primeira língua indígena da França na Idade média onde era considerada língua incompreensível, grosseira). Daí a vontade deste professor de perpetuar, contra os interesses do seu próprio povo, preconceitos colonialistas à base racista.

A este respeito, Lifongo Vetinde que argumenta de que nenhum romance africano em língua francesa apresentou o tema da alienação melhor do que *La carte d'identité* (VETINDE, 2002, p. 868). Apesar de seu contexto colonial, o texto de Adiaffi permite uma correspondência entre as dimensões políticas e culturais da condição neocolonial. Porta-voz da Adiaffi, Mélédouman defende um ensino construtivo seguro que se baseia na formação anterior do aluno, explora a herança cultural / linguística do aluno e reduz a lacuna entre a escola e a comunidade, aproximando o passado e o futuro. A posição de Mélédouman está de acordo com a do Awoniyi, um lingüista nigeriano (1982: i) para quem a língua materna ajuda as crianças, acima de tudo, a

se orientarem em sua própria cultura, um marco que as ajudará a forjar melhor sua personalidade. Ainda segundo Awoniyi (1982: i), não se pode infligir a um povo uma forma pior de injustiça do que divorciar-se de sua língua. E isso por um bom motivo. Se é verdade que o princípio fundamental na teoria e prática pedagógicas é a adaptação da criança à vida de sua comunidade, segue-se que a destituição da criança de sua língua só pode causar-lhe desorientação, incluindo distúrbios emocionais.

Em tal circunstância, o zelo demonstrado, por exemplo, pelos personagens/professores dos romances de Bangui, Barry, Ken Bugul e Adiaffi pela hegemonização da linguagem e das políticas pedagógicas, mostra o quanto tal modelo de professor se opõe a uma formação baseada no interesse do frágil aprendiz africano nesses anos de formação. Esse treinamento costuma provocar no aluno o que Levine (1986, p. 171) chama de "esquizofrenia político-cultural", que garante a perpetuação da ordem colonial. Ken Bugul (1982, p. 156), como vimos, considera as pessoas treinadas dessa forma como uma elite frustrada e neocolonial, ansiosa por se apegar ao modelo colonial. Tal educação desestabilizadora difere de certa forma, da educação primária de base vernácula oferecida nos territórios britânicos pela intervenção dos missionários e pela política de administração indireta praticada pelos mestres colonizadores ingleses na África.⁵ No entanto, como Rodney (1972, p. 264) argumenta, a escolaridade colonial, em geral, foi uma educação destinada a facilitar a subordinação, a exploração, a criação de confusão mental e o desenvolvimento do subdesenvolvimento.⁶

Ao desumanizar as crianças, ainda em idade impressionável, os personagens/professores retratados por Bangui, Adiaffi, Ken Bugul e Barry se propuseram a separação radical do aluno do patrimônio linguístico em favor da política de assimilação em vigor nas colônias francesas. Mas, ao fazer isso, esses treinadores alienantes, como diria Memmi (1966), degradam-se muito mais do que suas vítimas. A oposição feroz do Senhor Adé, na obra *La carte d'Identité* (a carteira de Identidade), ao uso de línguas vernáculas no currículo, encontra sua extensão na proibição formal dessas línguas nas instalações das escolas, nas aulas e nas atividades extracurriculares. As crianças que desrespeitam esta regra draconiana estão sujeitas a espancamentos e outras formas não menos cruéis de repressão. Essas sanções também são motivo de verdadeira angústia em obras como *La petite peule* de Barry e *Le baobab fou de Bugul*. Em *Les ombres de Kôh* (Os ombros de Kôh), o próprio fato de submeter as crianças, consideradas culpadas por esta ofensa/infração baseadas em excrementos sublinha de mais de uma maneira a implacabilidade inadequada desses formadores:

⁵ Vigner (1988, p. 14) especifica, entretanto, que nas colônias francesas, os missionários, ansiosos por evangelizar as massas indígenas, frequentemente usavam as línguas locais de vez em quando, mas a maioria era em francês.

⁶ Para um amplo desenvolvimento das políticas escolares comparadas das potências coloniais, ver: Rodney (1972, p. 261-304).

Muitos ex-alunos da escola Bossangoa ainda precisam se lembrar do cheiro nauseante que punia sua espontaneidade natural ao falar em sua língua materna. Seja dentro da escola na hora do intervalo ou na sala de aula, éramos realmente proibidos de falar além do francês. Os infratores, surpreendidos pelo professor, ou denunciados por seus companheiros [...] imediatamente se viram enfeitados com uma lata, amarrada no pescoço com um barbante, onde definhava excremento humano (BANGUI, 1983, p. 155-156).

Como podemos ver, a associação do professor com a escatologia aqui, prova da revolta do protagonista-narrador-autor, que serve para inscrever a história na ficção africana da feiúra e do nojo, ilustrado por uma série de textos como *Le devoir de violence* (O dever da violência), de ambo Ouologuem (1968/2003), *Tu t'appelleras Tanga* (Você se chamará Tanga) de Beyala (1988), *Une vie de crabes* (Uma vida de caranguejos) de Tanella Boni (1990), *La chorale des mouches* (O Coral das moscas) de Kadima-Nzuji, *La république des chiens* (A República dos cachorros) de Dakoumi Siangou (2003) e *Le paradis des chiots* (O paraíso dos cachorros) de Sami Tchak (2006). Se, como argumenta Ossouma (1995, p. 117), "a produção romanesca africana [...] parece ter prazer no orgânico, no biológico e no escatológico", devemos acrescentar que o topo do fedor transmite frequentemente "o odor do pai " ou seus substitutos, como o professor/personagem hostil.

Encarnação ou representante do Outro, avatar do pai temido, adversário intransigente ao desenvolvimento da criança, o educador hostil assume a cara do proibido, tanto na era colonial como na pós-colonial. Com a energia digna de um inimigo implacável, este temido semideus se propõe a fazer cumprir os regulamentos de castração por meio do uso da violência. Na maioria das vezes, isso faz parte do reinado brutal de arbitrariedade que caracteriza o paternalismo colonial autoritário ou o totalitarismo neocolonial dos Pais das Nações. Entende-se, assim, que os termos com que os alunos designam esses formadores incluem, entre outros, horror, nojo, indignação, desvio e castração.

Se escritores pós-coloniais como Adiaffi, Bangui, Ken Bugul e Barry ainda insistem em retratar o professor/personagem colonial hostil, 40 anos após a independência, essa abordagem é apenas uma forma de enfatizar essa observação: a manipulação das estruturas sociais tanto na era colonial como na pós-colonial é feita a favor da metrópole. A acusação acaba por ser particularmente brutal em Adiaffi, Bangui e Bugul, cujas obras lançadas nos anos 1980 coincidem com um desespero íntimo pela consolidação do partido único e dos Pais da Nação no continente. Por outro lado, o romance de Barry, produzido em 2000 após o descrédito do monolitismo político, oferece uma imagem relativamente menos feroz, mas ainda pernicioso do personagem/professor. Sua figuração se encaixa em uma teia complexa que abrange pais "maternalizados", mães "fálicas" e colonizadores/ pais de nação fantasmagóricos.

Com exceção em *L'histoire d'Awu* (A História de Awu), todos os textos são escritos na primeira pessoa, promovendo assim um grau significativo do envolvimento do narrador na história que está relatando, especialmente em Barry, Bangui e Ken Bugul, cujas obras são 'em outro lugar autobiográficas. Se o romance de Mintsá é digno de sua bela exposição de pedagogos brutais, o de Adiaffi revela-se um verdadeiro exercício poético, rico em símbolos. Mas, que lugar deve ser dado ao gênero na representação de personagens/professores alienados? Notamos, em primeiro lugar, que todos esses formadores são homens, refletindo a predominância de professores do sexo masculino tanto durante a era colonial como em certos ambientes pós-coloniais (áreas rurais e subúrbios por exemplo). Além disso, a presença incômoda - nos textos citados - dessas figuras machistas permite sua associação com os mestres colonizadores e tiranos violentos, na medida em que as fileiras dos dois grupos eram geralmente ocupadas por homens.

Em segundo lugar, enquanto as vítimas (dos professores carrascos) descritas pelos homens são do sexo masculino – Camara Laye em *L'enfant Noir*, Adiaffi em *La carte d'identité* e Bangui em *As sombras de Kôh* - as romancistas, por sua vez, descrevem e olham para ambos os sexos: Mawdo Fall (menino) em *Une si Longue lettre* de Ba, Barry (menina) em *La petite Peule* e Ada (menina) em *l'Histoire d'Awu*. A escolha de Bâ diz muito sobre sua mensagem de compromisso anunciada na epígrafe de seu romance. Longe de serem inocentes, as outras escolhas traem os preconceitos sexuais e políticos de Laye, Adiaffi, Bangui, Barry e Bugul: visão androcêntrica nos homens, perspectiva feminina nas mulheres. Podemos dizer também que as representações de vítimas femininas pelos autores buscam subverter ou pelo menos completar as primeiras imagens masculinas oferecidas por homens: Laye, Bangui e Adiaffi. Além disso, os três romancistas parecem acatar a instrução de Ogun-dipe-Leslie (1994, p. 63):

A escritora [africana] deve se comprometer de três maneiras: como escritora, como mulher e como pessoa do Terceiro Mundo; e toda a sua feminilidade biológica está envolvida em todos os três"/ "A escritora africana deve mostrar seu compromisso primeiro como escritora, depois como mulher e, finalmente, como membro do terceiro mundo, sua maternidade biológica envolvida em todos os três papéis complementares.

O terceiro ponto de interesse quanto à relevância do gênero para a representação do personagem/professor, esse semideus com fascínios coloniais e neocoloniais, reside no ângulo tomado pelas autoras. Nestes, a imagem do formador hostil, ligado à área da intimidade e às relações mãe-filha, aprofunda ainda mais a dimensão de gênero e política de suas obras. Em *Une si longue lettre*, o racismo do professor caucasiano suscita o envolvimento da família da vítima: o nojo da irmã mais velha «pronta a contar seus fatos ao professor» (BÂ, 2000, p. 108) e a intervenção da mãe.

Em Ken Bugul e Barry, o quadro da brutalidade dos professores denuncia e aprofunda a representação da insensibilidade das mães, inclinadas a abandonar as filhas menores em benefício de seus interesses pessoais.⁷ As mesmas relações difíceis entre mães e filhas se manifestam em *L'histoire d'Awu*, onde o drama de Ada, uma estudante universitária, é tecido em torno de sua gravidez resultante de um estupro por um supervisor. A menina grávida será posteriormente abandonada pela própria mãe. A rede “professor-mestre colonizador hostil, pai da nação” é assim ampliada para incluir “a mãe desnaturada”. Se os romancistas têm, portanto, o mesmo objetivo de propor uma representação negativa do professor que deriva seu credo, sua moral e sua autoridade de modelos ditatoriais (colonial como pós-colonial), essa configuração é influenciada, como acabamos de ver, por preconceitos, gênero e orientação dos seus autores.

B. A ambivalência do personagem/professor

O segundo grupo de professores encontrados na ficção africana de língua francesa é o de personagens com identidades ambivalentes. O professor anônimo na autoficção de Beyala, *La petite fille du réverbère*, cumpre primeiro uma função benéfica na realização dos sonhos de Tapoussièrè, a heroína-narradora do romance. Auxiliar competente, ele dá a heroína seus valores edificantes e uma atitude positiva, ao mesmo tempo que lhe fornece a educação cognitiva adequada. Esses três recursos se combinam para garantir o sucesso acadêmico avassalador da menina. Os ideais morais do professor não deixam os leitores ou Tapoussièrè indiferentes. As duas pessoas que desempenham o papel de guia na vida de Tapoussièrè, conhecido como *La petite fille du réverbère* são, na verdade, avó e mestre. O narrador/protagonista chega ao ponto de investi-los de qualidades crísticas como a enunciação de parábolas didáticas, a transmissão de preceitos, a associação à luz do saber e um certo caráter demiúrgico.

Porém, a imagem resplandecente de um mestre da escola, essa figura quase divina tem seu outro lado. No início, ele pratica uma política educacional seletiva que priva a maioria dos alunos do direito à educação em um Camarões recém-independente. Como resultado, muitos alunos se encontram em uma situação de desescolarização, assim como seus colegas em *Les ombres de Kôh*. A comunidade e os indivíduos ficam, portanto, frustrados em suas aspirações legítimas de desenvolvimento. Mas, de longe, o seu comportamento mais acentuado por Tapoussièrè é a atenção romântica que o professor dedica à bela aluna Maria-Magdalena-des-Saints-Amours, cujo nome com ressonâncias bíblicas não deixa de constituir uma evocação paródica. Ainda que a menina tentadora seja, em certa medida, responsável pela perigosa ligação desta figura com os atrativos paternos e divinos, sabemos, no entanto, que a deontologia docente

⁷ Ken Bugul atenuou o retrato contundente de sua mãe em *Do outro lado do Ihar*.

proíbe as relações íntimas entre os professores e as meninas a fortiori as menores que eles têm nas suas responsabilidades. Para piorar ainda mais a situação, o formador acaba engravidando a aluna, gravidez que só escandaliza alguns membros da comunidade sem levar a sanções ou processos judiciais.

O apelo delirante que o aluno de tamanho cativante exerce sobre seus professores impulsiona a dinâmica de ação no romance *Les pernes d’Alice* de Nimrod, como é chamado evocativamente. O objeto de ardor do professor chadiano é a aluna Alice, de dezoito anos. Jogadora de basquete com pernas charmosas, Alice se torna, para o professor, o Santo Graal que restaura a integridade em um contexto nacional enfraquecido pela guerra. Muitas são as canções de êxtase destinadas, portanto, a Alice, o jovem professor do ensino médio, no romance de Nimrod, inspirado na tradicional filosofia hedonista exposta pelo patriarca Adi: “A lucidez é boa, mas nós dá um cansaço; preferimos a névoa dos espíritos” (NIMROD, 2001, p. 71). Assim, para o professor amoroso, “Um passo de arremesso, um belo transe valem toda a intoxicação do mundo” (NIMROD, 2001, p. 37).

Seguindo Taboye (2003), Joubert (2003, p. 130) teme que esse romance “não ofenda a modéstia e a sensibilidade dos leitores”. Algumas palavras inebriantes do formador em homenagem ao corpo de Alice só podem ofender a suscetibilidade de mais de um leitor púdico. No entanto, o cenário sombrio desta narrativa altamente lírica e psicológica parece legitimar as canções epicuristas de desespero, antes do precipício, para o amor. Tantas manifestações de amor terapêutico, tantas ilustrações de prazer para neutralizar os ataques banalizados de Thanatos. Assim, para Bekri (2001, p. 135), “no cenário infernal [os incessantes conflitos chadianos], essa canção amorosa torna-se um grande desafio, uma resistência à vontade de morrer”. Além disso, não é sem interesse que o erro moral do professor é facilitado pela apropriação indébita real, traduzida pelo deslocamento, de dois sujeitos em plena guerra civil.

Notamos, ademais, que o jovem professor, em movimento de redenção, após ter abandonado relações ilícitas com Alice, se dedica à busca de sua esposa e de sua filha, aplicando-se agora a narrar os acontecimentos perturbadores da guerra. Sempre em sua defesa, ele tem a lucidez de ver que todo desejo profundo, toda intoxicação, contém desvantagens. Em suma, a figura do jovem professor como amante impetuoso, professor perdido, marido convertido, colunista resistente e espírito esclarecido assume uma certa ambigüidade, senão uma identidade múltipla. Parece que a imagem ambivalente do professor da escola em Beyala se encaixa na lógica da primeira frase de *La petite fille du réverbère* sobre a mobilidade das identidades: “É a identidade de um ser tanto quanto de qualquer material: pode ser reciclado”. Também em Nimrod, as identidades flutuantes do personagem/professor parecem refletir os traços do sujeito pós-moderno / pós-colonial “problemático”: descentramento, nomadismo e

ambigüidade. Assim problematizada, a personalidade desse professor/personagem é chamada a se definir de acordo com os desafios que lhe são difíceis de dominar. Sem o fundo moral do texto, o romance de Nimrod caberia, em nossa opinião, no movimento do discurso da angústia cara a Efoui. “É uma questão, diz este último, que o escritor recuse qualquer forma de confinamento para assumir essa parte da preocupação permanente que é a exigência primordial da escrita” (EFOUI, 1992, p. 44).

Apresentados por narradores autônomos, os personagens/professores são ambivalentes, como no primeiro conjunto de professores, os homens. Se suas vítimas são meninas (MariaMagdalena-des-Saints-Amours e Alice), deve-se dizer que Beyala acrescenta um aspecto íntimo à sua apresentação específica de gênero. Neste caso a gravidez de uma menina-mãe, na perspectiva de “acentuar a natureza patriarcal da sociedade pós-colonial dominada por deuses androcêntricos, Pais da nação, valores imperialistas e “Papás da literatura”. Ambos os textos sobre o personagem/professor mostram que raramente há objetividade perfeita ou verdades aceitáveis para todos. É nesse universo de falta de certeza perfeita que o romancista concebe sua arte e que os personagens evoluem.

C. A dedicação do personagem/professor

A marca dos formadores pertencentes a esta terceira categoria é a dedicação à instrução que pode promover o desenvolvimento da criança e da comunidade. Todos esses professores veem na personalidade do aluno e na cultura africana elementos positivos, até mesmo recursos a serem explorados para o bem-estar coletivo. Ciente dos interesses do aluno, ansioso por diminuir o distanciamento entre ele e o educando, este educador demonstra empatia, compaixão e respeito pelos educandos que lhe são confiados. Por isso, ele freqüentemente age como um pai bondoso e um Deus benevolente. Nem é preciso dizer que, como professores compassivos e generosos, esses docentes se destacam, por sua disposição, palavras, valores e confiança, de duas categorias anteriores de professores. Quase divinos, os professores de caráter construtivos desfrutam da boa vontade de seus criadores.

Por meio de sua consciência profissional, M. Salvain, o professor francês em *Une vie de boy* (1956) de Ferdinand Oyono, afirma-se como um bom modelo para outros educadores. Correndo o risco de sua posição social e especialmente de sua vida, ele (o professor Salvain) ousou fazer, diante do questionamento do comandante sobre o desempenho acadêmico dos estudantes africanos, uma avaliação objetiva da realidade da escola colonial (com o olhar torto de seus irmãos europeus). Além do mais, ele sabe como motivar seus alunos a se superarem. Por ter supostamente contar os africanos que eles são tão humanos e assíduos quanto os europeus e

por ter declarado que os indígenas (nomes usados também na colonização como os nativos) podem demonstrar frequência escolar assim como os filhos dos professores colonizadores. Assim, o professor Salvain se vê descrito como traidor pelo fato de dizer a verdade aos seus alunos africanos, os colegas franceses o tratam de xenófobos por dizer que eles são iguais aos alunos europeus. É tido como vira casaca.

Da mesma forma, Monsieur Baly em *Saint Monsieur Baly* (1973) de Sassine, ousa enfrentar fortes preconceitos em sua determinação de construir bases sólidas para a formação do novo africano durante a era colonial. Ao fazer isso, ele conquista a estima de todos: seus amigos e seus oponentes. O próprio título do romance expressa a consagração do pedagogo. Durante sua vida, isso foi corretamente apreciado como “uma dádiva para nós, os pobres e para o país” (SASSINE, 1973, p. 131). Seu ex-inimigo, Doutor André, faz esta confissão esclarecedora: “Ele sabe mesmo como lidar com as crianças, o velho Baly, eles [os alunos] fizeram mais progressos” (SASSINE, 1973, p. 196). A pequena Fati diz o mesmo: “Meu pai é o prefeito; [...] Ele diz que só na sua escola iremos, meus irmãos e eu” (SASSINE, 1973, p. 210). Sabemos que o prefeito, na época, demonstrou aversão ao Senhor Baly. O ensino holístico oferecido na escola do Senhor Baly é sustentado pelos seguintes eixos: ensino de línguas nacionais, abordagem prática, espírito de partilha, rejeição do paternalismo, desmistificação da figura do formador, orientação técnica e funcional, bem como reabilitação de mendigos. Em suma, esse tipo de educação visionária, ao contrário da educação alienante (colonial ou neocolonial), é adequada para promoção individual e comunitária.

É preciso dizer também que a formadora europeia da Escola Normal em *Une si longue lettre* teve uma influência positiva na vida dos seus alunos durante a era colonial. Proporcionou um ensino que “permitiu uma frutuosa mistura de inteligências, caracteres, [de] maneiras e [de] costumes” (BÂ, 2000, p. 27). Os objetivos deste diretor são formativos e libertadores. Programado desta forma, este ensino não limpa os conhecimentos prévios do aluno, mas valoriza a reintegração dinâmica do aluno na sua comunidade sociocultural, inculcando-lhe confiança para enfrentar os desafios do seu mundo multicultural. Esta influência positiva ajudará Ramatoulaye e Aïssatou (as duas protagonistas principais), como pioneiras, a enfrentar corajosamente mil tribulações sociais (preconceitos patriarcais, desafios profissionais, infidelidade conjugal, morte real e simbólica do marido, maquinações dos parentes) ao longo das suas vidas adultas.

Se podemos ver que os retratos de Monsieur Salvain, em *Une vie de boy*, e do diretor colonial em *Une si longue lettre*, parecem idealizados, na medida em que a política francesa de assimilação em vigor não permitia a educação puerocêntrica (baseada na criança) ou na mistura cultural, permanece o fato de que às vezes havia educadores rebeldes, ou pelo menos educadores informados, que não aceitavam tudo o que o discurso colonial oficial lhes dizia sobre a

inferioridade congênita dos colonizados. Se é verdade que as brechas sempre existem sob a aparente rigidez das ideologias, então podemos imaginar esses autores como defensores fictícios da ética da diferença e da diversidade multicultural. Também é importante aqui levar em conta estas palavras de Jauss (1978, p. 33): “[...] a função da obra de arte não é apenas representar a realidade, mas também criá-la”.⁸ Obviamente, Bâ e Oyono, criadores comprometidos, buscam por meio dessas representações influenciar positivamente a percepção que os leitores têm das relações raciais e entre professor-aluno.

O mesmo compromisso anti-institucional de formadores ficcionais é visto no professor de sociologia Pierre, o diretor da escola, em *Destins parallèles* de Touré. Apesar de seus esboços, os dois educadores impressionam por sua consciência profissional e seu status quase divino. Como verdadeiros guias, orientam o segundo Ki-Ca não só para o seu destino, mais sobretudo, para um ensinamento "baseado na verdade e na justiça" (TOURÉ, 1995, p. 379). Defensor dos valores tradicionais, oralidade e da arte da percussão, o professor de sociologia, apelidado de Cassius Clay, além da instrução cognitiva fornecida, ensina etiqueta a seus alunos. Consciente, este estudioso apresenta aos seus alunos práticas de vida benéficas como o hábito de observar melhor a sua localidade e avaliar sistematicamente os objetivos pessoais, tudo com o objetivo de garantir o desenvolvimento individual e coletivo. O formador idealista Pierre, por seu lado, dedica-se de corpo e alma à sua vocação, apesar das dificuldades associadas à vida rural marfinense. Se no final da história, o herói se dedica à tarefa de trabalhar pelo bem-estar nacional, não é só pelas práticas úteis aprendidas ao profeta moribundo, mas também pelos preceitos ensinados aos dois modelos educativos, Cassius Clay e Pierre.

Em *La mémoire amputée* (a memória amputada) de Werewere-Liking, Halla Njokè reconhece no mestre acadêmico Minlon as mesmas qualidades positivas, qualidades que o protagonista-narrador considera essenciais para a renovação africana. O protagonista-narrador vê neste estudioso um catalisador do progresso individual e comunitário chamado a reabilitar a memória e a fazer compreender ao público esta verdade: “O ser torna-se o que aprende” (WEREWERE-LIKING, 2004, p. 43). A caracterização de Mestre Minlon beira, em alguns lugares, na apoteose, o louvor a um Deus. Em *L’appel des arènes* da senegalesa Aminata Sow Fall, também ajuda a nutrir reflexões frutíferas sobre a educação pós-colonial, já que o professor Niang, o porta-voz da autora, oferece uma imagem positiva do formador. Como um “doutor atencioso”, luta para criar o Novo Africano que saiba responder aos apelos da arena, símbolo da tradição, bem como aos desafios da escola, matriz da modernidade. Num espírito construtivo digno de Montaigne e Rousseau, centra a atividade ensino-aprendizagem no aluno e faz do seu

⁸ A ênfase é colocada em Jauss.

domínio afetivo a base da pedagogia. Assim configurado, o ensino e a aprendizagem permitem que seu aluno Nalla vincule experiências subjetivas a novos conhecimentos e estabeleça pontes funcionais entre passado e futuro. Como um psicólogo experiente, o professor Niang desvenda o mistério em torno da distração de Nalla, causada pela ruptura com o seu ambiente nativo. Assim, ele consegue garantir o último e colocá-lo no caminho da salvação. Sua observação aos pais de Nalla sobre o desconforto da criança é impressionante:

Seu filho tem uma queda pela estética da forma, cor e dos sons, ampliada pela coragem e força em movimento. É isso que ele descobre na luta livre e é isso que o atrai... As crianças muitas vezes têm disposições que os pais não procuram compreender, principalmente se chocam com a sua percepção de vida ... As crianças também têm uma sensibilidade própria, que é diferente da dos pais! (SOW FALL, 1982, p. 62).

A intervenção salutar do professor Niang não se limita a Nalla, mas também gera uma simbiose de culturas em Ndiogou, o pai de seu aluno. Toda a política assimilacionista personificada pela mãe de Nalla, Diattou (cujo retrato evoca o de Jean Veneuse de René Maran), é frustrada pelo contra-discurso, o contraprojeto e o condicionamento mental iniciados por Niang. Nessas condições, o professor Niang é descrito por Borgomano (1984, p. 54) como um educador que desempenha bem seu papel. Arungwa (1993) não dirá mais nada em sua avaliação desse professor/personagem. Portanto, pode-se dizer que o professor Niang preenche todos os critérios para um bom ensino, tais como são formulados por Cyr (1998).

Intimamente ligada ao retrato de educadores que desempenham bem suas funções profissionais está a imagem do professor zeloso como mártir. A imagem mais exemplar de tais formadores é apresentada em *L'histoire d'Awu* de Mintsa. Considerado um bom conselheiro e um "professor exemplar" (MINTSA, 2000, p. 98), Obame Afane ajuda aos alunos em estresse e angústia. Avisado posteriormente por rádio de sua admissão à aposentadoria, Obame Afane foi negligenciado pelas autoridades, sua cobertura previdenciária nunca paga pelo Estado neocolonial. Apesar dos seus esforços incessantes (numerosas visitas vinculativas à capital, depoimentos de muitos dossiês a autoridades burocráticas, consulta às forças ocultas do "nganga", recurso à ajuda dos pais e familiares), não consegue perceber o seu devido até sua morte em um acidente de trânsito durante uma de suas visitas à capital. Seu tratamento kafkiano pela "administração ingrata e desumana" (MINTSA, 2000, p. 102) ressalta o quão cega a ordem estabelecida pode ser em seu desprezo pelos méritos de professores dedicados.

Os maus-tratos que os poderes políticos gaboneses reservam aos professores conscienciosos - para não falar da extorsão escolar que parece gozar da bênção da administração - indica claramente que o governo não se preocupa em criar um sistema educacional funcional, capaz de pagar e sancionar os funcionários de forma justa. Essa falta de motivação e dissuasão

também é vista na incapacidade de mobilizar recursos humanos para o desenvolvimento sustentável. A ausência ou insuficiência de condições favoráveis ao desenvolvimento da comunidade, provavelmente causadas pelo poder público, faz com que os antigos hábitos coloniais se arrastem em benefício da elite neocolonial minoritária.

Olhando mais de perto, não é por acaso que Mintsa e Touré mostram o sistema escolar do Gabão e da Costa do Marfim, dois países africanos com tendência mimética e obediência capitalista "selvagem" (COQUERY-VIDROVITCH; MONIOT, 1974, p. 424; AMONDJI, 1984, p. 276; GROVOGUI, 2004, p. 128-129) sob uma luz extremamente desfavorável. Para Touré, a tendência nacional parece estar relacionada à disfunção escolar, com as autoridades políticas negligenciando a educação, bem como o bem-estar coletivo. Não é de estranhar que o Ministro da Educação Nacional se apresente como inimigo público do código do ensino, da boa governança e da ética em geral. A exemplo do texto de Mintsa, o sexismo tradicional do romance de Touré anda de mãos dadas com o espírito mercenário dos governantes, reforçando assim o que podemos chamar de “o reinado do deslize sócio-político”, ou melhor, “a ordem da desordem”.

Além de *Une si longue lettre*, os professores/personagens construtivos apresentados por autores como Aminata Sow Fall e Wéréwéré-Liking são, como nas categorias estudadas anteriormente dos homens. Além disso, *Saint Monsieur Baly* e *L'appel des arènes*, por meio de seus narradores, dão um certo tom objetivo ao retrato do personagem/professor. Por outro lado, *Une vie de boy*, *Une si longue lettre*, *Destins Parallèles* e *Mémoire amputée*, que operam subjetivamente, adquirem a marca do testemunho. De ambos os lados, é o messianismo e o compromisso de seus criadores que alimentam os retratos laudatórios dos educadores ficcionais. A dimensão messiânica (extensa em *Monsieur Saint Baly* e em *Appel des arènes*, mas limitada nos outros) liga esses textos à perspectiva visionária de Jean Malonga (*La légende M'pfoumou ma Mazono - A lenda de M'pfoumou ma Mazono*) e Sembène Ousmane (*Ô pays, mon beau peuple - Ô país, meu lindo povo* e *Les bouts de bois de Dieu - Os filhos de Deus*).

De acordo com os critérios de heroicidade enunciados por Hamon (1977, p. 154-161; 1984, p. 43-102), personagens menores como *Monsieur Salvain* (*Une vie de boy*), o diretor anônimo (*Une si longue lettre*), *Cassius Clay* e *Pierre* (*Destins parallèles - Destinos paralelos*) e *Maître Minlon* (*La mémoire amputée - A memória amputada*) não são candidatos ao status de heróis que, por outro lado, professor *Baly* (*Monsieur Baly*), professor *Niang* (*L'appel des arènes*) e *Obame Afane* merecem (*L'histoire d'Awu - A história de Awu*) pela exemplaridade, autonomia, frequência do aparecimento e papel determinante na história. No entanto, esses personagens menores (os pedagogos valorizados), por sua singularidade e sua posição moral, são atribuídos as qualidades heróicas pelos narradores-heróis de suas histórias: *Toundi* (*Une vie de boy*), *Ramatoulaye* (*Une si longue carta*), *Ki-Ca* (*Destins parallèles*) e *Halla Njokè* (*Mémoire*

amputée). A razão é que os contadores de histórias de heróis que incorporam a visão de seus criadores investem parte de sua heroicidade nesses professores exemplares que, em última análise, se tornam arautos não apenas de autores, mas também de narradores-heróis e leitores. Isso equivale a dizer que esses professores construtivos compartilham as marcas do herói com os “heróis formais” desses textos. As observações de Tomachevski sobre o herói permitem ver antes de tudo a necessidade essencial do herói para o universo narrativo e, em seguida, as motivações morais na origem de sua criação: “A relação emocional com o herói (simpatia-antipatia) é desenvolvida a partir de uma base moral. Os tipos positivo e negativo são necessários para a fábula. [...] O personagem que recebe a tonalidade emocional mais viva e marcante é chamado de herói” (TOMACHEVSKI, 1966, p. 295).

Conclusão

Assim como os professores antipáticos se destacam por sua oposição ao desenvolvimento total do aluno e da comunidade, os formadores de comportamento construtivo procuram levar no aluno o máximo de confiança e boas maneiras. O primeiro extrai sua moral e modelos do sistema político sufocante que cerca a escola. Figura paterna castradora, a personagem do professor alienante é associada ao "cheiro do Pai" problematizado por Mudimbe (1981). Quanto ao segundo grupo, para o qual o romancista inspirou sua visão, ele está comprometido com a missão de formar positivamente seus alunos. Entre esses dois grupos está a categoria dos professores ambivalentes. Acreditamos que o público tem tudo a ganhar com uma literatura que, direta ou indiretamente, lhes oferece modelos convincentes (Sr. Baly, Pierre) e contra-modelos pedagógicos (Sr. Adé) para ajudá-los a fazer boas escolhas - no que diz respeito a uma educação adequada para o desenvolvimento integrado. O aspecto nacionalista desses escritos, sem falar no compromisso sociopolítico dos romancistas estudados, não pode ser negado.

Se os autores da era pós-colonial ainda olham para a imagem do professor da era colonial, esta etapa é feita apenas com o intuito de mostrar como o colonialismo afeta a vida sociopolítica da África contemporânea. O trabalho, de fato, nos fez ver que a descolonização, longe de ser um acontecimento, é um longo processo, cujo maior desafio está ao nível psicológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADIAFFI, J.-M.. **La carte d'identité**. Paris: Hatier, 1980.

AMONDJI, M. **Félix Houphouët et la Côte d'Ivoire: l'envers d'une légende**, Paris, Karthala, 1984.

- BÂ, Mariama (2000). **Une si longue lettre**, (Première édition, 1979), Dakar/Abidjan, Nouvelles Éditions Africaines).
- BANGUI, A. **Les ombres de Kôh**. Paris/Abidjan, Hatier/CEDA, 1983.
- BARRY, M. **La petite Peule**. Paris, Fayard/Mazarine, 2000.
- BEYALA, C. **Tu t'appelleras Tanga**, Paris, Stock/Albin Michel, 1988.
- _____, **La petite fille du réverbère**, Paris, Albin Michel, 1998.
- _____, **La plantation**. Paris, Albin Michel, 2005.
- BONI, T. **Une vie de crabe**, Dakar/Abidjan, Nouvelles Éditions Africaines, 1990.
- BORGES, J.L; FERRARI, O. **Nouveaux dialogues**, Genève, L'Aube/Zoé, 1990.
- BOTO, E. **Ville cruelle**. Paris, Présence Africaine, 1954.
- BUGUL, K. **Le baobab fou**. Dakar, Nouvelles Éditions Africaines du Sénégal, 1982.
- _____, **Cendres et braises**. Paris, L'Harmattan, 1994.
- _____, **De l'autre côté du regard**. Paris, Le Serpent à plumes, 2004.
- CYR, P. **Les stratégies d'apprentissage**, Paris, CLE, 1998.
- EFOUI, K. **Récupérations, théâtre**, Éditions Lansman, 1992 puis 2010.
- FANON, F. **Peaux noires, masques blancs**. Paris, Seuil, 1952, rééd. Seuil, coll. "Point/Essais", 1971.
- _____, **Les damnés de la terre**, Paris, Maspero (I^é édition, 1961), (II^é édition, 1968), III^é édition, 2002, Paris, La Découverte/Poche.
- GROVOGUI, S.N. The Crisis of State in Africa, Challenges of the Democratic Social Compact. In : COELHO, P.M.P.,; SARAIRA, J.F.S. **Brazil-Africa Forum on Politics, Cooperation and Trade**, Brasilia, IBRI, p.115-135.
- HAMON, Ph. **Texte et idéologie**, Paris, PUF (Presses universitaires de France), 1984.
- JAUSS, H.R. **Pour une esthétique de la réception**. Paris, Gallimard (Traduit de l'allemand par Claude Maillard), 1978.
- KADIMA-NZUJI, M. **La chorale des mouches**. Ed. Présence Africaine, Paris, 2003.
- KOM, A. **La malédiction francophone: défis culturels et condition postcoloniale en Afrique**. Hambourg/Yaoundé, Verlag/CLE, 2000.
- LAYE, C. **L'enfant noir**. Paris, Plon, 1953.
- MALONGA, J. **La légende de M'Pfumou ma Mazono**, Paris, Présence Africaine, 1959.

- MAMBOU, C. **La gazelle et l'exciseuse**. Paris, L'Harmattan.
- MEMMI, A. **Portrait du colonisé**, Paris, Pauvert, 1966.
- MINTSA, J. **Histoire d'Awu**. Paris, Gallimard, 2000.
- MUDIMBE, V.Y. **L'odeur du père**, Paris, Présence Africaine, 1981.
- NIMROD. **Les jambes d'Alice**, Paris, Actes Sud, 2000.
- OGUNDIPE-LESLIE, M. **Re-creating Ourselves: African Women & Critical Transformation**. Trenton, Africa World Press, 1994.
- OUOLOGUEM, Y. **Le devoir de violence**. Paris, Le Serpent à Plumes (Première édition 1968), Paris, Seuil, 2003.
- SEMBENE, O. **Ô pays, mon beau peuple**, Paris, Amiot-Dumont, 1957.
- _____. **Les bouts de bois de Dieu**, Paris, Le Livre contemporain, 1960.
- OYONO, F. **Une vie de boy**, Paris, Julliard, 1956.
- SASSINE, W. **Saint Monsieur Baly**. Paris, Présence Africaine, 1973.
- SIANGOU, D. **La république des chiens**. Paris : L'Harmattan, 2004.
- SOW FALL, A. **L'appel des arènes**, Nouvelles Éditions Africaines, Dakar/Abidjan, 1982, 144p.
- TABOYE, A. **Panorama critique de la littérature tchadienne**, Ndjamea, Centre Al-Mouna, 2003.
- TCHAK, S. **Le paradis des chiots**. Paris, Mercure de France, 2006.
- TOMACHEVSKI, B. **Théorie de la littérature**: In T. Torodov, Paris, Seuil, 1966, p.263-367
- TOURÉ, K. **Destins parallèles**. Abidjan, Nouvelles Éditions Ivoiriennes, 1995.
- UWODI, M.M. **La philosophie et l'africanité: critique d'un intellectualisme fermé**, Paris, L'Harmattan, 2003.
- VETINDE, L. **Inscriptions of Exile in Jean-Marie Adiaffi's**, La carte d'identité, 2002, The French Review, vol 75, p.868-879.
- WERE WERE Liking. **La mémoire amputée**, Abidjan, Nouvelles Éditions Ivoiriennes, 2004.

Artigo em periódico

ARUNGWA, CI, Fiction and Progressivism in Children's Education: A Study of Aminata Sow-Fall's L'Appel des Arènes, African Languages and Cultures, vol. 6, No. 1, 1993, **Journal of African Cultural Studies**, p.11-19.

BEKRI, T. **Les jambes d'Alice**. Notre Librairie, 144, p. 135-136, 2001.

BORGOMANO, Madeleine. **Lectures de 'L'Appel des arènes' d'Aminata Sow Fall**, NEA, Abidjan, 1984.

COQUERY-VIDROVITCH, C., et MONIOT, H. L'Afrique noire de 1800 à nos jours, Paris, PUF (Presses universitaires de France), 1974, **Revue belge de philologie et d'histoire**, tome 54, Langues et littératures modernes, p. 927-930.

DIOP, Majhemout. Histoire des classes sociales en Afrique de l'Ouest. **Cahiers d'études africaines**, vol. 14, n°54, 1974, p. 403.

AWONIYI, T.A. **The Teaching of African Languages**. Londres/Sydney/Auckland/Toronto, Hodder and Stoughton, 1982, Vol.37, p.239-265.

GROVOGUI, S.N. Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition, **European Journal of International Relations**, p. 315-338, 2002.

HAMON, Ph. Pour un statut sémiologique du personnage. In: BARTHES R., KAYSER W., BOOTH, W.C., et HAMON, Ph. (dir.), **Poétique du récit**, 1977, Paris, Seuil, p.115-180.

JOUBERT, J. L. **Note de lecture, Panorama critique de la littérature Tchadienne**, Notre Librairie, 2003, p. 152-130.

KAYSER, W. Qui raconte le roman? In: BARTHES, R., KAYSER, W., BOOTH, W.C., et HAMON, Ph. (dir.), **Poétique du récit**, Paris, Seuil. 1977, p. 59- 84.

LE ROUX, E. **Imaginary Evidence, Finding the Non-dit in Fiction**, 2002.

LEVINE, V. Political-Cultural Schizophrenia in Francophone Africa. In MOWOE, I., et BJORNSON, R. (dir.), **Africa and the West: the Legacies of Empire**. Westport, CT, Greenwood, 1986. p.159-173.

NGANANG, P. Le tombeau de Mongo Beti. In: KOM, A. (dir.), **Remember Mongo Beti. Bayreuth: Pia Thielmann et Eckhard Breiting**, 2003, 263-271.

NTONFO, A. Haïti et l'Afrique noire: de la primauté à la marginalité, du modèle au contre-modèle, **Revue internationale de langue et de littérature**, Présence Francophone, 2005, vol 64, p.33-52.

OSSOUMA, B.E, **Laideur et rire carnavalesque dans le nouveau roman africain**, Politique Africaine, 1995, vol 60, p. 117-128.

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa**, Londres/Dares Salaam: Bogle-L'Ouverture/Tanzania Publishing House, Col 13, 1972.

VIGNER, G. Histoire de l'enseignement du français au Cameroun, **revue Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde**, 1988, Vol 2, p12-14.

WILLIAMS, A.-Y.I. On the Subject of Kings and Queens: 'Traditional' African Leadership and the Diasporal Imagination, **Revue African Studies Quarterly**, 2003, vol 6, p.1-10.

BUGUL, K. La pièce d'or. Paris, Ubu. CERCLE SAMORY. Séminaire sur «L'exercice du pouvoir en Afrique noire». 31 mars-1er avril, Poitiers, France, **Actes de colloque**, vol 37, 2006, p. 239-265.



ISSN: 2595-5713

Vol. 03 | N°. 5 | Ano 2020

Martinho Pedro

COLONIZAÇÃO E O PARADOXAL EMPREGO DE DEGREDADOS EM MOÇAMBIQUE: POR UMA HISTORICIDADE DE UM GRUPO MARGINAL

COLONISATION ET EMPLOI PARADOXAL DES EXILÉS AU
MOZAMBIQUE: POUR UNE HISTORICITÉ D'UN GROUPE
MARGINAL.

RESUMO: A precariedade em recursos humanos na colonização portuguesa foi uma realidade dominante durante o século XIX e, de forma recorrente, até meados do século subsequente. O artigo pretende apresentar que, para demarcar a sua territorialidade em Moçambique ao longo dessa contínua precariedade, Portugal integrou degredados, por via de uma requalificação só possível pelo emprego do paradigma do “choque de diferença”, então colocado em prática no espaço colonial, pelo qual possibilitou-os a ter uma utilidade política e funcional no espaço colonial, prática que, paralelamente, introduziu paradoxos existenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Degredado; “Choque de diferença”; Requalificação.

RESUMÉ: La précarité des ressources humaines dans la colonisation portugaise était une réalité dominante au cours du XIXe siècle et, à plusieurs reprises, jusqu'à la moitié du siècle suivant. L'objectif de cet article est de présenter que, pour délimiter sa territorialité au Mozambique devant cette continue précarité, le Portugal a intégré des exilés, par la requalification uniquement possible grâce à l'utilisation du paradigme du «choc de la différence», alors mise en place dans le l'espace colonial, dont ils ont obtenu une utilité politique et fonctionnelle dans l'espace colonial, une pratique qui, en parallèle, a introduit des paradoxes existentiels.

MOTS-CLÉS: Exilé, Choc de différence, Requalification

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

COLONIZAÇÃO E O PARADOXAL EMPREGO DE DEGREDADOS EM MOÇAMBIQUE: POR UMA HISTORICIDADE DE UM GRUPO MARGINALMartinho Pedro ¹**Introdução**

Todo o processo colonial implica a criação de condições relacionais entre dois territórios, um constituindo-se em central e outro em periférico e tais condições expressam-se à diferentes níveis, desde o jurídico, político, administrativo e cultural, através dos quais são veiculadas as premissas de dominação e se operacionalizam os objetivos pelos quais houve a aquisição do novo território. Contudo, tais condições, premissas e a viabilização prática dos propósitos da colonização só são materializáveis com a presença de recursos humanos do país colonizador no espaço em construção, que não apenas indicem uma simples ocupação física, mas, também, operacionalizem todos os processos e atos que tenham que ocorrer neste espaço, por um lado, e mantenham o fluxo comunicacional entre este e a respectiva metrópole ou país colonizador, por outro. Isto quer dizer que, se a natureza da comunicabilidade entre a metrópole e a colônia, e o tipo de funcionalidade institucional desta última podem ser definidos pela metrópole, os mecanismos e o decurso local dos processos são fortemente influenciados pelo comportamento dos agentes diretamente ligados ao novo território.

Por via dos agentes ou recursos humanos são veiculados e concretizados os projetos almejados pelo país colonizador, e os mesmos são responsáveis pelo desenvolvimento dos atos político-administrativos no terreno. Simultaneamente, é pelos agentes que se opera a transferência dos adereços culturais do grupo colonizador para o colonizado, sempre que um projeto desse gênero tenha lugar. Dessa forma, concorda-se com Carvalho, quando ele aponta que, para que haja a transferência de adereços culturais de um grupo para o outro devem existir alguns pressupostos dos quais: a consistência dos valores existentes; o prestígio dos transportadores de novos elementos e a extensão e continuidade do contato presente no espaço em construção (1965, p. 141), os quais devem ser garantidos integralmente pelo grupo colonizado.

Dessa forma é fácil perceber que a natureza da colonização e o tipo de impacto da mesma dependem, necessariamente, do comportamento impresso pelo pessoal empregue pelo aparelho colonial no território em questão, isto é, é ele que garante a territorialidade, esta entendida por Barth, citado por Pedro (2012), como sendo

¹ Martinho Pedro, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, Doutorado. marpmatatos@gmail.com

(...) a criação de uma nova unidade sociocultural, mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, pela constituição de mecanismos políticos especializados ou pela redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, bem como pela reelaboração da cultura e da relação com o passado (p. 2).

Por via desta conceptualização, é possível descortinar que a criação de uma nova unidade sociocultural equivale a projecção de um poder de um grupo social ou território para um novo/outro grupo social ou território, e que ocorre através de mecanismos subjetivos de legitimação, que incluem, primordialmente, a presença física. De fato, num contexto colonial tal presença constitui-se no primeiro fundamento sem o qual seria difícil concretizar os desígnios do país colonizador. Numa segunda vertente, o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, apontada por Barth, revela-se em função da transposição/imposição de um sistema construído como dominante no espaço colonial em construção que, no caso em epígrafe, é o lusitano. Tacitamente, para o caso da colonização portuguesa, no estabelecimento dessa identidade diferenciadora venceu o processo de subalternização da cultura dos grupos sociais encontrados no espaço colonial em construção, os quais só podiam ser integrados por via de processos de assimilação. Mais uma vez, este desiderato jamais teria alguma concretização sem agentes metropolitanos.

Quanto à constituição de mecanismos políticos especializados ou redefinição do controlo social sobre os recursos ambientais, e a reelaboração da cultura e da relação com o passado, introduzidos ainda na definição de territorialidade por Barth, o autor identifica outros fatores do controlo social do espaço, pelos quais garante-se a legitimação da presença do colonizador não apenas necessariamente por via coercitiva, mas, fundamentalmente, por processos subtis que permitem a criação de mecanismos afetivos. Aliás, estas realidades apontadas por Barth enquadram-se no que Quijano (2009) indica como os cinco meios de existência social que entram na malha de relações sociais de exploração/dominação, e que, apenas, o último é que é coercitivo, a saber:

(...) o trabalho e os seus produtos, a natureza e os seus recursos de produção, o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie, a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento e a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (*Id.* p. 76).

Texto elaborado a partir de uma intervenção oral numa Conferência Internacional, realizada na Universidade Pedagógica, de 2 à 4 de Outubro de 2019, cuja perspectiva analítica foi revista, mas nunca foi difundida e o texto não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea.

Dessa forma, se bem que Portugal possuísse territórios ultramarinos até ao século XVIII, ainda não contemplava efetivamente todos fundamentos da territorialização, pelo facto de nunca ter assegurado, sem questionamento, espaços contínuos e perpétuos, pelo menos nos domínios existentes na África Oriental, de onde paulatinamente se formatava a Colónia de Moçambique. Tal realidade resultava do facto de, como defende Lobato, até este período “(...) toda a histórica presença portuguesa em Moçambique está marcada, ao longo dos séculos, por um indelével cunho de espontâneo improviso, de acaso de pura ocasião, ao sabor das circunstâncias e das pessoas” (LOBATO, 1972, p. 2).

Para construir um domínio efetivo, como qualquer outra potência da época, Portugal introduziu artifícios, cuja operacionalização propiciasse a presença física dos seus agentes de colonização e a imposição de instituições, naturalmente, nacionais. Ao que algumas provas documentais avançam, a introdução desses artifícios para a posse de terras na África Oriental durante a Segunda Modernidade Europeia, apesar de ter sido revigorada no período subsequente, iniciou ainda a partir do segundo quartel do Séc. XIX, tal como se demonstra mais adiante.

Elaborado numa perspectiva histórica e de longa duração, e mobilizando um material de natureza bibliográfica e documental, o estudo procura situar os fundamentos explicativos que propiciaram que, nos séculos XIX e XX, os degredados passassem de uma situação de excluído, na metrópole, para a categoria de agentes ativos da colonização, na Colónia de Moçambique, isto é, em representantes da mesma Coroa que os havia expatriado para um espaço excêntrico, representado, na altura, pelo espaço colonial.

Da necessidade de imposição de uma territorialidade lusocrática em Moçambique

Depois de ocupar juridicamente a metade oriental do globo, por via do Tratado de Tordesilhas de 1492, Portugal teve de lutar para conservar esse vasto espaço, principalmente a partir do momento em que novas potências, também europeias, passaram a projetar seus interesses comerciais para fora da Europa. A aparição destas novas potências, a partir do século XVI para diante, colocou em causa a teoria do *mare clausum* pela qual as duas potências ibéricas se valiam para explorar, de forma exclusiva, os mares. De facto, com a intervenção das novas potências no hemisfério oriental, e não só, o espaço inicialmente projetado como de influência portuguesa foi se reduzindo que, para o caso de África, estendia-se, com pequenas interrupções na costa atlântica, desde o Cabo Bojador ao Guardafui.

Como resultado da presença dessas potências, iniciou a definição de zonas de influência objetivamente identificáveis, convencionados, neste artigo, como territorialidades que, para o caso em estudo, foi a lusocrática. Por territorialidade lusocrática entende-se a circunscrição de

mecanismo de poder por Portugal, mediante a manutenção de respectivos agentes e pela imposição de instituições internas num novo ou outro espaço que, para o caso em estudo, era o espaço colonial em construção. Tal como ficou aclarado na discussão deste termo, pela territorialização demandava-se não apenas a presença física dos agentes de colonização, mas, fundamentalmente, a introdução de mecanismos relacionais entre o território metropolitano e o colonial, por via da imposição de malhas de poder funcionais, entre subtis e coercitivos, capazes de propiciarem a concretização dos ditames para os quais o espaço colonial foi projetado.

Embora a historiografia africanista aponte a avidez de Portugal pelas terras a partir do terceiro quartel do século XIX, com a conversão das entidades feudais zambezianas em Prazos da Coroa, especificamente, em 1880 (UZOIGWE, 2010, p. 32), as evidências presentes na documentação para Moçambique levam a crer que tal interesse iniciara mais ou menos cinquenta anos antes. De fato, já mesmo no primeiro quartel do século, logo depois da independência do Brasil, em 1822, e do seu reconhecimento posterior pela Coroa, em 1825, houve vozes que indicavam a necessidade de Portugal virar-se para as suas colônias africanas (MBWILIZA, 1980; PAPAGNO, 1972).

O interesse por um dos dois domínios portugueses da África meridional (Moçambique ou Angola) pela Bélgica, em 1836,² e pelo Brasil, em 1839, que pretendeu proteger Moçambique e Angola, caso estas duas colônias se tornassem independentes (BOTELHO, 1922), foram outras razões que, durante a primeira metade do século XX, condicionaram a introdução de mecanismos de controlo directo da colónia de Moçambique, quando, na mesma altura, internamente, clamava-se pelo fim do comércio de escravos e a introdução de uma nova forma de rentabilização económica. Ademais, a Ilha de Moçambique veio a sofrer um golpe comercial com o ressurgimento do poder islâmico na Costa Oriental Africana, que atuava a partir de Zanzibar, onde se instalara a sede de um Sultanato a partir de 1840 (MATTOS, 2014) que, certamente, valendo-se das afinidades religiosa e sociocultural com os territórios adjacentes ao Canal de Moçambique, terá propiciado o desvio de rotas que antes terminavam na capital para o além Rovuma,³ fluxo que merecia uma correção em benefício da Coroa.

A colocação em causa da presença portuguesa nas zonas adjacentes ao Canal de Moçambique veio a resultar ainda do interesse francês, que em meados do século XIX pretendia

² Em 1836 a ala mais radical do movimento liberal defendia a instauração de uma constituição aprovada por um congresso democraticamente eleito pelo povo. Esse movimento ao colocar em causa a constituição de 1826, induziu que a Bélgica oferecesse uma ajuda militar à Coroa portuguesa, para repelir aquele movimento. Para Capela, tal ajuda militar podia ser viabilizada com a hipoteca de uma colónia portuguesa em África, a título de indemnização (CAPELA, 1974).

³ M'Bokolo (1992) apresenta a incorporação do Norte de Moçambique pelo Zanzibar, sendo que, o autor coloca esta região como periférica meridional do Sultanato. Vide, p. 222-223.

exportar *libres engagés* do continente,⁴ para saciar a demanda pela mão-de-obra nas suas possessões insulares do Oceano Índico Ocidental. Já durante a segunda metade do século, mais para o extremo sul, ingleses e boers, fixados na actual África do Sul, projetaram algum interesse pela Baía de Lourenço Marques. A este propósito, um relatório confidencial do Governador Francisco Maria da Cunha apontava, a 05 de maio de 1879 que o distrito de Lourenço Marques merecia de um cuidado especial, em virtude da proximidade que o mesmo tinha em relação à zona da guerra anglo-boer, numa altura que havia a escassez de recursos necessários. Para o governador era:

(...) forçoso não ter em menos conta nel esquecer que a importante e invejada bahia de Lourenço Marques não hade deixar de ser considerada pelos ingleses como um dos pontos que mais lhe carece frequentar ao presente, já pela proximidade em que está do território dos zulus, já pela facilidade que dentro em pouco lhes deve offerecer para vigiar os movimentos d'aquelles com referencia ás operações da guerra: - Attesta – o facto de pretenderem elles ha pouco estabelecer depositos de carvão em Lourenço Marques para o fornecimento dos seus navios de guerra e as intenções em que estão, segundo me consta de estabelecer linhas de comunicação d'aquella bahia para o local onde as suas tropas se acham em operações (sic!).⁵

Finalmente, os ditames da Conferência de Berlim e o interesse alemão pelas terras à sul do rio Rovuma vieram reforçar a necessidade de Portugal marcar uma presença efetiva no território de Moçambique, com o fim de condicionar a imposição da sua territorialidade. Entretanto, tal aspiração esbarrou-se, desde os primórdios, à variados empecilhos, a contar, primeiro, pelo desinteresse da Coroa portuguesa por Moçambique.

O primeiro desinteresse pela colónia de Moçambique arrastava-se desde os primórdios da incorporação de algumas terras da África Oriental aos domínios portugueses, e resultava de dificuldades comunicacionais entre estes domínios e o Reino. Na sequência disso, uma das soluções encontrada foi a colocação da colónia à mercê do Vice-reinado da Índia no fim do século XVII, sendo, por isso, governada a partir de Goa. Praticamente, essa ligação afastou a assistência direta de Portugal à Moçambique, algo que foi se arrastando até, legalmente, meados do século XVIII, quando se constatou que o seu controlo a partir do Vice-reinado impossibilitava a rentabilização da colónia em prol da Coroa. Entretanto, mesmo encenando a recuperação das suas terras a partir daquele período, a realidade pouco mudou até ao segundo quartel do século XIX, avaliando pelas despesas que então eram despendidas para Moçambique, as quais eram as mais ínfimas de todas as possessões portuguesas ultramarinas. Rita-Ferreira chega a assinalar,

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, DGU, Pasta 17, 1855/6.

⁵ AHU, Lisboa, Governo Geral, Pasta 1879, Ofício de 5 de maio de 1879, n° 26. Aliás, um ofício de 27 de Março de 1879, já apontava também o interesse dos Boers em estabelecerem uma colónia no distrito de Lourenço Marques. (AHU, Lisboa, Governo Geral, Pasta 1879, Ofício de 27 de março de 1879, 2ª repartição, n° 92).

num dos seus escritos, que “até das despesas efectuadas (...) entre 1833 e princípios de 1857, se pode constatar o desinteresse que o governo central revelava por Moçambique” (1989, p. 337).

Tabela: Despesas coloniais efectuadas pela Coroa Portuguesa (1833 e 1857)

COLÓNIA	DESPESAS	Área/km ²
Goa	50.820\$746	4000
São Tomé e Príncipe	9.145\$505	964
Macau	8.633\$140	15.50
Angola	6.988\$356	1 263 700
Cabo Verde	3.824\$870	4 033
Moçambique	1.337\$602	783 830

Fonte: (PEDRO, 1995, p. 57; PEDRO, 2010, p. 201).

Como assinala Pedro (2010), pese embora tivesse a segunda maior superfície de entre as colónias, depois de Angola, Moçambique tinha as mais baixas despesas, sendo, por exemplo, 38 vezes inferiores às de Goa, e sete vezes menor às de Macau, a mais pequena colónia de todas. Tal como aponta-se num relatório de 1867, era “(...) forçoso (...) declaral-o, [que] esse subsidio para mais nada tem servido que não seja cobrir o déficit, e para pagar ao funcionalismo na sua maioria pouco afeto (sic!)”.⁶ Esta precariedade financeira recaía, sobremaneira, sobre a funcionalidade política, administrativa, económica ou de outra índole e, no seu conjunto, impossibilitava na afirmação de Portugal como entidade política gestora, no território desejado. Aliás, o mesmo documento é expressivo quanto à situação caótica que Moçambique enfrentava na altura, ao afirmar que era uma colónia sem administração inteligente, sem religião, sem instrução pública, sem fiscalização ativa ou honesta. (*Ibid.*).

Uma segunda barreira para a manutenção de um ambiente lusocrático ideal, ou pelo menos coerente na África oriental, vinha do facto deste território ser catalogado como pernicioso para o europeu: mau clima, florestas fechadas, animais ferozes, longe da civilização, sem estradas, etc. Estes diversificados factores que, aqui e acolá, eram mobilizados para justificar a falta de condições para a habitabilidade do europeu, eram mencionados como impeditivos para que um “contexto civilizacional” tivesse lugar. Só para exemplificar, em 1862, o Governador João Tavares d’Almeida indicava que:

A Colónia de Pemba não obstante todos os esforços feitos para a conservar, e melhorar quanto era possível – não pode resistir a muitas couzas, que contribuíram para a sua completa extinção. Composta de elementos pouco proprios para constituírem uma colonia agricola em qualquer parte do globo, muito menos a podiam constituir em um paiz inculto e virgem, coberto de mattas fechadas, e de terrenos inundados frequentados por animais ferozes, e

⁶ AHU, Lisboa, Governo Geral, Moçambique, 26 de Julho de 1867.

pelos aves... colocado, como foi longe de tudo e centro de população civilizada que se pode recorrer – tendo é verdade um magnífico porto, que só tem o inconveniente de não ser frequentado se não por algumas lanchas, que aliviam á compra de mantimentos caffreaes ...mas como podiam homens da europa minados pelas doenças, e pelo desalento que lhes cauzava o seu isolamento entregar-se aos trabalhos arduos, e sempre difficeis do arroteamento? e de uma cultura nova para todos – e para muitos impossível porque aquele não fora nunca o seu modo de vida? ... Por fim vencidos pelo clima, e pelo desalento limitavam-se a viver dos cem reis diarios que lhes eram abonados e entregues ao jogo, e a á bebida iam-se deixando de todo o trabalho util, e entregando-se ao pequeno commercio da troca que lhe favorecia o ocio, tão prezado n'estas partes ... Finalmente reduzidos os colonos apenas a 5 em fins de 1861 – cuja permanencia ali de nada servia, entendi dever auctorizar o governador do Districto a conceder-lhes que [se] retirassem (sic!)(...)⁷

Seis anos depois, isto é, em 1867, um outro documento alude que, “o europeu, a despeito mesmo da sua tenacidade, e cuidado, succumbe ao influxo lethal do clima, quando haja de entregar-se a trabalhos que o obriguem a affrontal-o” (sic!).⁸ Este retrato, apesar de apresentar-se paradoxal pelo facto de ser projetado pelo mesmo pessoal que se propunha a colonizar e a “civilizar” o território, perpetuou a escassez de um pessoal metropolitano em Moçambique,⁹ que fosse capaz de rentabilizar o território.

A falta de pessoal era reforçada pelo facto de haver detratores da sua ocupação, mesmo entre os altos dirigentes, algo que é expresso nas duas passagens precedentes, mas também pode ser encontrado em pronunciamentos do primeiro Comissário Régio, António Ennes, curiosamente, um dos vigorosos defensores da ocupação de Moçambique por colonos portugueses.¹⁰ Este chegou mesmo a desaconselhar a emigração de colonos para Moçambique, numa altura em que os portugueses preferiam o Brasil. Aquele, de forma expressiva, apontava, no seu relatório sobre Moçambique, que “ (...) ainda bem que [esse pessoal] nao vae (sic!) (...), [àquela colónia]”.¹¹ (ENNES, 1893, p. 35) O relator sublinhava, em seguida, que “também não tenho, pois, escrúpulo de recomendar ao estado que se recuse a conceder passagens ás famílias dos seus empregados, pelo menos para a África oriental, não tanto por economia quanto por humanidade”. (*Id.* p. 120.)

⁷ AHU, Governo Geral de Moçambique, DGU, Caixa 28 (1862), Capilha 2, 6 de Fevereiro de 1862, série de 1862, n° 41.

⁸ AHU, Lisboa, Governo Geral, Moçambique, 26 de Julho de 1867.

⁹ AHU, DGU, Pasta 22, Capilha 2, Doc. n° 163.

¹⁰ A este propósito, Alves chegou a descrever que “A nossa colónia oriental africana encontrou também mais detratores das suas possibilidades climáticas e económicas do que entusiastas fervorosos. E o mal não provinha apenas da Metrópole, porque até alguns dos seus mais distintos governadores, como António Enes, contribuíram para aumentar a defecção” (1951, p. 41).

¹¹ Esta mentalidade foi continuada durante o século XX. Já em 1910, Aníbal Machado, governador do Distrito de Moçambique, afirmava que a sua área de jurisdição não podia jamais ser uma colónia de brancos (MACHADO, 1910). Segundo Júnior (1959), em meados do mesmo século, esse desencorajamento era continuado, a avaliar pelo pronunciamento de um dos principais pensadores da modernização portuguesa, Araújo Correia, que ao tratar do problema da colonização branca para Angola e Moçambique, apontava que uma migração espontânea adequada para estes territórios só seria possível se neles houvesse condições para o emprego de um pessoal remunerado.

O resultado era que essa falta de pessoal na Colónia de Moçambique impactava sobre os diversos sectores coloniais. Em alusão a uma das parcelas que jogou a centralidade na colonização de Moçambique até finais do século XIX, a Ilha de Moçambique, documentos da época assinalam que “(...) apesar de ser (...) a sede de distrito e tê-lo já sido da própria Província (...) [lutava] ainda com fatigantes dificuldades para (...) encontrar pessoal para os cargos públicos de eleição”.¹² E o mais gritante era que, num período de conquista efetiva, durante o qual Portugal procurava a todo o custo afirmar-se no território, isto é, demarcar a sua territorialidade, por causa dos ditames da Conferência de Berlim, de 1884-1885, assinalava-se que

o presente estado de cousas é por demais deprimente. Encontram-se vulgarmente nos postos de ocupação militar, no meio de populações de atletas que não têm noção de outra superioridade humana que não seja a da força material, officiaes hecticos representando sarcasticamente o vigor do dominio portuguez; os potentados indigenas, que os encontram a soluçar de frio enrolados em godrins, não sabem se hão de prestar-lhes vassalagem se offerecer-lhes frangãos para caldinhos quentes. Á frente das tropas exibem-se figuras esqueleticas, entrecortando vozes de commando com frouxos de tosse, marcando o passo dobrado com as claudicações do rheumatismo; dir-se-ha que vão tomar de assalto hospitaes em que morram. D’estes valetudinarios, muitos vivem em humilhantes palhotas cujos tectos são alternadamente peneiros de chuva e condensadores de sol, ... O presidio da fortaleza de S. Sebastião já terá sido governado por quem tenha merecimentos para hospede das suas masmorras (sic!) (ENNES, 1893, p. 82).

Quanto mais, Moçambique passou a receber gente não para colonizar o território, mas que lutava pelos poucos e concorridos empregos oferecidos no aparelho estatal, a chamada empregomania (PAPAGNO, 1988). E nem para tal corrida concorriam pessoas qualificadas. Geralmente, era inapto para a condição colonial, tal como Ennes chegou a assinalar na altura: “a única emigração de que podemos dispor, [é] a emigração dos braços quasi (sic!) sempre sem cabeça, a emigração sem capital, atirada a empregos e subsidios do estado, (...)” (ENNES, 1893, p. 35) Como assinalava um outro documento, já no século XX, para corporizar a presença física e funcional passaram a ser empregues indivíduos de *letras gordas*, tal como eram conhecidos todos os que, pelo seu nível de escolaridade, não sabiam escrever.¹³ Dessa forma, à Colónia de Moçambique, restava pouco espaço de manobra para empregar um pessoal capaz de dinamizar uma colonização efetiva normal, sendo que uma das saídas foi o emprego de degredados, os chamados, por Amado (2000), de viajantes involuntários.

¹² Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Maputo. Governo Geral, Cx. 1021 (1912), Doc. n.º 36.

¹³ AHM, Maputo. Governo Geral, Cx. 1021 (1913), Maço de Dezembro, Ofício n.º 264.

Da contínua precariedade de pessoal ao paradoxal emprego de degredados na colónia de Moçambique

O quadro até aqui descrito mostra um desinteresse generalizado pela colónia de Moçambique, facto que se refletia na falta de recursos humanos de carreira para os diferentes sectores coloniais. Esse fenómeno devia ser corrigido, justamente para demarcar a territorialidade lusocrática que, até a altura, era questionável e reconhecia-se ser deprimente, como atesta a citação:

Hoje, manda-se um official, ... na maioria dos casos, o desventurado não tem recursos nem para viver, quanto mais para governar e commandar. Quando adocece, não ha quem o substitua; são, falta-lhe quem o coadjuve; privado do convívio com gente culta, fica arriscado a cafrealizar-se; isolado, não se exerce sob elle nenhuma especie de fiscalização moral; sem dinheiro e sem força, não tem meio algum de exercer influencia sobre os indigenas, e dá-se por feliz quando elles o toleram (sic!) (ENNES, 1893, p. 83).

A necessidade pelo emprego de um pessoal eficaz passou a ser teórica e objetivamente maturada a partir da primeira metade do século XIX e durante os primeiros três decénios do XX. No século XIX, especificamente durante o segundo quartel, Portugal procurou marcar um interesse estratégico, quando substituiu os capitães-generais que, apesar de dirigirem, desde o século XVIII, um governo de carácter militar, apenas supervisionavam aspectos económicos. No seu lugar, o país passou a colocar Governadores militares, à força do Decreto de 4 de junho de 1833 (BOTELHO, 1921, p. 9), os quais passaram a zelar, a partir do ano seguinte, não só pelos aspectos económicos mas, também, pela afirmação territorial. Assinale-se que a introdução dessa estratégia reflectiu-se no início de campanhas de repressão aos principais catalizadores do comércio de escravos e na aquisição de parcelas territoriais. (*Ibid.*)

Já durante o século XX, nessa luta para reverter a precária situação colonial, Portugal iniciou com a *mise en place* de um arcabouço institucional, inaugurando uma Escola Colonial, em 1906, que tinha o objetivo de preparar o pessoal que daí em diante passaria a gerir os negócios coloniais e que, simultaneamente, devia acabar, tal como observa Basílio (1965, p. 287), com a gestão arbitraria do sistema colonial. Entretanto, tal ação não induziu alguma mudança significativa, tal como atestam relatórios dos anos e décadas subsequentes. Por exemplo, do então Distrito de Moçambique, reclamava-se, em 1913, na necessidade de enviar-se um pessoal que se prestasse para a colonização,¹⁴ já que a situação condicionava que o pouco pessoal ficasse atolado pelos variados sectores que deveria dar resposta. Só para exemplificar,

¹⁴ AHM, Maputo. G.G., Distrito de Moçambique, Cx. 1021 (1913), Maço de Dezembro, Offício n° 264.

a Secretaria Civil, (...) tem sido forçada a um trabalho excessivo pois não raras vezes o Secretário do Governo se tem visto sozinho na sua repartição e com cujos serviços acumula o de Sub-intendente, Presidente do Conselho administrativo, do Interino Presidente do Conselho Disciplinar e vogal do Conselho do Distrito.¹⁵

Esta realidade resultava pelo facto de, tal como apontava Alves, os colonos desconhecerem “(...) dos lugares para onde se dirigem. Não têm educação, nem conhecimentos profissionais especializados, falta-lhes o hábito de lidar com máquinas e se o destino é a África não têm a menor noção da função que lhes incumbe ao lado do indígena” (ALVES, 1951, p. 65). No então Distrito de Moçambique que, por sinal, foi um dos que desde os primeiros tempos de ocupação europeia teve agentes portugueses, prevaleceu a precariedade de pessoal até os anos 30 do século XX, pois, de forma expressa, do Governo Geral indicava-se que: “Não volto a falar a V. Excia. na situação em que o Distrito se encontra com a falta de pessoal, para me não tornar impertinente, e porque estou confiado em que V. Excia., logo que se lhe torne possível me remediará uma situação que tantos e sérios cuidados me tem dado”.¹⁶ E ao que tudo indica, nem mesmo em meados deste último século a realidade havia melhorado, se se crer em Alves que, em 1951, retratava que a colonização portuguesa tinha dois:

(...) aspectos peculiares que em nenhuma outra se encontram e que se ligam ao desinteresse dos capitalistas metropolitanos pelos empreendimentos coloniais e, por bem que isso nos pese, ao verdadeiro desprezo que a população vota à emigração para a África, desde que na Metrópole encontre possibilidades de uma vida menos que mediana. Por isso, a não ser para cargos oficiais, só emigra em regra o camponês pobre e rude e, em menor escala, o operário, o empregado e o trabalhador braçal nas épocas de crise (ALVES, 1951, p. 65).

A solução passava pela colocação de um pessoal por outra via que não fosse a normal, com integração de agentes que, mesmo não almejando tomar a posição de colonizadores no espaço colonial em construção, deviam representar Portugal, por via do degredo, que “consistia no afastamento do condenado, por um determinado número de anos ou por toda a vida, para um local distante daquele onde o crime havia sido cometido (...) apartando-o do convívio vital, social e econômico, com a família e a pátria” (TORRES, 2017, p. 230). Apesar de ter sido recorrente, tanto durante a primeira “modernidade”, quanto na segunda, por razões de balizagem contextualmente temporal, neste artigo retrata-se o emprego de degredados dos séculos XIX e XX, que tinha, segundo Toma (2011), três caracteres: era territorial, externo e colonial. Quanto

¹⁵ AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique: Cx. 1028, (1928-1931). Série de 1928.

ao emprego dos degredados e narrando uma situação do século XIX, Gouveia aponta nos seus escritos:

que, no princípio do século XIX, Portugal enviava para Moçambique toda a escória que pululava na Metrópole, isso dá-lo concludentemente o secretário do Governo António Júlio de Castro Pinto de Magalhães no relatório que em 5 de Janeiro de 1842 enviou ao Ministro dos negócios da Marinha e Ultramar (PESTANA, 1974, p. 56).

Numa outra passagem, o mesmo autor aponta que “Portugal não se tem saciado de mandar todos os salteadores, assassinos e ladrões que pode e até a Índia (...) tem continuamente procurado desfazer-se de todos os vadios e rábulas que desinquietam os seus habitantes e lá vão arribar a Moçambique”. (*Ibid.*) Para o mesmo século XIX, resta citar um retrato deixado por Botelho que descrevia o que, de recorrente, assistia-se na Ilha de Moçambique, então capital da colónia de Moçambique.

Todos os anos, à chegada das naus da metrópole, a vila de Moçambique via o seu cais pejado por uma leva de degredados, às vezes em número superior a cem, maltrapilhos, rancorosos, insubordinados; uns, profissionais do crime, (...) Havia de tudo naquela vaga humana que o mar arremessava à praia: vadios, conhecidos das alfurjas de Lisboa, salteadores perigosos, ladrões, assassinos, (...). (BOTELHO, 1934, p. 445-446)

No século XX, ao que a documentação alude, o envio de degredados continuou até o segundo decénio do século, já que, em 1915, a Direcção Geral das Colónias aludia esse facto¹⁷ e já no fim do mesmo decénio chegou a descrever-se que “(...) não é raro ver-se indivíduos condenados a pena maior, cumprida a pena, [serem] chamados a desempenhar elevadas funções administrativas (...)”.¹⁸ Tanto no século XIX, como no XX, tal pessoal era aproveitado em diferentes sectores da engrenagem colonial. Para além do sector administrativo, expresso na precedente correspondência recebida do Distrito de Moçambique, os degredados foram largamente usados para o sector militar. No século XIX, um dos Governadores de Moçambique apontava que

A força militar de que actualmente dispomos, reduz-se ao Batalhão de Infantaria, cujo quartel permanente é nesta Cidade, o qual Batalhão se compõe no seu estado presente de 315 praças, incluindo 118 destacadas pelos diversos pontos da Província – pela maior parte soldados valetudinarios, dados à

¹⁶ AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique: Cx. 1028, (1928-1931). Série de 1930, Maço de Novembro.

¹⁷ AHU, Serviço da República, Direcção Geral das colónias, 6 de Maio de 1915, 5ª Repartição nº 3042.

¹⁸ AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, Cx. 1025 (1919), Maço de Março, Doc. nº 47.

embriaguez e escolhidos da ralé dos corpos do Exército do Estado da Índia; estes soldados tem sido mandados cumprir degredo.¹⁹

Tal emprego de degredados no exército continuou durante o século XX, com maior expressividade entre 1911 e 1916.²⁰ Durante este período é possível identificar vários documentos, com o seguinte teor: Exmo Snr. Ministro da Marinha e Colónias. Nome, Soldado n.º, divisão, a petição para o soldado ir servir no exército em Moçambique, encerrando com “mui humilde e respeitosamente Pede a V.a Ex.a deferimento no que sollicita. Saude e Fraternidade” e, finalmente, a data, tal como se apresenta no exemplo em seguida:

Exmo Snr. Ministro da Marinha e Colónias. José Pereira Cardozo soldado n.º 111 d'ordem da 2ª divisão do Deposito de Praça d'Ultramar desejando voltar ao serviço activo a fim d'ir servir na Provincia de Moçambique, mui humilde e respeitosamente Pede a V.a Ex.a deferimento no que sollicita. Saude e Fraternidade. 7 de Junho de 1911.²¹

Ao que a documentação deixa transparecer, 1915 parece ter-se constituído no pico do envio de degredados para o exército²² durante este século. Já por esta altura, havia uma catalogação criteriosa de degredados integrados naquele sector, segundo o modelo seguinte:

Sua Ex.a o Ministro das Colonias encarrega-me de enviar a V. Excia ás adjuntas cadernetas militares respeitantes ás praças em seguida indicadas que no dia 12 de abril findo embarcaram para essa colonia a fim de cumprirem a pena de deportação militar: Soldado António Andrade, Soldado António Moura, Soldado Manuel António Afonso, Soldado João do Nascimento Borges, Soldado Manuel Teixeira. Saude e Fraternidade. D.G.C., em 24 de maio de 1915. Exmo snr. Governador Geral da Provincia de Moçambique. Pelo Director Geral. Freitas Junior.²³

O enquadramento dos degredados para fins de uma colonização pode ser definido como sendo o primeiro aspeto paradoxal desse processo. Se por um lado todo o prisioneiro estava despido de direitos cívicos ordinários, como, por exemplo, o do mando, ele, ao receber a tarefa de representante político-administrativo do seu respectivo país indiciou o início de uma historicidade de um grupo que, *à priori*, estava condenado a estar à margem dos processos normais e legais do país e, por via disso, incapaz de influenciar o decurso de processos atinentes

¹⁹ AHU – Pasta 12 – 1850, Cap n.º 1, Domingos F. do Valle. Palacio do Governo Geral de Moçambique, 15/01/1850. Duas décadas antes, coincidentemente o momento em que Portugal passou a integrar os Governadores Gerais, assinalava-se o envio de degredados para o exército, sendo que o lugar de oficiais era o único preenchido por homens capazes. (Botelho, 1835, p. 335)

²⁰ AHU, Lisboa, D.G.C 5ª Repartição.

²¹ AHU, Lisboa, D.G.C 5ª Repartição, 1911 – 1916.

²² AHU, Serviço da República, Direcção Geral das Colónias, 6 de Maio de 1915, 5ª Repartição n.º 3042.

²³ AHU, Serviço da República, Direcção Geral das Colónias, N.º 599, 5ª Repartição, 24 de maio de 1915.

à funcionalidade de Portugal no quadro imperial. Entretanto, com o seu emprego, os degredados voltam para a engrenagem da história.

Esta historicidade resultou do facto do degredo externo ter sido profundamente alterado com a formação do império. Os novos territórios ao agregarem-se aos do reino, possibilitaram a recuperação do súdito que, no período precedente, pelo degredo, saía da esfera régia ou da Coroa, por ser expulso para terras não controladas por estas entidades. Com o império “havia agora a oportunidade, e mais do que isso, o imperativo, de aproveitá-lo nos novos espaços” (TOMA, 2011, p. 440). O mais interessante e que marca um outro paradoxo, é que, durante a mesma época que aproveitou o degredo para colmatar a falta de pessoal no seu espaço imperial, Portugal reconhecia que o degredado era incorrigível, devasso ou desregrado²⁴ ou, tal como se caracterizava na viragem do século XIX, era composto:

(...), principalmente, de individuos já vencidos no *struggle for life*, em quem as proprias innumeradas necessidades da civilização não encontram prestimo. Em 1891 vi desembarcar e acompanhei com a vista os centenaes de colonos que a metropole despejou para Moçambique por medida policial e economica, e o resultado da minha observação foi mandar pedir ao governo que não continuasse a remetter para lá semelhante gente. A enorme maioria compunha-se de sujeitos sem utilidade e sem vocação para qualquer mister, (...); não serviam para nada, ... E d’esses ambiciosos, os que não morreram a curto trecho de mingua e de molestia, ou não regressaram a Lisboa por esmola do governo poucos mezes depois de chegados, só tiveram recursos e iniciativa para venderem aguardente ou exercerem emprego publico; ... o comércio aproveitou pouquissimos, a agricultura nenhum. Nem eles a procuraram, nem ella os teria aceitado (sic!). (ENNES, 1893, p. 40-41).

Para todos os efeitos, era este pessoal que devia ser empregue no espaço colonial. E tal como se assinala, embora a liberdade do exilado tivesse a restrição em:

(...) ocupar cargos do Estado ou da burocracia local, especificamente em nível da Câmara (...) dificilmente estas restrições eram respeitadas com o rigor que a lei exigia, uma vez que a falta de funcionários portugueses para os diversos cargos estatais foi sentida de forma aguda durante todo o período colonial. (TORRES, 2017, p. 237)

Dessa forma explica-se o uso recorrente dos degredados, mesmo sabendo-se do seu carácter inicialmente pernicioso e, por definição, serem pessoas apartadas do convívio vital, social, económico, familiar e, fundamentalmente, político ou na sua ligação com a pátria. A fórmula aplicada foi, certamente, a de que, como se diz recorrentemente na gíria popular, “na falta do melhor, o pior serve”.

²⁴ AHU, Lisboa, Governo Geral, Moçambique, 26 de Julho de 1867.

O aproveitamento de uma camada anteriormente excluída só seria possível através de uma requalificação desse pessoal que, com o império, encontrava a sua utilidade funcional. A análise da situação do momento indicia que o (re)aproveitamento deste grupo só foi possível com a capitalização do etnicismo ou europeísmo no espaço colonial, situação que, simultaneamente, condicionava a re-elaboração de preceitos pelos quais Portugal havia se proposto a dinamizar processos de colonização de novos territórios. Neste ponto, concorda-se com Barreto quando afirma que:

(...) em nenhuma parte o Europeu é levado a tão nítida consciência dos valores da sua civilização como em África. Todos os conceitos que traz consigo, muitos dos quais lhe passavam despercebidos no seu país, são ali postos à prova; todos eles são reavaliados, meditados e repisados no seu sentido moral, apreciado, desde o início, o que em cada conceito é verdadeiro e eficaz, e procurando o que dele se pode extrair, de legítimo, forte (...) (BARRETO, 1954, p. 5-6).

Dessa forma, pode se entender como a activação do etnocentrismo, europeísmo ou lusitanismo teve lugar. Preste-se atenção à uma contraposição que aparece num curto discurso de um dos governadores de Moçambique da segunda metade do século XIX, no quadro do emprego do degredado no exército. O governador, mesmo reconhecendo que “os degredados europeus formão o *completo deste aggregado de desmoralização* [grifo do autor] (...) se alguma couza tem melhor do que aquelles [asiáticos] é a coragem, e o aspecto militar, porque em geral os filhos da Asia sao pouco aguerridos (sic!)”.²⁵

O que torna curiosa esta contraposição é o facto de o próprio sistema depois de ter recorrentemente reconhecido que o grupo de degredados era composto por pessoal incorrigível, devasso ou desregrado, já vencidos na luta pela vida, onde as inúmeras necessidades da civilização não encontravam préstimo, na sua maioria sujeitos sem utilidade nem vocação para qualquer necessidade e, por isso, não servindo para nada e nem mesmo para a agricultura, numa certa situação os mesmos serem já prestáveis. Não porque tal realidade não possa ou pudesse ocorrer na época, mas para o caso em epígrafe era um autêntico paradoxo, pelo facto de recorrentemente assinalar-se o lado mais pernicioso, o qual aparentemente era esquecido quando conviesse ao grupo europeu.

Do que se pode depreender é que, quando fosse necessário contrapor realidades sociais diferentes, os portugueses passaram, como Barreto disse acima, a reavaliar todos os conceitos para conseguir legitimar o seu posicionamento em função da construção do outro que, necessariamente, devia estar numa categoria inferior à de qualquer europeu, independentemente

²⁵ AHU – Pasta 12 – 1850, Capilha n° 1, Domingos Fortunato do Valle, Palácio do Governo Geral de Moçambique, 15/01/1850.

da situação deste. Daqui emerge a ideia de que as pessoas passaram a ser julgadas em função do seu grupo de pertença, sendo que as evidências indicam que a integração dos degredados no espaço colonial só foi possível no quadro da aplicação de um paradigma de “choque de diferença” (BAUGNET, 1998), colocado em prática a partir do século XVIII para diante. A título de exemplo, era prática o posicionamento dos degredados, que vinham do submundo metropolitano, em lugar cimeiro ao dos indígenas no exército, sendo que aqueles eram os únicos que passavam para outros escalões²⁶, diferentemente destes. Dito de outra forma, mesmo que no local de origem fosse maltrapilho, rancoroso, insubordinado, profissional do crime, vadio, saltador perigoso, ladrão ou assassino (BOTELHO, 1934), o facto de ser europeu, era fundamento suficiente para que ele tivesse melhores atributos em relação ao indivíduo não europeu, independentemente da condição social deste, situando-se, aí, outro paradoxo.

Face a requalificação dos degredados em função do seu grupo de pertença, uma pergunta mostra-se pertinente. De facto, torna-se mister saber até que ponto aquela requalificação impactava no comportamento dos degredados. Se tal requalificação era acompanhada por alguma mudança qualitativa.

O recurso à algumas práticas dos degredados no terreno revela que, apesar da sua inserção na categoria de colonizadores, a mentalidade continuava a mesma que os havia condicionado ao degredo. De facto, alguns episódios que ocorreram no espaço colonial, envolvendo degredados, indiciam a paradoxalidade que vem sendo demonstrada. Por exemplo, mesmo continuando a mostrar comportamentos perniciosos, os degredados, pelo facto de pertencerem ao grupo social de colonizadores praticamente eram ilibados das suas nefastas práticas. Sobre dois casos de roubo na Macuana, (Itoculo e Netia), protagonizados por soldados europeus em 1907, (galinhas, feijão e milho), um capitão-mor, mesmo reconhecendo a sua gravidade, procurou aligeirar o ato por ser, na opinião dele, uma prática recorrente no espaço colonial, tal como se denota a seguir: “o furto praticado [pelos soldados] (...) embora não seja de grande gravidade *por ser muito comum entre os indígenas* [grifo do autor] é muito prejudicial (...)”.²⁷

Uma outra situação que mostrava tal sectarismo tendo em conta o europeísmo, sinónimo de pertença ao grupo do bem, contraposto ao grupo do mal, ou de uma situação cultural contraposta a do selvagem, tal como foi prática durante a segunda modernidade europeia, foi posta em ação aquando da alocação dos próprios degredados no espaço colonial. Segundo Botelho (1933), entre os degredados integrados no exército, eram reservados para a capital “(...) os de menos culpa e desterrados para presídios subalternos os que traziam peor (sic!) fama, os

²⁶ AHU, D.G.C 5ª Repartição, 1911 – 1916, Pasta 3711.

reputados perigosos”(1934, p. 446). Esta realidade reproduzia a divisão entre o meio urbano e europeizado e o meio rural, aliás, o chamado mato, quando o fim era colonizar todo o território cobiçado ou declaradamente português nos areópagos internacionais.

NOTAS CONCLUSIVAS

Um olhar sobre a integração de degredados em Moçambique indica que a mesma resultou da recorrente precariedade de recursos humanos que pudessem capitalizar os diferentes sectores funcionais implementados ou para se constituírem em representantes físicos de Portugal no espaço colonial em construção. Dessa forma, de indesejados e excluídos, carregando muitos atributos negativos na metrópole e no vice-reinado da Índia, devido à falta de pessoal no espaço colonial, os degredados passaram a constituírem-se em atores válidos para a condução dos negócios da esfera pública, a mesma que, no local de origem, não tinham o direito de nela participarem.

Para tal, faltava um artifício que, mesmo mantendo-os nominalmente na condição de degredados ou carregando as mesmas referências da zona de origem, os convertesse em indivíduos normais, a ponto de se constituírem em reais representantes de um mesmo sistema que os havia desligado de todos os sectores no espaço metropolitano, convertendo-os em interventores, atores políticos, praças do exército ultramarino e administrativos no espaço colonial. Tal processo só foi possível através da manipulação do paradigma do choque de diferença, pelo qual foram criadas subalternidades, cuja paradoxalidade vinha do facto de o mais vil, neste caso, representado pelo degredado, passar a posicionar-se num lugar cimeiro ao do mais nobre representante dos grupos sociais dos espaços constrangidos.

A partir da altura em que os degredados passaram a integrar-se na engrenagem da história nacional, isto é, a ser aproveitados no espaço colonial, encontrava-se uma forma de reconciliação entre os excluídos e o Reino, ou, de forma recíproca, o Reino recuperava os cidadãos que, em outras circunstâncias, passariam a estar fora da sua alçada. Sobre esta realidade, Toma aponta que “na arquitetura do degredo a serviço da "razão de Estado" concorreram duas lógicas: a lógica da exclusão, que tornava imperativo afastar os criminosos; e a lógica política e econômica, que visava o seu aproveitamento. Exclusão, portanto, mas incorporação também.

A leitura temporal do degredo evidencia que, se no princípio o sistema foi largamente desdenhado, condicionando a presença de viajantes involuntários, durante o século XX parece ter tido outro significado, reforçando ainda a historicidade de um grupo que, numa condição inicial,

²⁷ AHM, Maputo. Fundo da Repartição Militar – Governo do Distrito de Moçambique, Capitania Mor da Macuana, Cx. 216 (1907-1908), Maço de Junho.

estava excluído dos negócios públicos. De facto, neste século, o degredo parece ter criado alguma apetência para um número significativo dos que eram exilados do reino para o espaço colonial, principalmente entre 1910/11 até 1916.

A concorrência para o cumprimento do degredo num espaço que, desde os primórdios da colonização, foi considerado como um dos locais mais perniciosos do espaço ultramarino, para onde a alocação de alguém era sinónimo do cumprimento de uma das penas mais graves, parece ser explicada pela coincidência com o momento em que se instaurou a Primeira República Portuguesa. A difusão das liberdades individuais daí para diante parece ter propiciado aos condenados a conquistarem uma aparente liberdade por conta da situação colonial, fundamentalmente pelo facto de os mesmos estarem integrados ao serviço da república, em contraposição aos períodos precedentes em que, geralmente, os mesmos eram alocados em função de pedidos privados. Note-se que, pelo degredo no Estado, este chegava até a subsidiar o cumprimento da pena, com a possibilidade do degredado receber um soldo, por mais que fosse ínfimo (TOMA, 2011).

Para a mesma concorrência pela integração dos condenados no degredo colonial, Pedro (2010, p. 361) é da opinião de que os pedidos de retorno dos degredados à Moçambique, recorrentes entre 1910 e 1916, devia resultar de uma comparação das qualidades de vida que podiam existir entre o território metropolitano e o colonial. Neste último espaço, os degredados conseguiam aproveitar a sua posição condicionada pelo paradigma do choque de diferença, totalmente inexistente na metrópole onde, com a instauração da Primeira República, instalara-se um quadro igualitário que, por isso, não dava grandes espaços de manobra para uma rápida ascensão social, processo que, no espaço colonial, era condicionado pelo jogo de subalternidades.

Finalmente, o degredo português desenvolvido no espaço colonial em Moçambique reproduziu uma das funcionalidades do sistema colonial português, operacionalizado em função da correlação entre territórios centrais e periféricos. O facto de os degredados serem alocados no espaço colonial em função da gravidade do delito, reservando-se para a capital os de penas menores e, para a periferia, os de maior pena, reproduziu o afastamento do que era concebido como indesejado para espaços que a todo custo deviam estar longe do que era concebido “civilizado” pelos próprios portugueses, mas que, curiosamente, era um espaço que também era reclamado por Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Anselmo António. Política Colonial. **Alguns aspectos práticos em Moçambique**. Dissertação para exame do 2º Ano do Curso de Altos Estudos Coloniais, apresentada na Cadeira de Política Colonial. Lisboa, Escola Superior Colonial, 1951.

AMADO, J.: Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, vol. VI (suplemento), setembro 2000, p. 813-832. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500004 acessado no dia 25 de novembro de 2020.

BARRETO, Manuel Saraiva. **Sobre a miscigenação cultural. (a propósito de Gilberto Freire)**. Separata do Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique N° 84 – Março a Abril – 1954. Lourenço Marques, 1954.

BASÍLIO, Francisco Xavier. **Antecedentes históricos da Reforma Administrativa da Província de Moçambique de 1907**. Dissertação apresentada no acto de licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, na época de Janeiro do ano lectivo de 1964-65, [Lisboa] 1965.

BAUGNET, Lucy. **L'identité sociale**. Paris, Dunod, 1998.

BOTELHO, J. Justino. **Alguns pontos da História de Moçambique**. Lisboa, Oficinas Gráfica, 1922.

BOTELHO, José J. Teixeira. **História militar e política dos portugueses em Moçambique: De 1833 aos nossos dias**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

BOTELHO, Sebastião Xavier. **Memória sobre os domínios portugueses da África Oriental**. Lisboa, Typographya de José Morando, 1835.

CAPELA, José. **Escravidão : A Empresa de Saque. O abolicionismo, (1810 – 1875)**. Porto, Afrontamento, 1974.

CARVALHO, A. Lima de. Reflexões para uma análise dimensional da estrutura de Moçambique. In: **Moçambique, Curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1964-1965**. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina [p. 121 – 151].

LOBATO, Alexandre. **Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique**. Lourenço Marques, 1972.

M'BOKOLO, Elikia. **Afrique Noire. Histoire et Civilisations. Tome II XIX^e – XX^e siècles**. Paris, HATIER/AUPELF, 1992.

MACHADO, Aníbal, **Relatório do Governador: Distrito de Moçambique – 1908-1909**. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910.

MATTOS, Regiane Augusto de. A DINÂMICA DAS RELAÇÕES NO NORTE DE MOÇAMBIQUE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX 483-419. In **rev. hist. n° 171, p. 383-419, jul.-dez.** (São Paulo), 2014.

MBWILIZA, J. F., **Towards a political economy of Northern Mozambique. The Makua Hinterland: 1600 – 1900**. Columbia, University of Columbia, 1980.

PAPAGNO, Giuseppe. **Colonialismo e Feudalismo**. A Questão dos Prazos da Coroa em Moçambique nos finais do século XIX. Lisboa, Regra do Jogo, 1972.

PEDRO, Martinho. **A conjuntura da reestruturação das Autoridades tradicionais no sul do Médio Lúrio : 1834-1921** (Trabalho de licenciatura em ensino de História e Geografia). Maputo, Universidade Pedagógica, 1996.

PEDRO, Martinho. **La persistance des Autorités traditionnelles au Mozambique Colonial (1834 – 1974)**. (Thèse pour le Doctorat en Histoire Contemporaine). Sous la direction de **Monsieur Frédéric CHAUVAUD**. Université de Poitiers, 2010.

PEDRO, Martinho. Territorialização de Moçambique Colonial: “avant tout” uma luta pela transposição de contrariedades endogenéticas presentes no sistema português em montagem. Comunicação apresentada no Congresso Internacional **Saber Tropical em Moçambique: História, Memória em Moçambique**. Publicado em ATAS – Comunicações/CD-Room e por via <http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t03c05.pdf>)

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Porto, Almedina, 2009, p. 73-117.

TOMA, Maristela. A pena de degredo e a construção do império colonial <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-pena-de-degredo-e-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-imp%C3%A9rio-colonial-Maristela-Toma.pdf> , acessado aos 22/11/2020.

TORRES, Simeia Maria de Souza. O degredo como punição: a pena de degredo para o Brasil no Livro V das Ordenações Filipinas. In **AEDOS**, v. 9, n. 20, Porto Alegre, 2017, p. 224-249.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: Albert Adu Boahen (ed.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**, 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 21-50.

DOCUMENTOS

Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Maputo. Governo Geral, Distrito de Moçambique, Cx. 1021 (1913), Maço de Dezembro, Ofício n° 264).

AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique: Cx. 1028, (1928-1931). Série de 1928.

AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique: Cx. 1028, (1928-1931). Série de 1930, Maço de Novembro.

AHM, Maputo. Governo Geral, Cx. 1021 (1912), Doc. n° 36).

AHM, Maputo. Governo Geral, Cx. 1021 (1913), Maço de Dezembro, Ofício n° 264.
Arquivo Histórico Ultramarino, (AHU), Lisboa, DGU, Caixa 28 (1862), Governo Geral de Moçambique, Capilha 2, 6 de Fevereiro de 1862, série de 1862, n° 41.

AHU, Lisboa, Governo Geral, Pasta 1879, Ofício de 5 de maio de 1879, n° 26.

AHU, Lisboa, Governo Geral, Pasta 1879, Ofício de 27 de março de 1879, 2ª repartição, n° 92.

AHU, D.G.C 5ª Repartição, 1911 – 1916, Pasta 3711.

AHU, DGU, Pasta 22, Capilha 2, Doc. n° 163).

AHU, Lisboa, Governo Geral, Moçambique, 26 de Julho de 1867.

AHU, Governo Geral de Moçambique, DGU, Caixa 28 (1862), Capilha 2, 6 de Fevereiro de 1862, série de 1862, n° 41.

AHU, Lisboa, D.G.C 5ª Repartição). AHU – Pasta 12 – 1850, Cap n° 1, Domingos F. do Valle. Palácio do Governo Geral de Moçambique, 15/01/1850.

AHU, Lisboa, DGU, Pasta 17, 1855/6.

AHU, Lisboa, DGU, Pasta 22, (1858), Capilha 2, Doc. n° 163.

AHU, Lisboa, Governo Geral, Moçambique, 26 de Julho de 1867.

AHU, Serviço da República, Direcção Geral das Colónias, 6 de maio de 1915, 5ª Repartição n° 3042). D.G.C 5ª Repartição, 1911 – 1916.

AHU, Serviço da República, Direcção Geral das Colónias, N° 599, 5ª Repartição, 24 de maio de 1915.



ISSN: 2595-5713

Vol. 03 | Nº. 5 | Ano 2020

Júlia Tainá Monticeli Rocha

“A LIBERTAÇÃO DA MULHER É UMA NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO”: DA ORGANIZAÇÃO DA MULHER ANGOLANA À ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA (1961-1975)

THE LIBERATION OF WOMEN IS A FUNDAMENTAL NECESSITY FOR THE REVOLUTION”: Organization of Angolan Women and Organization of Mozambican Women (1961-1975)

RESUMO: A presente pesquisa procura analisar duas importantes organizações femininas, a Organização da mulher moçambicana (OMM) e a Organização da Mulher Angolana (OMA), em torno da construção dos projetos políticos e ideológicos que visavam a emancipação feminina. Essas organizações estavam vinculadas aos projetos de promoção nacional da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O estudo desta pesquisa focaliza no tema da “libertação da mulher” durante a luta de libertação nacional. Utilizando como fonte histórica as publicações oficiais dos movimentos revolucionários, de 1961 a 1975, e que definiram suas diretrizes políticas. Analisando o desenvolvimento da construção de um projeto que tornou a situação da mulher um tema central para o movimento de libertação de Angola e Moçambique durante a luta anticolonial.

PALAVRAS-CHAVE: História da África; História das Mulheres; Organização da Mulher.

ABSTRACT: This research seeks to analyze two important women's organizations, the Organization of Mozambican women (OMM) and the Organization of Angolan Women (OMA), around the construction of political and ideological projects that aimed at female emancipation. These organizations were linked to the national promotion projects of the Mozambique Liberation Front (FRELIMO) and the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA). The study of this research focuses on the theme of “women's liberation” during the national liberation struggle. Using as historical source the official publications of the revolutionary movements, from 1961 to 1975, which defined their political guidelines. Analyzing the development of the construction of a project that made the situation of women a central theme for the liberation movement of Angola and Mozambique during the anti-colonial struggle.

KEY WORDS: History of Africa; Women's History; Women's Organization.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

“A LIBERTAÇÃO DA MULHER É UMA NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO”: Da Organização da Mulher Angolana à Organização da Mulher Moçambicana (1961-1975)

Júlia Tainá Monticeli Rocha ¹

Introdução

Ao realizar o início das lutas anticoloniais, poucos podiam sugerir o quanto esse ambiente se tornaria fértil para novas pautas que orbitavam a causa principal da luta armada de libertação nacional. Com o desenvolvimento do conflito armado, alguns projetos de promoção nacional pautaram a emancipação das mulheres como um dos objetivos centrais da luta armada. Esse artigo concentra-se no estudo da Organização da Mulher Moçambicana organizada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e na Organização da Mulher Angolana formada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Com o objetivo de expor sobre os fatos condicionantes culturais, ideológicos, e, sobretudo, de ordem política que marcaram os discursos dessas Organizações na formação de juízos de valores sobre as mulheres, moçambicanas e angolanas, iniciadas no contexto da luta de libertação nacional.

Como se sabe, os contextos de desenvolvimento dos projetos políticos e ideológicos de ambas as Organizações estudadas nesse artigo são distintos entre si. Dessa forma, o artigo concentra-se na abordagem do que seria uma história intelectual da mulher, e que mantém como principal fonte de análise a documentação oficial do MPLA e da FRELIMO no que tange as Organizações políticas sobre a mulher de caráter político, filosófico e científico. Não desconsiderando, no entanto, como suporte para a formulação dessa análise outros registros importantes como jornais, periódicos e revista do período. Ao final, a pesquisa mantém o interesse não apenas nos recursos expressivos e temáticos do texto, mas também, dos princípios valorativos atribuídos pela visão política e ideológica dos Movimentos.

É importante ressaltar que a pesquisa não se concentra no estudo de vocábulos ou da gramática do texto, ou seja, vinculada a história da linguagem. A proposta está relacionada com diversos campos do saber, uma vez que, compreende que “toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Por fim, o estudo se vincula a construção linguística, retórico, imaginária e ideológica da figura feminina e sua instrumentalização política para a construção de uma mulher moçambicana e angolana homogênea que mais estaria de acordo com as propostas políticas defendidas pela FRELIMO e pelo MPLA entre 1961 e 1975.

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Humanidades PUC/RS, bolsista CNPq. E-mail: juliatainamonticeli@gmail.com

É importante compreender a construção teórica do conceito de mulher refletida nos documentos oficiais utilizado, uma vez que, “um conceito abre determinados horizontes, ao mesmo tempo em que atua como limitador das experiências possíveis e das teorias” (KOSELLECK, 2006, p. 109). Tanto Moçambique² como Angola³ são territórios habitados por um grande número de povos. Esses povos não são homogêneos. É sensível afirmar que as distintas etnias se percebem de maneiras diferentes, e na maioria dos casos, como povos diversos e díspares entre si.⁴ Assim como, é correto compreendermos que não existia o conceito único e homogêneo de mulher moçambicana ou angolana, e sim uma diversidade de mulheres que correspondem as características locais em que nasceram e que desenvolvem práticas culturais próprias de sua etnia. Estas mulheres vivem dentro de um complexo sistema religioso e diverso, realizando um modo de produção e organização social próprio, perpetuando uma visão própria sobre ser mulher. Impossibilitando a formulação de um conceito único sobre a mulher que compreendesse toda a diversidade étnica desses territórios.

Ocasionado por falta de tempo não será possível analisar cada uma das etnias existentes e sua visão sobre o que é ser uma mulher. Manteremos o foco na construção política e ideológicas do conceito de mulher para os projetos de promoção nacional da Frente de Libertação de Moçambique, e no Movimento Popular de Libertação de Angola que formularam uma visão particular no esforço em torno da construção da homogeneização identitária para a construção de uma “nova” sociedade.

O projeto político defendido pela FRELIMO mantinha como slogan principal, durante o período da luta anticolonial, os dizeres de Samora Moises Machel⁵ “matar a tribo para nascer a nação”. Suas palavras de ordem apontavam para um caminho onde a organização social estaria completamente desvinculada de seu passado étnico. As contradições entre as sociedades de organizações sociais distintas foram vistas como retrógradas e suas estruturas definidas como “feudais tradicionais” (MACHEL, 1975). Assim como, após a independência de Moçambique, em 1975, uma das medidas levadas a cabo pelo governo foi a nacionalização do patrimônio da Igreja instituindo a laicidade do Estado. Não houve o reconhecimento da diversidade religiosa, cultural e étnica em todo o território moçambicano pela Frente que considerava práticas culturais “velhas” em oposição ao projeto de “nova” sociedade moçambicana de característica modernizadora desenvolvido pela FRELIMO.

² Segundo, Sônia Correia e Eduardo Homem (1977), só em Moçambique existem trinta e uma línguas diferentes originárias do tronco linguístico Banto, correspondentes aos onze principais povos que povoam Moçambique.

³ Em Angola, são considerados, no mínimo, dez grandes povos que se subdividem em diversos pequenos povos.

⁴ É possível perceber essas diferenças internas através da leitura dos livros da escritora Paulina Chiziane. A escritora moçambicana dedica-se a explicitar essas diferenças, e as identifica-las na vida cotidiana das mulheres que vivem em Moçambique.

No desenvolvimento do projeto político de interesse do MPLA também estava a edificação de uma “nova” sociedade. O apagamento da diversidade em prol da unificação e homogeneização de Angola tornou o projeto do líder Agostinho Neto⁶ próximo ao da FRELIMO de Samora M. Machel. Em Angola, após a independência a terra também foi nacionalizada ou confiscada, as propriedades privadas que não eram confiscadas recebiam o título de “direito ao uso e exploração sobre os terrenos e propriedade do Estado”. Com a economia passando por um processo de planificação, tanto o MPLA como a FRELIMO, centralizaram o poder no Estado.

Dentro do contexto histórico proposto, o Movimento Popular de Libertação de Angola e a Frente de Libertação de Moçambique construíram um conceito homogêneo sobre mulher, e o utilizaram para propagar seus ideais políticos e ideológicos. É dentro dessa ótica que o conceito de mulher emancipada vai ser preenchido por novos significados vinculados aos projetos em desenvolvimento. Portanto, esse trabalho considera importante as reflexões de Koselleck (2006) quando o pesquisador afirma que o estudo dos conceitos está vinculado “ de certa forma, estamos tratando com formas vazias das dimensões temporais, que podem ser preenchidas como se achar melhor” (KOSELLECK, 2006, p. 104). Portanto, para a escrita desse artigo foi pertinente compreender que o conceito é uma construção histórica, como afirma Koselleck (2006), não apenas na modificação de velhos conceitos, como auxilia a criar novos, com diferentes significados, ao longo do tempo. Os conceitos formulados no passado e suas transformações no futuro refletem os artificios de legitimação ou deslegitimação, em um processo dialético dos tempos.

Por fim, importa salientar que a escrita desse artigo se concentra em três partes. A primeira está vinculada ao contexto histórico de criação da FRELIMO e do MPLA, a segunda parte se concentra na construção e formulação do projeto de mulher das Organizações femininas, foco principal do nosso estudo, e, por último, a análise da documentação oficial na definição do que era ser uma mulher para o MPLA e para a FRELIMO. Não estamos interessados em realizar uma pesquisa comparativa, uma vez que, apesar das semelhanças enquanto contexto histórico e político entre a FRELIMO e o MPLA, os dois movimentos mantêm diferenças importantes entre si. Por esse motivo, impossibilita a realização de uma história comparada, mas possibilita aproximações importantes indicadas ao longo do artigo e que tornam possível o estudo e as reflexões iniciais expostas sobre os dois projetos interessados em promover a igualdade de gênero.

⁵ Samora Moisés Machel (1933-1986) foi o segundo líder político da FRELIMO, de 1969 à 1974, e primeiro presidente de Moçambique de 1975 até sua morte em 1986.

⁶ António Agostinho Neto (1922-1979) Líder político do MPLA desde sua criação em 1956 até 1974, e primeiro presidente de Angola de 1975 até sua morte em 1979.

“A LUTA ARMADA AGINDO COMO CÁPSULA INCUBADORA”: da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

A decisão de uma organização única para combater o colonialismo português, tornou possível a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a partir da fusão de três grandes movimentos nacionalistas já existentes: Mozambique African National Union (MANU), União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e União Democrática de Moçambique (UDENAMO). Os movimentos se agruparam em torno do objetivo traçado em comum, a independência total de Moçambique e o fim das estruturas coloniais. O movimento de caráter nacionalista, anticolonial, recebeu apoio dos países vizinhos, a exemplo de Malawi e Zimbábue, e de outros continentes como URSS, China e Cuba. Sua base política e militar foi estabelecida no país vizinho, a Tanzânia.

O I Congresso da FRELIMO definiu os órgãos fundamentais da Organização e estabeleceu a luta armada como meio para a conquista de uma independência total de Moçambique. O inimigo a ser combatido foi definido como o colonialismo português e o imperialismo. Além de reafirmar apoios internacionais, o primeiro congresso foi importante para a formulação da primeira constituição do movimento, vigente por seis anos e que apenas sofreu modificações em 1968 durante o II Congresso da FRELIMO:

1. Desenvolvimento e consolidação da estrutura da organização da FRELIMO;
 2. Desenvolvimento da unidade entre os moçambicanos;
 - [...]5. Empregar todos os esforços para promover o acesso rápido de Moçambique a Independência;
 6. Promover, por todos os meios, o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana;
 7. Promover desde já a alfabetização do povo moçambicano, criando escolas onde for possível;
 8. Tomar as medidas necessárias afim de prover as necessidades dos órgãos dos diferentes escalões da FRELIMO;
 9. Encorajar e apoiar a formação e consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da Juventude e de Mulheres; [...]
- (COMITE CENTRAL DA FRELIMO, 1963, p. 26-28).⁷

Após a formação do Comitê Central, uma série de medidas foram anunciadas como defendidas pela organização. Ainda que medidas muito simples, mantinham um caráter organizaci-

⁷ Neste artigo, recorre-se como uso o material da documentação oficial do Comitê Central da FRELIMO. O Comitê Central foi regulado pelos Estatutos e pelo Programa da Frente de Libertação de Moçambique, estabelecidos durante o II Congresso da FRELIMO, realizado de 20 a 25 de julho de 1968.

onal do movimento, originando a estrutura do primeiro estatuto e programa da FRELIMO.⁸ Entre os dezessete pontos defendidos, a formação política das mulheres já era um ponto de destaque.

O Movimento Popular de Angola (MPLA), por sua vez, foi criado a partir do partido da Luta Unida dos Africanos de Angola. Reunindo jovens assimilados no exílio e de outros pequenos grupos anticoloniais. Com inspiração na esquerda portuguesa, constituiu um movimento de libertação com um projeto político-ideológico de características modernistas. Em abril de 1974, partindo da sua base militar estabelecida na Tanzânia, o MPLA consegue tomar a cidade de Luanda (capital angolana) e mantém uma posição estratégica importante. Foi após essa vitória que a União Soviética ofereceu treinamento militar, tropas cubanas e armas. Com o fim da luta armada de libertação nacional o governo transitório favorece o MPLA que funda a República Popular de Angola e estabelece o controle do estado do recente país.⁹

A partir da independência de Angola, quando Agostinho Neto assume a presidência, o MPLA de movimento revolucionário passa a ser um partido político. As mulheres continuaram a ser uma questão crucial para o recente governo. Essa questão está explícita na primeira declaração de independência de Agostinho Neto:

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) estimulará o processo de emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação e na produção para a resistência generalizada do nosso povo (Ministério da Informação, 1975, p. 16).¹⁰

Importa salientar um ponto incomum entre o MPLA e a FRELIMO, ambos os movimentos mantiveram suas bases político e militares na Tanzânia e foi partindo desse país que iniciaram a luta de libertação nacional. A independência da Tanganica (atual Tanzânia) tornou possível a transição dos movimentos políticos africanos para sua capital Dar-es-Salaam (capital do país). Entre os diversos movimentos, a FRELIMO e o MPLA, dependiam do apoio do país vizinho. Este manteve um papel central na formação de diversos movimentos revolucionários africanos. Como se sabe, a Tanzânia foi o berço dos novos movimentos nacionalistas desse período após a sua independência, em 1962, através do Tanganica African National Union (TANU) liderado por Julius Nyerere.¹¹

⁸ Apenas em 1977 a FRELIMO vai declarar manter uma política marxista-leninista.

⁹ Em 1977 assumem uma política marxista-leninista e as medidas levadas a cabo pelo novo governo estavam de acordo com o projeto formulado pelo MPLA.

¹⁰ Neste artigo recorre-se para a utilização dos documentos disponibilizados pelo Ministério da informação angolano publicado no livro Angola: documentos da independência. Luanda: Ministério da Informação, 1975.

¹¹ Após um plebiscito popular, Julius Nyerere torna-se o presidente da Tanganica após a independência. O líder político foi o responsável pela defesa na formação de uma unidade africana de tendência socialista. Seu projeto

Líderes e intelectuais como Julius Nyerere, Amílcar Cabral¹², Frantz Fanon¹³ e Mao Tsé-Tung¹⁴ influenciaram ambos os movimentos revolucionários. Essa é uma das bases de compreensão desse artigo, as influências e tendências modernistas de caráter socialista do líder político, Samora Moisés Machel da FRELIMO e António Agostinho Neto do MPLA, tornaram possível a formulação de um projeto que procurava romper com o passado étnico e com a sociedade colonial. Objetivavam a promoção de um projeto político que visavam um futuro “novo” e moderno ao país. Segundo Patrick Chabal (2002), esses projetos foram resultados de guerras coloniais que culminaram na luta armada de libertação nacional, gerando uma esquerda que paulatinamente incorporaram em seus projetos políticos soluções oferecidas pelos políticos soviéticos do período. Os projetos políticos e ideológicos da FRELIMO e do MPLA, a partir de leituras particulares do socialismo, eram marcados pela ideia de progresso onde o futuro estava por ser formulado e construído.

Baseados na lógica de ruptura do socialismo, os projetos estavam fundamentados na ideia de construção de uma “nova” sociedade. A independência significou o momento ideal para a edificação dessa nova realidade. Portanto, a tentativa de unificação tanto de Angola e Moçambique após a independência, era o resultado das práticas políticas formuladas ainda durante a luta anticolonial. A ideia de um padrão identitário pautado pelo Estado resultou em uma vigilância do comportamento social dos moçambicanos e angolanos. O objetivo central do projeto político e ideológico de ambos os movimentos populares centrava-se na edificação de uma nação única, homogênea e que ansiava pela diminuição das diferenças étnicas.

Portanto, ambos os processos políticos promoveram o apagamento da diversidade étnica existente ao atacar as sociedades tradicionais¹⁵ existentes em seu território. O pesquisador Ricardo Soares de Oliveira (2015) afirma que foi no processo de reconstrução nacional que o MPLA, ao tentar moldar a nação, estabeleceu a imagem do MPLA como hegemônica sobre o país. Ambos os projetos mantinham uma expressão do materialismo científico e mantinham uma atitude hostil com as manifestações da sociedade tradicional. Dessa forma, o MPLA e a FRELIMO esperavam conquistar um poder incondicional, na medida em que o poder dos líderes étnicos seria eliminado. Agostinho Neto identificou esse processo como a “descolonização do espírito”, enquanto Samora Moisés Machel defendia “matar a tribo para nascer a nação”.

político refletia sobre a realidade africana, favorecendo o surgimento de movimentos anticoloniais orientados política e ideologicamente a partir do que nomeou como um “socialismo tipicamente africano”.

¹² Amílcar Cabral, considerado como o ideólogo da independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde e teórico marxista.

¹³ Frantz Omar Fanon foi um psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês.

¹⁴ Mao Tsé-Tung foi um político, teórico, líder comunista e fundador da República Popular da China.

¹⁵ Usa-se o termo “tradicional” neste texto para designar povos que mantinham costumes e práticas culturais próprias de suas etnias e que os diferenciam entre si. De nenhuma maneira seu significado está relacionado a povos estáticos ou parados no tempo.

Esses projetos fundamentaram a busca pelo “novo” e “moderno” na esperança de uma reorganização social total. É dentro desse contexto que o historiador Marçal M. Paredes (2014) afirma que no caso moçambicano, a construção da nação abarcou múltiplas camadas identitárias, onde foi visível perceber a presença cultural de diferentes períodos com lógicas de ruptura política e de construção de uma “nova” sociedade. Para a formulação desses projetos o período da luta armada de libertação nacional funcionou como um ambiente fértil de discussão de novas ideias. Segundo Samora Moisés Machel, o período após o fim da luta anticolonial seria o momento propício para levar a cabo o projeto. Portanto, a luta anticolonial era o espaço ideal para o desenvolvimento e formulação do projeto:

A luta armada, agindo como cápsula incubadora, criou as condições para que as massas estejam receptivas às ideias de progresso e revolução. Não desencadearmos a batalha quando as condições estão maduras é falta de visão política, um erro estratégico (MACHEL, 1975, p. 19).

Podemos afirmar, ao fim, que os dois projetos mantinham uma tendência totalitária e procuravam um monopólio do poder para além da esfera política e econômica. A tentativa do controle da esfera cultural, através dos projetos de reenquadramento identitários, viabilizou um momento de caos social após a independência. Em prol dessa ruptura foram realizados atos autoritários para impor os projetos políticos do MPLA e da FRELIMO. Transformando os meios de organização em massa em meios de controle direto sob o poder do Estado. Foi dentro desse projeto de reenquadramento identitário em desenvolvimento que surge a tentativa de controle e homogeneização das mulheres ao criarem a Organização da Mulher Moçambicana e a Organização da Mulher Angolana.

A mulher no centro do projeto: Organização das Mulheres Moçambicanas e a Organização da Mulher Angolana

Segundo a documentação oficial, em Moçambique, a criação do Destacamento Feminino (DF) se deu durante a luta anticolonial, em 04 de março de 1967, inicialmente contavam com a participação de 25 mulheres que integraram as Forças Populares da FRELIMO. Outras leituras possíveis, contrariando a documentação oficial, como da pesquisadora Isabel Casimiro (2004), apontam que o Destacamento Feminino se formou a partir da vontade própria das mulheres que procuraram a base de treinamento da FRELIMO, na Tanzânia, e dedicavam-se a impulsionar a Revolução em Moçambique. As mulheres confrontaram a necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas ou naquelas ainda mantidas pelo controle português. Objetivavam enfrentar as tropas portuguesas lado a lado com os militantes homens. Segundo

Casimiro (2004), a mobilização dessas mulheres inicia ainda em 1965, um ano após o início da luta anticolonial, formando o primeiro grupo de mulheres que solicitaram o treinamento político e militar, constituindo primeiro grupo do Destacamento Feminino.

A direção do Destacamento feminino foi escolhida pela FRELIMO, entre elas vinculam-se os nomes de Josina Machel, Marina Pachinuapa uma das primeiras mulheres a tornar comandante da FRELIMO, Mónica Chitupila e Deolinda Guezimane.

A insegurança sentida pelas mulheres, segundo a argumentação de Casimiro (2004), impulsionou sua vontade de organização sobre a liderança da FRELIMO. No sul do país era comum a ausência masculina nas comunidades, devido ao trabalho forçado instituído pela colonização portuguesa, milhares de homens foram levados as minas localizadas na África do Sul. Como consequência da ausência dos homens, povoados inteiros eram formados por crianças, velhos e mulheres que assumiam o papel antes realizado pelos homens. Ao norte o trabalho forçado não era comum como no sul, porém a mobilização de capital humano para o fortalecimento das bases militares da FRELIMO também foi outro ponto que contribuiu para a ausência masculina, uma vez que a base militar da FRELIMO localizava-se no país vizinho ao norte. Esses dois fatores forçaram as mulheres a ocuparem os mais diversos espaços sociais exercendo inúmeras atividades econômicas.

O reconhecimento pelo Comitê Central, contudo, só veio em 1972, apontando a criação do DF como uma das decisões mais importantes tomadas pela organização dentro das Forças Populares de Libertação de Moçambique.¹⁶ É possível perceber que o reconhecimento das mulheres na luta anticolonial não foi assumido de maneira imediata, foram os ganhos resultados de seus trabalhos junto as tropas masculinas da FRELIMO que ocasionaram seu reconhecimento por parte da direção do Comitê Central. A participação feminina como linha de frente da luta anticolonial surpreendeu a FRELIMO. As mulheres garantiram diversas vitórias no campo de batalha, além de sua ampla contribuição no campo político. Deste modo, a mulher foi reconhecida como ferramenta fundamental nas vitórias da FRELIMO contra o colonialismo português:

Este fato, e a participação efetiva das mulheres no Destacamento Feminino, para além das limitações e insuficiências que teremos ocasião de verificar, representa um marco histórico na condição da mulher moçambicana, uma ruptura brusca mas tornada imperativa por séculos de opressão a que se contrapunha o desencadeamento da luta armada de libertação nacional.¹⁷

¹⁶ 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

¹⁷ 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

A criação do DF durante a luta de libertação, manteve ativa a participação das mulheres nos quadros da Frente. Operaram como peças fundamentais no desenvolvimento de melhorias nos campos como da saúde, da educação e do saneamento básicos nas zonas de libertadas, através das campanhas de mobilização junto à população.¹⁸ O Destacamento foi importante para o desenvolvimento de uma nova visão dos homens sobre as mulheres. Porém, a criação do Destacamento Feminino não garantiu o rompimento dessas mulheres e homens com os valores percebidos como reacionários e burgueses pela FRELIMO, assim como, não determinou o fim da desigualdade de gênero:

Ao nível de participação concreta, o peso dos mitos manifesta-se de várias formas. Tomaremos um dos exemplos mais significativos: por vezes as mulheres que participam no Destacamento Feminino consideram essa participação não uma atitude normal e permanente, mas um momento excepcional na sua vida. Dois ou três anos mais tarde, as militantes do Destacamento Feminino abandonam as fileiras do Exército e regressam às famílias para casar, e ter filhos e permanecer em casa pois é esta a função social que elas consideram ser-lhes destinadas. Se tomamos este exemplo é para mostrar que mesmo no seio das mulheres cujo nível político é mais avançado e cuja integração na luta bastante grande o peso das tradições persiste.¹⁹

Até 1973, o único corpo organizacional existente exclusivamente de mulheres dentro da FRELIMO era o Destacamento Feminino. O DF era insuficiente em abranger a totalidade das mulheres em território moçambicano. Conseqüentemente, muitas mulheres não obtinham os requisitos necessários para a participação militar e ficavam a margem da luta revolucionária. Foi necessária a criação de uma organização maior que mantivesse objetivos claros de reivindicação de direitos políticos e sociais referentes a emancipação das mulheres moçambicanas. A criação da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi decidida em 1972 pelo Comitê Central, e criada em 1973 durante a I Conferência da Mulher Moçambicana.

Pensada e organizadas por homens, as indicações da 5ª sessão do Comitê Central da FRELIMO realizada em dezembro de 1972, mantinham entre suas pautas a criação da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), e também, a realização da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana, ambas realizadas em 1973. As designações foram publicadas pela Revista Voz da Revolução, em 1972, ao fim da reunião:

[...] O Comitê Central considerou que uma das tarefas prioritárias da nossa luta deve ser o combate pela emancipação da mulher, combate que deve constituir uma preocupação essencial de todos os revolucionários moçambicanos, tanto

¹⁸ As campanhas de mobilização foram um dos objetivos centrais no início da criação do Destacamento Feminino, atuando nas mais diversas áreas nas zonas libertadas pela FRELIMO. Esse objetivo torna-se central novamente após a criação da Organização das Mulheres Moçambicanas.

¹⁹ 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

dos homens como das mulheres. Isso permitirá não só mobilizar de maneira efetiva as potencialidades da mulher moçambicana ao serviço da luta contra o colonialismo português, mas também pôr um termo às práticas discriminatórias e exploradoras da sociedade tradicional e colonial em relação à mulher, permitindo-lhe assumir integralmente o seu papel de cidadã. A fim de impulsionar este combate pela emancipação da mulher o CC decidiu criar uma Organização das Mulheres Moçambicanas, que tendo por núcleo o Destacamento Feminino permita englobar todas as mulheres engajadas nos diversos sectores de atividade.²⁰

Desta reunião, o Comitê Central da FRELIMO elaborou, em 1972, o documento intitulado *A mulher é elemento transformador da sociedade* que integra o volume nº 10 da coleção "Estudos e Orientações" publicado em 1976. Em processo de luta anticolonial o trabalho salientava os motivos que levaram a integrar a emancipação da mulher entre os objetivos centrais da FRELIMO. A Frente reservou um papel estratégico à divulgação de informações, que segundo Samora Machel, havia definido como um instrumento fundamental para a educação, organização e mobilização popular. Seu objetivo era desenvolver uma consciência política, conduzindo a população a transformar seu comportamento para a formação coerente aos valores socialistas e fieis à FRELIMO. Deste modo, foi através da coleção "Estudos e Orientações" que o Comitê Central promoveu o sistema capitalista como grande motivador da subjugação da mulher à mercantilização do seu próprio corpo.

Assim como no caso moçambicano, durante a luta armada de libertação angolana, de 1961 a 1974, a emancipação da mulher também foi considerada crucial para a Revolução e um "pré-requisito para o desenvolvimento nacional" (HOLNESS, 1983, p. 125). A Organização da Mulher Angolana (OMA) foi criada em 1961, em Dar-es-Salam na Tanzânia, durante a luta anticolonial. O objetivo principal do Destacamento Feminino angolano era de apoiar o exército popular do MPLA, atuando desde a preparação e transporte de alimentos e armas à frente de batalha, no entanto, também passaram a atuar em processos de alfabetização das escolas do MPLA e nos cuidados à saúde dos combatentes.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) se comprometeu com a transformação total das relações sociais baseadas no princípio de igualdade de acesso aos meios de produção, levando a adotar uma estratégia de combate para restituir à mulher ao lugar de direito que lhe haviam atribuído na "nova" sociedade revolucionárias. Para tanto, o MPLA reuniu esforços para a criação da Organização das Mulheres Angolanas (OMA), projetada para defender os interesses femininos e reivindicarem direitos fundamentais, mantendo em sua organização principalmente as mulheres do destacamento feminino angolano. Aderiram também a Organização todas as mulheres que ficavam a margem do desenvolvimento da luta armada,

²⁰ 5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. Revista Voz da Revolução, 1972.

como mulheres do meio rural e intelectuais. Constituinte uma parte importante do seu projeto político, a OMA mantinha o objetivo de desenvolver a educação das mulheres na propaganda da ideologia do movimento, não só para a construção de uma sociedade socialista, mas para a edificação de uma “nova Angola”. Para Patrício Batsíkama (2020), a escrita da presidente da OMA Deolinda Rodrigues manifestava em suas publicações oficiais a capacidade feminina sofisticada de articulação política.

Ao final, é preciso apontar que para além das Organizações de Mulheres, de ambos os Movimentos Revolucionários estudados, tenham se desenvolvido dos Destacamentos Femininos e da coragem das primeiras combatentes em participar dos grupos de treinos políticos e militar. As duas Organizações compartilham outras características importantes e que não vamos nos aprofundar. Ambas as Organizações partilharam do mesmo espaço de criação, ou seja, na Tanzânia se desenvolveram a partir das vitórias e ações do Destacamento Feminino no contexto dos anos iniciais da luta armada e formação dos movimentos revolucionários. Ambas as Organizações participavam de conferências e reuniões com outros grupos que formavam a luta armada de libertação nacional de seus países. Ambas as Organizações constituíram a imagem de “heroínas nacionais” homenageadas até os dias atuais, Deolinda Rodrigues do MPLA e Josina Machel da FRELIMO.²¹

“A LIBERTAÇÃO DA MULHER É UMA NECESSIDADE”: A mulher na documentação oficial da FRELIMO e do MPLA

Como mencionado anteriormente, Angola e Moçambique formam um território marcadamente pluriétnico e multiculturais. Essa característica torna impossível a descrição de um conceito unitário sobre a mulher. A existência da diversidade de concepções de diferentes mulheres em escalas de compreensão diversa é a realidade desses territórios até os dias atuais. Suas distinções são marcadas por línguas, religiões, modo de interpretar o mundo, ritos e práticas culturais distintas. Tornando a imposição de uma visão única sobre a mulher, em um processo extremamente violento de apagamento e silenciamento dos diferentes povos que formam os países.

Na tentativa de compor imagética e teoricamente a mulher angolana e moçambicana, a FRELIMO e o MPLA, formularam um projeto político e ideológico pela “libertação da mulher”. Para o desenvolvimento e propagação desse projeto, a Organização da Mulher Moçambicana e a

²¹ É em homenagem a Deolinda Rodrigues que o dia nacional da mulher em Angola é comemorado em 2 de março em referência ao dia 2 de março de 1967 data do seu rapto por militantes da UPA, juntamente com outras quatro responsáveis pela OMA, Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Lucrecia Paim e Teresa Afonso. O rapto culminou na morte das militantes do MPLA. Em Moçambique, o dia nacional da mulher é comemorado no dia 7 de abril em referência a data de morte de Josina Machel, importante líder revolucionária da OMM.

Organização da Mulher Angolana, foram espaços de discussão sobre direitos femininos. Emergindo assim um escudo de pautas femininas que sugeriam que o gênero feminino poderia ser reconstruído dentro de suas ambivalências resultantes das condições ideológicas e sociais.

Esse momento é marcado por discursos dos líderes revolucionários Samora M. Machel em Moçambique e Agostinho Neto em Angola. A defesa pelo direito feminino em seus discursos tornou-se materiais de estudo durante seus governos. Portanto, considerados como documentação oficial do partido. A defesa da emancipação feminina, considerada como crucial para a libertação do próprio país, dotou o discurso desses líderes de características inovadoras em relação aos aspectos do gênero. Em suas análises procuraram explicar as estruturas que oprimiam a mulher, como combater a ideia de inferioridade feminina e como seria a mulher emancipada. Iniciaram dessa maneira, a defesa de um projeto político e ideológico baseado na igualdade de gênero.

Em 1973, Samora M. Machel discursou na abertura da primeira conferência da mulher moçambicana. Seu discurso "A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo", referência utilizada para nomear esse artigo, afirma que a emancipação feminina só seria possível se estivesse vinculada a libertação nacional:

A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. *A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo.* A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher (MACHEL, 1975, p. 18. Grifo original).

A Revolução moçambicana era o objetivo central da FRELIMO no período da luta de libertação nacional, no qual se concentrava na destruição do sistema colonial capitalista e da sociedade tradicional como exposto anteriormente. Sua finalização levaria, para a FRELIMO, a uma verdadeira libertação nacional através de uma nova sociedade libertada e reconstruída. Dentro dessa Revolução a emancipação da mulher estaria atrelada a vitória da FRELIMO, e por consequência, ao poder total da organização sobre o território moçambicano e sua população. Como se vê, o líder menciona que a ideia de barrar a emancipação da mulher contrariava os valores revolucionários da própria FRELIMO.

Em outras palavras, para Samora M. Machel, há uma relação direta entre independência, socialismo e emancipação feminina em seus discursos de nacionalidade. Assim, abre-se espaço para um grande conflito do ponto de vista cultural, uma vez que a tentativa de eliminação de

práticas características das diversas etnias, ocasionava no não reconhecimento dos valores e modos de vida da população do país. Na procura de estabelecer um conceito unitário de mulher moçambicana, o processo resultou na negação global por parte da FRELIMO – tanto dos princípios religiosos como das visões de mundo que mantinham esses povos.

Dentro do projeto político-ideológico idealizado, a mulher carregou um papel central para a contribuição no sentido de destruir o sistema de exploração estabelecido pelo colonialismo. Nesses termos, a mulher foi uma das pautas mais mencionadas nos discursos feitos por Samora Machel, sublinhando-a como uma necessidade fundamental da própria Revolução moçambicana. Para ele:

Dizer-se que a mulher não sente a necessidade de se libertar, ou que muitas vezes é a FRELIMO, e não as mulheres, quem defende a emancipação da mulher, é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres sentem essa dominação, sentem a necessidade de modificar a sua situação. O que existe é que a dominação exercida pela sociedade, asfixiando-lhes a iniciativa, impede-lhes frequentemente de exprimir as suas aspirações, impede-lhes de conceberem os métodos da sua luta. É a este nível que intervém a FRELIMO, vanguarda consciente das mulheres e homens de Moçambique, do Povo oprimido; ela formula a linha, indica os métodos de combate (MACHEL, 1975, p. 18-19).

A mulher moçambicana da FRELIMO formaria uma nova sociedade, antagônica ao modelo burguês criticado por Samora M. Machel. Por isso, o papel central da figura feminina nesse projeto destruiria os alicerces do sistema capitalista, colocando fim na exploração do homem pelo homem. Sua função como militante consciente dos princípios reguladores do modelo de sociedade moçambicana formado pela FRELIMO destruiria as práticas tradicionais mencionadas por ele no discurso analisado: o lobolo, a poligamia, os ritos de iniciação e os casamentos forçados. Tudo porque eram interpretados pela FRELIMO como exercícios tradicionais que apenas cumpriam a função de explorar a mulher.

Dessa forma, só haveria libertação feminina pela orientação política e ideológica da FRELIMO. Nesse sentido, a organização, mobilização e união eram consideradas peças fundamentais para o combate libertador da mulher e a criação da Organização da Mulher Moçambicana era peça chave nesse processo. Para Machel a OMM representava uma luta internacional, uma vez que:

A sua tarefa central, além da anterior, é a de mobilizar a opinião internacional a favor da nossa luta, e exprimir a solidariedade da mulher e do Povo moçambicanos para com a luta libertadora e revolucionária das mulheres e dos Povos do mundo inteiro. Um combate, particularmente, impõe-se à Organização: manter sempre agudo o sentido real da emancipação, reforçar a luta ideológica contra as tentativas de desvirtuar a luta da mulher e de isolá-la da Revolução. É a adesão firme à linha, compreendida, assumida e vivida no detalhe do quotidiano,

que fornecerá à Organização e à mulher o sentido necessário de vigilância, para detectar no embrião a mais pequena ofensiva ideológica reacionária (MACHEL, 1975, p. 29 - 30).

No trecho citado, o que se vê é que a OMM era fundamental para a estrutura de enquadramento e orientação das mulheres dentro da linha política da FRELIMO, estabelecendo, desde sua criação, as tarefas de mobilização da opinião internacional a favor da luta anticolonial em todo o continente africano. Ou seja, havia um uso da mulher na divulgação internacional do projeto para maior mobilização da opinião pública e de denúncia da violência do colonialismo português. Das atividades no exterior, entre as inúmeras conferências e reuniões presenciais das mulheres da FRELIMO, em 1970, a realização da Segunda Conferência do Departamento de Educação e Cultura na Tanzânia reuniu mulheres de diversos países que participavam das lutas anticoloniais africanas. Desse encontro, a troca de experiências e teorias entre as mulheres da FRELIMO e as mulheres do MPLA, através de suas Organizações, foi uma realidade.

Portanto, Organização da Mulher Angolana compartilhava da vinculação com a Revolução do MPLA. Acreditando na vitória do Movimento como meio de desenvolvimento de sua própria emancipação. O comprometimento de tarefas revolucionárias e o desenvolvimento de uma consciência política também eram pautas defendidas no território que conhecemos hoje como Angola:

Consciente do seu papel na revolução e da superação dos muitos complexos nela inculcados durante séculos, a mulher angolana avança, criando a força e a responsabilidade necessárias às realidades da guerra, de forma a trabalhar com sucesso em todas as tarefas da revolução. Assim, a mulher angolana, uma presença passiva em anos passados, surge agora como alguém que coopera activamente na formação, saúde, produção e combate, e nas várias campanhas lançadas na revolução. E só o tempo permitirá que ela se prove cada vez mais.²²

É interessante apontar que a afirmação do Movimento sobre a transformação da mulher de uma “presença passiva” para, assim que inicia sua participação na luta armada do MPLA, a mulher é considerada ativa na “formação, saúde, produção e combate”. A ideia da mulher transformando-se em revolucionária, e, por fim, em uma “nova” mulher compartilha da ideia da FRELIMO de um elemento a ser transformado. Essa mulher revolucionária, consciente, ativa politicamente, filiada ao MPLA, combatente nas diversas frentes da Revolução e atuando em campanhas de mobilização era o caminho que o MPLA traçou ainda nos anos da luta armada de libertação nacional.

²² OMA, nº 1, 1973, Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade, disponível em: Casacomum.org, Link de acesso: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10201.026>> Acesso em jan.2018.

O desenvolvimento dos projetos políticos e ideológicos da FRELIMO e do MPLA, durante a luta armada de libertação nacional, construíram ideários libertadores importantes para as sociedades após o fim da luta armada de libertação nacional. A emancipação feminina se tornou um dos assuntos mais pautados pelos discursos dos líderes revolucionários desses países. Assim como as vitórias e ações das mulheres do Destacamento Feminino, principalmente na mobilização de mais mulheres em torno das lutas anticoloniais, contribuíram para a criação e o desenvolvimento das Organizações de mulheres.

Por outro lado, o desenvolvimento dos discursos, tanto do MPLA como da FRELIMO, limitou a luta por emancipação feminina nas políticas de modernização dos movimentos revolucionários. Essa vinculação percebida como fundamental resultou em complexas contradições, uma vez que, a mulher deveria ser protagonista de sua luta, não obteve oportunidades o suficiente para desenvolver pautas singulares para sua própria emancipação. Dessa forma, as mulheres que decidiram agregar ao projeto dos movimentos revolucionários mantiveram como pauta principal as tarefas que foram a elas atribuídas a partir da construção de um projeto majoritariamente construído pelos dirigentes homens dos Movimentos. Cumprindo o comprometimento da disponibilidade permanente aos interesses da Revolução. Muitas vezes optando por se silenciar frente as discussões importantes em espaços de tomada de decisão que só foram denunciadas pelas ex-combatentes de ambos os Destacamentos Femininos anos depois.

23

Dito isso, fica explícito a complexidade da compreensão sobre a concepção do conceito de mulher moçambicana ou angolana desenvolvidos nas nuances contextuais entre os discursos de Samora Moisés Machel e a documentação oficial da Organização da Mulher Angolana. A disputa por preencher de novos significados o conceito de mulher se constituiu no tecer do postulado da FRELIMO e do MPLA, e legitimou um controle sobre o comportamento feminino. Como justificativa, o estabelecimento da “libertação da mulher” das formas que a oprimiam resultaria em sua total emancipação.

Mobilizando o conceito para o uso político, a mulher estava atrelada, segundo Samora M. Machel (1975), a um “engajamento político consciente”. É dentro desta perspectiva, que a mulher é percebida como um elemento moldável ou definível. Ou seja, um elemento a ser transformado para o desenvolvimento da nova proposta sociocultural, e, após sua conclusão, seria um agente transformador da própria sociedade. Esse complexo debate refletido nos documentos analisados nesse artigo adiciona a percepção de que o gênero feminino é possivelmente construído ou reconstruído a estar de acordo com uma “nova” sociedade também construída ou reconstruída. Esse projeto vai culminar em momento de caos e desestabilidade

cultural nos anos iniciais dos governos do MPLA e da FRELIMO gerando graves consequências na vida de milhares de mulheres.²⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATSÍKAMA, Patrício. Poder no Feminino. Caso da Deolinda Rodrigues "Langidila," **África(s)**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África 7, 13, p. 13 – 29, 2020.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004.

CHABAL, Patrick. **A History of Postcolonial Lusophone Africa**. Indiana: Indiana University Press, 2002.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche** : uma história de poligamia Sao Paulo : Companhia das Letras. 2004.

CORREIA, Sônia; HOMEM, Eduardo. **Moçambique primeiras machambas**. Rio de Janeiro: Margem, 1977.

HOLNESS, Marga. Angolan women's congress. **African Political Economy**, v. 10, n. 27/28, p. 125-129, 1983.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc/Rio, 2006.

MACHEL, Samora. **Mozambique**: sowing the seeds of revolution, Committee for Freedom in Mozambique, Angole & Gainé: London, 1974.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Magnífica e Miserável. Angola desde a Guerra Civil**. Lisboa: Tinta da China, 2015

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da Identidade Nacional Moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Dossiê África**. Porto Alegre, Anos 90, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014.

DOCUMENTOS:

5ª SESSÃO DO COMITÊ CENTRAL DA FRELIMO. **Revista Voz da Revolução**, 1972.

DOCUMENTAÇÃO DO COMITE CENTRAL DA FRELIMO. In: MUIUANE, Armando Pedro. **Datas e Documentos da FRELIMO. De 1960 a 1975- O ano da independência de Moçambique**. 3. ed. Maputo: nov. 2006. p. 92- 104.

MACHEL, Samora Moises. **A Libertação da mulher**. São Paulo: Parma, 1975. p.13-44.

²³ Para mais informações sobre esse assunto, ver em: CASIMIRO, 2004.

²⁴Para refletir sobre as consequências apontadas no artigo recomenda-se o filme A virgem margarida (2013) direção de Licínio de Azevedo.

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO. **Angola**: documentos da independência. Luanda: Ministério da Informação, 1975.

OMA, nº 1, 1973. Disponível em: **CasaComum.org**, Link de acesso: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10201.026>> Acesso em jan.2018.



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | Nº. 5 | Ano 2020

**Felipe Antônio Honorato
e Guilherme Silva Pires de
Freitas**

LUKAKU, KOMPANY E COMPANHIA: UMA ANÁLISE DA “CONTRIBUIÇÃO” CONGOLESA PARA A FORMAÇÃO DA “GERAÇÃO DE OURO” DO FUTEBOL MASCULINO BELGA

Lukaku, Kompany and company: an analysis of the Congolese “contribution” to the formation of the “Golden Generation” of Belgian men's football

RESUMO: Este artigo tem como objetivo, através de uma revisão bibliográfica, analisar a relação que há entre transformação da atual República Democrática do Congo em um dos grandes pólos irradiadores de refugiados do mundo, com a formação da chamada “Geração de Ouro” do futebol masculino belga, semifinalista na última Copa do Mundo, em 2018. O artigo também irá discutir a relação existente desta questão com a consequente massificação dos fluxos migratórios entre o país africano e sua ex-metrópole, a Bélgica.

PALAVRAS-CHAVE: República Democrática do Congo; Bélgica; Geração de Ouro.

ABSTRACT: This article aims, through a bibliographic review, to analyze the relationship between the transformation of the current Democratic Republic of Congo into one of the greatest refugee radiating poles in the world, with the formation of the so-called “Golden Generation” of Belgian men's football, semifinalist at the last World Cup, in 2018. The article will also discuss the existing relationship of this issue with the consequent massification of migratory flows between the African country and its former metropolis, Belgium.

KEY WORDS: Democratic Republic of the Congo; Belgium; Golden Generation.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

LUKAKU, KOMPANY E COMPANHIA: UMA ANÁLISE DA “CONTRIBUIÇÃO” CONGOLESA PARA A FORMAÇÃO DA “GERAÇÃO DE OURO” DO FUTEBOL MASCULINO BELGA

Felipe Antônio Honorato ¹
Guilherme Silva Pires de Freitas ²

Introdução

Em uma foto que está entre as mais icônicas da história das Copas do Mundo de Futebol, Diego Armando Maradona, um dos grandes nomes da modalidade, é cercado por diversos jogadores belgas. O registro, feito em 1982, não é apenas do início da trajetória do ídolo máximo do futebol argentino, ao lado de Messi, com a camisa da seleção nacional em Copas do Mundo. Ele é também um registro do começo da caminhada de um grupo de jogadores que, quatro anos depois, levariam o selecionado europeu a um de seus pontos altos na história: a semifinal do Mundial de 1986, disputada em solo mexicano. Depois daquela semifinal, a Bélgica só viria a chegar a uma fase tão avançada da competição na Rússia, em 2018, um hiato de 32 anos. Este retorno se deu graças a uma geração de jogadores talentosos e de origem multiétnica, que saiu da Copa do Mundo do Brasil, em 2014, de forma prematura e muito questionada, mas que, na Rússia, quatro anos depois, chegou no melhor de sua forma e confirmou, aos olhos do mundo, o porquê de seu apelido: a Geração de Ouro do Futebol Belga.

Dentre os muitos bons nomes que a Geração de Ouro belga revelou, há quatro jogadores que se destacam como seus maiores valores: Kevin de Bruyne, jogador do Manchester City, Eden Hazard, do Real Madrid, Vincent Kompany, ídolo do Manchester City e que, atualmente, é técnico do time que o revelou – o Anderlecht, de Bruxelas -, e Romelu Lukaku, hoje estrela da Internazionale de Milão, na Itália. Kompany e Lukaku compartilham um detalhe em comum: suas origens étnicas. Kompany, ex-jogador que pode ser apontado como um dos símbolos de uma nova fase do futebol global³, tem pai nascido no antigo Congo Belga, que foi também República do Zaire até 1997 e hoje tem nome de República Democrática do Congo (RDC). Inclusive, Pierre Kompany, engenheiro e pai do zagueiro, protagonizou um evento histórico: foi

¹ Mestre em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP); Professor da faculdade IESCAMP (Campinas - SP). E-mail: felipe.honorato@alumni.usp.br

² Mestre em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). E-mail: gui_sp_freitas@yahoo.com.br

³ O Manchester City, clube que o jogador defendeu de 2008 a 2019, era tradicionalmente pequeno e sem relevância internacional. Após ser adquirido pelo grupo de capital fechado Abu Dhabi United Group em 2008, tornou-se um dos times mais competitivos e endinheirados do continente europeu.

eleito, em 2018, o primeiro prefeito negro de uma cidade belga – Gashoren, de 25 mil habitantes.

4

O país da África Central é também a terra dos pais de Lukaku. Seu pai, Roger, foi jogador profissional e atuou pela seleção do Zaire na década de 1990, e seu irmão mais novo, Jordan, também é jogador de futebol, tendo defendido a seleção belga na Eurocopa de 2016. Além da dupla, Youri Tielemans, Dedryck Boyata e Michy Batshuayi, reservas do grupo que esteve no Mundial na Rússia, também tem descendência congoleza. Ao todo eram 12 os atletas do selecionado belga na Copa de 2018 com origens multiculturais, tendo pais ou avós nascidos fora do país europeu, sendo cinco deles com raízes congolezas.⁵ Este artigo visa discutir os contextos históricos dos países de envio e destino de jogadores de futebol congolezes que atuaram e atuam em times belgas, além de seus descendentes que defenderam a seleção da Bélgica. Busca-se entender como esse panorama nos dois países propiciou essa migração de jogadores e impactou na formação da chamada Geração de Ouro do Futebol Belga.

1. Congo Belga: a atual RDC como um polo receptor de imigrantes

De 1885 a 1960 a atual República Democrática do Congo foi colônia da Bélgica. Neste período, belgas aplicaram na então colônia um sistema de ocupação, exploração e espoliação que, essencialmente, pode ser dividido em duas etapas históricas: de 1885 a 1908, quando o território se chamou Estado Livre do Congo, e de 1908 a 1960, quando a colônia foi nomeada Congo Belga. Ambas etapas guardam particularidades que distinguem o sistema colonial aplicado no Congo de qualquer outro dentro do que se chamou capitalismo imperialista colonial⁶, e que influenciaram, de forma derradeira, o histórico migratório do país.

O Estado Livre do Congo foi uma propriedade particular do Rei Leopoldo II e, oficialmente, o Estado belga não estava envolvido no empreendimento colonial. A partir de 1908, no entanto, a colônia passou para as mãos do governo belga, modificando seu nome para Congo Belga. A passagem do controle da colônia para o Estado Belga causou três consequências

⁴STEIN, Leonardo. Pai de Kompany se torna o primeiro prefeito negro da história da Bélgica. Trivela. Disponível em: < <https://trivela.com.br/pai-de-kompany-torna-o-primeiro-prefeito-negro-da-historia-da-belgica/> >. Acesso em: 01/06/2019.

⁵ FREITAS, Guilherme. Quem são os jogadores multiculturais das seleções europeias na Copa de 2018. Disponível em: < <https://guilhermefreitasacademico.wordpress.com/2018/06/24/quem-sao-os-jogadores-multiculturais-das-selecoes-europeias-na-copa-de-2018/> >. Acesso em: 14/02/2020.

⁶Marc Ferro (2017) defende que “na segunda metade do século XIX tem lugar uma nova onda de colonização europeia, a qual denominamos “era imperialista””; o autor continua explicando que o que diferencia essa nova era colonial da que começou no século XVI – período das chamadas “grandes navegações” – é: “a partir de então, a colonização responde a uma vontade política explícita: cada Estado industrial procurar assegurar para si zonas de dominação ou, ao menos, de influência. Por outro lado, ela não se coloca mais sob o signo da evangelização, mas do progresso: trata-se de levar a civilização a sociedades consideradas menos avançadas. Por fim, essa segunda

específicas que acabaram por tornar o agora Congo Belga um polo atrator de imigrantes, tanto europeus, quanto africanos. As consequências foram:

I - Após a criação do Congo Belga, a espoliação das riquezas congolêsas passou a ser feita através do chamado “portfólio congo”. O portfólio era um conjunto de empresas paraestatais – o que, no Brasil, entendemos como empresas de capital misto – baseadas nos antigos sistemas de concessões de Leopoldo II. Fazia parte deste portfólio, por exemplo, o Banco Central congolês. Kent (2011) traz que:

“As entidades paraestatais, incluindo a Administração Fluvial e o Banco Central, eram geridas por conselhos de administração a partir de Bruxelas, e em 1958 encontravam-se avaliadas em 37,5 mil milhões de francos. Os rendimentos do Portefólio foram de mil milhões de francos em 1959, mas não foram tomadas quaisquer medidas visando a sua transferência para o governo independente” (KENT, 2011, p. 41).

Além do Estado, que tinha participação de até 50% em todas estas companhias (MERRIAM, 1963), cinco corporações privadas se tornaram as grandes parceiras do governo belga no empreendimento da espoliação do Congo Belga:

“As cinco grandes firmas eram a Brufina, que controlava o Banco de Bruxelas além de certas organizações industriais; a Unilever, através de sua subsidiária belga, Huilever, agindo sobre produtos vegetais; Cominière, corporação agrícola e de mineração; o Banco Empain com grandes interesses no setor do transporte e a Société Générale que detinha interesses vários além de direitos de mineração” (MERRIAM, 1963, p. 44-45).

Merriam (1963, p. 44) destaca que o poderio dessas cinco empresas era tão grande que “em 1952 noticiou-se que cinco companhias arrendatárias controlavam aproximadamente 70% de todos os negócios no Congo”;

II – Com isto, as atividades mineradora e industrial acabaram por substituir a exploração da borracha e a extração do marfim (principais fontes de dividendos durante o Estado Livre do Congo) como grandes atividades econômicas desenvolvidas na colônia;

III – Em uma tentativa de se desprender da imagem negativa deixada pela administração de Leopoldo II do Estado Livre do Congo (por causa do excesso de violência, que incluía, por exemplo, constantes mutilações de mãos de colonizados), houve a instalação de um estado de bem social que era o mais extenso de África: existia um sistema de previdência social que previa auxílio doença e pensões por aposentadoria para todos os africanos trabalhando no Congo (MERRIAM, 1963); o *posho* obrigava todos os empregadores da colônia a fornecerem a seus

colonização dispõe de recursos financeiros, militares e humanos jamais vistos na história, modificando completamente a relação entre metrópoles e colônias; e com colonizados também, pois o trabalho passa a ser regra”.

trabalhadores cobertores, calções, agasalhos e alimentação sadia (MERRIAM, 1963); escolas primárias e de formação profissional se espalharam pelo país (consolidando o poderio da igreja católica dentro do empreendimento colonial belga, uma vez que ela era responsável pela maioria das escolas de ensino primário no Congo Belga), ampliando o número de pessoas alfabetizadas e de técnicos qualificados; além disso, ainda havia uma oferta considerável de empréstimos para aqueles que desejavam comprar imóveis e o Fundo de Bem-Estar Indígena (MERRIAM, 1963).

Tais decisões do poder colonial acabaram por transformar o Congo em um território atraente à imigração e que necessitava da mão de obra estrangeira, o que, por conseguinte, acabou também transformando a colônia em um espaço de hibridização (ou criouliização).⁷ Formaram-se fluxos migratórios em direção ao Congo Belga, compostos por europeus e por africanos vindos das mais diversas regiões.

1.1. De República do Zaire a República Democrática do Congo: o longo caminho entre ser pólo atrator de imigrantes até a diáspora congoleza

Em 1967, após se recusar a servir pelo Exército dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, Muhammad Ali teve sua licença de boxeador caçada por três anos (BURKE, 2016). Depois de ser autorizado a voltar a lutar, Ali tentou por duas vezes reconquistar o cinturão dos pesos-pesados contra Joe Frazier e Ken Norton, mas perdeu ambas as lutas (BURKE, 2016). Em 1974, um dos nomes mais conhecidos do mundo do boxe, o empresário Don King, organizou uma nova tentativa de recuperação do título para Muhammad Ali (BURKE, 2016).

A luta foi contra George Foreman, tido como favorito e que tentava manter seu cinturão após uma vitória contra Joe Frazier. O embate ocorreu em Kinshasa, naquele momento capital da República do Zaire e ficou mundialmente conhecido pela alcunha de “Rumble in the Jungle” (“Luta na Selva”, em uma tradução livre para o português) e que o jornal britânico *The Telegraph* classificou como uma das maiores lutas da história (BURKE, 2016). Foi ainda um evento midiático que atraiu a atenção do mundo todo e contou, no dia anterior a luta, com um show de James Brown. Esta foi uma demonstração de opulência econômica e de prosperidade da recém nomeada República do Zaire. Fazia, então, quase dez anos que Mobutu Sese Seko havia tomado o controle do país através de um golpe de estado. O ditador, que, em 1982, tinha uma fortuna pessoal avaliada em 4 bilhões de dólares⁸, emergiu após um processo de independência

⁷Espaço de mistura e fusão cultural, que acabou por criar outras formas de manifestação cultural – vide o exemplo da música popular congoleza.

⁸BRAECKMAN, Colette. L’austérité au Zaïre. Disponível em: <http://www.lesoir.be/archive/d-19881124-W3RAUZ?referer=%2Farchives%2Fcherche%3Fdatefilter%3Danytime%26sort%3Ddate%2520asc%26word%3DL%2527aust%25C3%25A9rit%25C3%25A9%2520au%2520Za%25C3%25AFre_o%25C3%25B9%2520l%2527argent%2520reste_le%2520ciment%2520du%2520pouvoir>. Acesso em: 16/05/2018.

que por cinco anos jogou o Congo no caos, instalou um regime alinhado aos velhos interesses econômicos coloniais e que por muito tempo foi mantido pela influência de potências ocidentais. Segundo Maria Regina Petrus Tannuri (2010, p. 143):

“Mobutu toma o poder em 1965 com um golpe de Estado (cinco anos após o movimento revolucionário pela independência do Congo), estabelece um governo ditatorial e, a partir de 1971, imprime uma política de africanização – também conhecida como “zairenização” ou “doutrina da autenticidade africana”. Tal doutrina caracterizou-se por um discurso anticolonialista e uma série de medidas de forte cunho nacionalista, tais como a valorização das línguas e tradições culturais, a nacionalização das maiores empresas estrangeiras e a substituição / desestruturação dos quadros técnicos dos serviços públicos: “(...) A política de Mobutu levou a uma deterioração da economia (...). Corrosivos efeitos sociais e econômicos da corrupção nos mais altos níveis governamentais acabaram afetando a todos os setores da sociedade” (POUILLY, 2006, p. 4). A afirmação do africanismo no Zaire foi vinculada a uma forma de legitimação do culto à personalidade e à força de um poder absoluto de Mobutu. O Zaire passou mais de 30 anos sob um regime ditatorial que se proclamava anti-imperialista, embora, na prática, tivesse apoio dos EUA e de outros países capitalistas da Europa Ocidental preocupados com o avanço do socialismo na África no período da Guerra Fria. Os maiores opositores de Mobutu o acusaram de ter sido o maior “parceiro” do imperialismo norte-americano na África e um “servidor” das multinacionais que exploraram as riquezas do Zaire em troca de proteção, fortalecimento do seu governo e de um sistema de corrupção e enriquecimento pessoal. ”

O território do Congo-Kinshasa é riquíssimo: apresenta enormes fontes, dentre outros minerais, de cobre, manganês, estanho, urânio, zinco e cobalto; além destes, o Congo ainda possui jazidas relevantes de ouro, bauxita, prata, platina, chumbo, carvão e petróleo.⁹ No contexto da Guerra Fria, para as potências ocidentais apoiarem irrestritamente Mobutu, significava, indiretamente, manter sob controle toda essa abundância mineral - era uma questão estratégica. O arrefecimento da corrida entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas fez, no entanto, que, de maneira geral, o poder de barganha de líderes africanos na diplomacia mundial diminuísse; Joseph Mobutu não se viu livre deste fenômeno e, mais notadamente a partir do fim da década de 1980, começou a sofrer com uma intensificação da oposição interna contra seu regime: em abril de 1990, o líder congolês se viu obrigado a realizar uma série de medidas democratizantes (SCHOU MAKER et al., 2010), numa tentativa de aliviar a pressão que sofria; Demart e Bodeux (2013, p. 80-81) exemplificam uma delas:

“Em 24 de abril de 1990, o retorno a um sistema multipartidário foi anunciado oficialmente. Nos meses seguintes, quase 400 partidos foram criados (em torno

⁹MUNANGA, Kabengelê. A República Democrática do Congo - RDC. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>>. Acesso em: 12/03/2016..

de 300 foram permitidos) e um pequeno número deles foram imediatamente representados na Bélgica, França e Alemanha.”¹⁰

O pacote de mudanças não surtiu o efeito esperado e, em 1991, uma onda de rebeliões tomou as ruas da capital Kinshasa (SCHOU MAKER et al., 2010). Iniciava-se ali um dos períodos mais violentos do então Zaire em que, dubiamente, o Congo-Kinshasa recebeu muitos refugiados (fugindo do genocídio ocorrido em Ruanda, em 1994), mas também deixou de ser um polo receptor de emigrantes para se tornar um dos países que mais geram refugiados no mundo.

1.1.1. Desdobramentos migratórios do contexto geopolítico na República Democrática do Congo

Este contexto político conturbado e violento serviu como um divisor de águas para as tendências migratórias congoleesas, inaugurando uma era de imigração em massa da RDC para a Bélgica:

“O início da década de 1990 constituiu um grande divisor de águas. O processo de democratização de Mobutu, junto com os episódios de saques, em setembro de 1991 e janeiro de 1993, foram momentos decisivos. Mais e mais refugiados congoleeses começaram a fugir para a Bélgica. Esta emigração política foi ainda incitada pela guerra com o Ruanda a partir de 1996, a marcha de Laurent-Désiré Kabila até Kinshasa, em 1997, e a guerra com as milícias aliadas a Ruanda e a Uganda, a partir de 1998. Desde 2000, a reunião familiar tornou-se um fator de migração tão importante quanto o asilo político [...]” (MERTENS et al., 2013, p. 92).¹¹

Segundo cálculos do *Groupe d'Étude de Démographie Appliquée*, da Universidade Católica de Louvain, o número de congoleeses residentes na Bélgica saltou de 17.451, em janeiro de 1991, para 40.301, em janeiro de 2006, registrando um *boom* de 130,94% em 15 anos (QUENTIN, 2010). Em janeiro de 2008 os congoleeses já formavam a 3ª maior comunidade de imigrantes não comunitários (proveniente de países de fora da União Europeia) na Bélgica: eram 45.780 pessoas, o que correspondia a 2,6% do total de imigrantes morando no país europeu (QUENTIN, 2010). Em linhas gerais, atualmente a imigração congolese para a Bélgica é majoritariamente masculina e seus principais motivos são asilo, refúgio e reunião familiar

¹⁰ Tradução dos autores. Versão original: “On April 24th 1990, the return to a multiparty system was officially announced. In the following months, almost 400 parties were created (around 300 were allowed) and a few of them were immediately represented in Belgium, France, and Germany”.

¹¹ Tradução dos autores. Versão original: “The early 1990s constituted the major watershed. Mobutu’s democratization process, along with the looting and plundering episodes in september 1991 and january 1993, were turning points. More and more Congoleeses refugees began to flee to Belgium. This political emigration was further incited by the war with Rwanda from 1996 onwards, Laurent-Désiré Kabila’s march to Kinshsa in 1997, and the war

(QUENTIN, 2010). De acordo com Demart (2013, p. 06), espacialmente, esta é a divisão da imigração congoleza dentro do território belga:

“Entre 2001 e 2005, 49% dos imigrantes congolezes, a maioria deles francófonos, viviam na região de Bruxelas-Capital, enquanto cerca de 33% viviam na Valônia e 17% em Flandres, principalmente na Antuérpia (Meeuwis 1997), Ghent e Alost (Schoonvaere 2010). Segundo Schoonvaere (2010), a estratégia de assentamento dos recém-chegados é bastante semelhante às estratégias de quem se instalou duas ou três décadas antes.”¹²

Ainda de acordo com a pesquisadora francesa, os congolezes apresentam uma tendência de integração socioeconômica paradoxal: combinam, em média, um alto nível de educação formal com os mais altos níveis de desemprego na sociedade belga (DEMART, 2013). A estimativa de especialistas é que atualmente o número de imigrantes congolezes no mundo gire em torno de 500 mil e 1 milhão de pessoas (DEMART, 2013); o Estado congolês se refere a um número mais alto ainda: 7 milhões de imigrantes (DEMART, 2013).

2. A influência congoleza no futebol belga

Assim como aconteceu em todo o futebol europeu, a Bélgica sentiu os efeitos da globalização na modalidade. Com a sanção da Lei Bosman em 1995, que curiosamente leva o nome de um ex-jogador belga e que será melhor explicada a frente, o futebol no continente mudou. Tanto os clubes que disputam a Júpiter League (liga belga de futebol), quanto as seleções nacionais, passaram a ter elencos multiculturais e atletas de diferentes origens étnicas dividindo o vestiário. E entre esses jogadores que atuam nos gramados da Europa estão congolezes e seus descendentes, tema central deste artigo. Mas, até chegarmos ao cenário atual, é preciso compreender as mudanças pelas quais a modalidade passou. Primeiramente, será apresentado um histórico desta imigração congoleza no futebol.

2.1. Os primeiros congolezes no futebol belga

Muito antes da Lei Bosman e da globalização do futebol europeu, atletas de outros continentes já jogavam nos gramados da Europa. Entre as décadas de 1950 e 1960, sul-

with the militia allied to Rwanda and Uganda from 1998 onwards. Since 2000s, family reunion became a migration factor as important as political asylum [...]

¹²Tradução dos autores. Versão original: “Between 2001 and 2005, 49% of the mainly Francophone Congolese immigrants lived in the Brussels-Capital Region, while around 33% lived in Wallonia and 17% in Flanders, mainly in Antwerp (Meeuwis 1997), Ghent, and Alost (Schoonvaere 2010). According to Schoonvaere (2010) the

americanos de várias nacionalidades, como os brasileiros José Altafini Mazzola e Evaristo de Macedo (COELHO, 2009, p. 77) disputavam as principais ligas do continente. Nesta mesma época chegaram à liga belga os primeiros jogadores congolezes. Leon Motombo Mokuna foi o grande nome dessa geração pioneira. O talentoso atacante chamou a atenção de olheiros portugueses quando o Sporting de Lisboa fez uma turnê pelo então Congo Belga em 1954. Após conversar com dirigentes do clube, embarcou para a Europa tornando-se o primeiro congolês a atuar nos gramados do velho continente. Após uma passagem por Portugal, transferiu-se para o clube belga Gent em 1957.

Na Bélgica tornou-se logo de cara um ídolo e foi duas vezes artilheiro do clube. Devido ao bom futebol apresentado, naturalizou-se com esperanças de chegar à seleção belga algum dia. Porém, recebeu apenas chances na seleção B, que na época era uma equipe reserva e que só disputava partidas amistosas. Mokuna chegou a afirmar que o preconceito racial na época o impediu de chegar a equipe principal¹³, declaração similar à de Humphrey Mijns, o primeiro negro a defender a seleção dos Países Baixos em 1960, e que também reclamava do racismo (FREITAS, 2017, p. 49). Após encerrar a carreira tornou-se treinador e dirigiu a seleção do Zaire na Copa Africana de Nações em 1965.

Paul Bonga-Bonga, contemporâneo de Mokuna, também foi um jogador de destaque tendo desembarcado na Bélgica alguns meses depois do compatriota. Primeiramente jogou no Standard Liège e depois no Charleroi. Seu melhor ano foi em 1962 quando acabou eleito para o time ideal da temporada pela revista *World Soccer Magazine* ao lado de Pelé, Puskas e outros craques. Ele também foi primeiro jogador africano a fazer parte desta seleta lista.¹⁴ Houve outro jogador congolês de destaque neste período: Julien Kialunda. Nascido em Matadi, chegou à Bélgica ainda muito jovem no fim da década de 1950 e profissionalizou-se no país europeu. Em 1965 foi contratado pelo Anderlecht, principal clube do país, onde conquistou quatro vezes o campeonato nacional.

Nas décadas seguintes outros jogadores congolezes começaram a atuar no futebol belga. Um deles se destacou dentro e fora de campo. Trata-se do zagueiro Paul Beloy. Ele nasceu em Kinshasa, mas devido a mudança da família para a Bélgica onde seu pai foi estudar medicina, foi criado desde a infância na cidade de Mechelen. Beloy recebeu uma boa educação, mas seu talento no futebol falou mais alto e ele teve uma sólida carreira por clubes do país. Além dos

settlement strategy of new arrivals is fairly similar to the strategies of those who settled two or three decades earlier”.

¹³ GLEESON, MARK. *Pioneering DR Congo forward Leon Mokuna dies aged 90*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/sport/football/51296004>>. Acesso em: 22/02/2020.

¹⁴ LA CONSCIENCE. *Paul Bonga Bonga: le plus grand footballeur congolais*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100207220237/http://laconscience.com/article.php?id_article=6245>. Acesso em: 10/06/2020.

jogadores adversários, o racismo também foi um oponente que ele teve que enfrentar. Em uma partida na década de 1970, uma banana foi atirada em sua direção. Ele pegou a fruta, a jogou para longe e a partida continuou normalmente. No dia seguinte, um jornal publicou um desenho o retratando com uma casca de banana.¹⁵ Desde então, Beloy tornou-se uma voz contra o racismo no futebol belga e escreveu em 2016 um livro em parceria com o jornalista Frank van Laeken intitulado *Vuile Zwarte: Racisme in het Belgische voetbal*¹⁶ onde debate a questão racial na modalidade.¹⁷

Todos esses pioneiros ajudaram a abrir portas para os jogadores congolezes no futebol belga e conseqüentemente para atletas da segunda geração de imigrantes, estes já nascidos na Bélgica.¹⁸ Um deles entrou para a história ao ir a campo no dia 4 de fevereiro de 1987, na cidade portuguesa de Braga. As seleções de Portugal e Bélgica jogavam uma partida amistosa e do lado belga estava o jovem Dimitri Mbuyu, filho de um imigrante congolês e uma belga. O atacante tornou-se o primeiro jogador negro e de origem congoleza a vestir a camisa dos *Red Devils*, o apelido da seleção nacional.¹⁹ Foram quase 83 anos entre a estreia oficial da seleção belga em maio de 1904 até a partida em 1987 para que um negro defendesse o selecionado em uma partida. Um tempo maior em comparação com os vizinhos França, Países Baixos e Alemanha, que tiveram os primeiros convocados negros em campo em 1931, 1960 e 1974, respectivamente.²⁰ Porém, a história de Mbuyu na equipe se resumiu apenas a esta partida. Mas, pouco importava, afinal ele entrou em campo e iniciou a história dos jogadores negros na seleção da Bélgica.

2.2. A Lei Bosman e o jogador comunitário

O ano de 1990 marcou o início de uma revolução nas leis trabalhistas do futebol europeu. Marc Jean Bosman, então jogador do Royal Liège, resolveu que não renovaria seu contrato e decidiu se transferir para o Union Sportive Dunkerque, da França. A equipe belga queria receber uma compensação financeira pela negociação e resolveu bloquear a transação. Bosman teve seu contrato suspenso e acionou a Justiça da União Europeia com base no artigo 48 do Tratado de

¹⁵ KUNTI, Samindra; ELISEEVA, Anastasya. *Africa: Paul Beloy Lambasts Racism in Belgian Football*. Disponível em: <<https://allafrica.com/stories/202007240845.html>>. Acesso em: 14/12/2020.

¹⁶ Tradução dos autores: Preto Sujo: o racismo no futebol belga.

¹⁷ SPORZA. *Beloy (ex-Beerschot) schreef boek over racisme in voetbal: "In stadion vallen remmingen weg"*. Disponível em: <<https://sporza.be/nl/2016/10/10/beloy-ex-beerschot-schreef-boek-over-racisme-in-voetbal-in-stad-1-2789882/>>. Acesso em: 14/12/2020.

¹⁸ DELHAUTOR, Benoît. *VdB, Tchite et les frères Mpenza parrains de la Fondation Kialunda*. Disponível em: <<https://www.dhnet.be/sports/football/vdb-tchite-et-les-freres-mpenza-parrains-de-la-fondation-kialunda-51b7e1d5e4b0de6db98c2529>>. Acesso em: 10/06/2020.

¹⁹ Rec.Sport.Soccer Statistics Foundation. *Colourful Pioneers*. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/miscellaneous/colourfulpioneers.html>>. Acesso em: 10/06/2020.

²⁰ Raoul Diagne foi o primeiro negro a jogar pela França; Humphrey Mijns foi o primeiro negro a jogar pelos Países Baixos; e Erwin Kostedde foi o primeiro negro a jogar pela Alemanha.

Roma²¹, o primeiro acordo do bloco e que buscava integrar as economias do continente, alegando que estava sendo impedido de exercer sua profissão mesmo sendo um cidadão europeu. Durante anos, o processo se arrastou na corte europeia e a carreira de Bosman foi completamente arrasada. Em dezembro de 1995, a Justiça deu ganho de causa para o jogador alegando que por ser um cidadão europeu ele não poderia ser impedido de trabalhar em outro país-membro do bloco. Nasceu então a lei que leva seu nome e que permitiu com que os atletas ficassem livres após os vencimentos de seus contratos, e pudessem assinar novos acordos com outros clubes durante os seis meses finais de seus vínculos.

Essa decisão mudou para sempre o futebol europeu, impactando no mercado de transferências, beneficiando os clubes e ligas mais ricos e dando aos atletas maior valorização e possibilidades para ganhar muito dinheiro (GIULIANOTTI, 2010, p. 159). Diversos belgas tiraram proveito da situação e se espalharam pelo continente atuando nas mais diversas ligas. Isso possibilitou que estes atletas desenvolvessem seu nível técnico, porém, enfraqueceu a estrutura local do futebol na Bélgica. No fim dos anos 1990, surgiram nas categorias de base do país dois talentosos irmãos: Mbo e Émile Mpenza, que tinham suas raízes ligadas a República Democrática do Congo. Mbo, o mais velho, nasceu na capital Kinshasa e ainda bebê imigrou com os pais para a cidade belga de Zellik. Lá, nasceu o caçula Émile. A família Mpenza é um exemplo dos congolezes que imigraram para a Bélgica entre as décadas de 1970 e 1990, durante o autoritário regime de Mobutu, como já citado no tópico 1.4.1. deste artigo.

Os irmãos Mpenza começaram a jogar no Kortrijk e ainda muito jovens chegaram à seleção tendo disputado juntos a Copa do Mundo de 1998 e a Eurocopa de 2000. Ambos tiveram carreiras estáveis, tendo atuado em clubes alemães e ingleses, e de certa forma, pavimentaram caminho para outros jovens com histórico migratório semelhante. Mas, entre a segunda metade da década de 2000 e início dos anos 2010, o futebol belga entrou em crise. A seleção não conseguiu se classificar para as principais competições internacionais entre 2004 e 2012 e os clubes faziam campanhas pífiás nas competições europeias. Mas, aos poucos foi surgindo uma talentosa geração que mesclava a globalização do futebol europeu com o multiculturalismo da sociedade belga, e que ficaria conhecida como a geração de ouro.

A Geração de Ouro do Futebol Belga

Boa parte da base desta equipe que alçou a Bélgica ao grupo das principais seleções internacionais era composta por jogadores de origem imigrante. Na defesa Vincent Kompany era

²¹ UNIÃO EUROPEIA. *Traité Instituant la Communauté Economique Européenne*. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11957E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 14/03/2020.

responsável por liderar e passar segurança; no meio Nacer Chadli e Axel Witzel protegem a equipe para que Kevin de Bruyne pudesse criar as jogadas, e no ataque a função de marcar gols ficava a cargo de Romelu Lukaku. Todos filhos ou netos de imigrantes. Uma equipe que além de muita qualidade técnica também simboliza a Bélgica deste século XXI: um país multicultural.

Dois membros da equipe eram peças vitais e tinham algo em comum: ambos eram filhos de congoleses. Principal líder do grupo, Kompany sempre demonstrou atenção para questões raciais, étnicas e sociais no país, já tendo criticado o descaso do governo com os imigrantes e adquirido um clube de futebol na periferia de Bruxelas, no qual oferece oportunidades aos jovens da região através do futebol.²² Em meio à pandemia do COVID-19, no ano de 2020, atos antirracistas se espalharam em todo mundo impulsionados pelo assassinato de George Floyd, um homem negro, por policiais brancos em Minneapolis nos Estados Unidos. Atletas negros como LeBron James, Naomi Osaka e Lewis Hamilton apoiaram as manifestações. Na Bélgica as diversas estátuas do Rei Leopoldo II, espalhadas pelo país, foram os alvos escolhidos. Muitas delas foram pichadas e retiradas do espaço público. Em debates acalorados na sociedade belga sobre o tema, o pai de Kompany, Pierre, lembrou da brutal colonização na RDC e afirmou que o “Estado belga e a família real deveriam pedir desculpas pelo passado.”²³ Seu filho o apoiou.

Já Lukaku também se interessou por estas pautas étnicas e raciais, tão presentes em sua origem. Meses antes da Copa do Mundo de 2018, o atacante chegou a escrever uma emocionante carta ao site *The Players Tribune* onde abordou o fato de muitas vezes ser questionado mais pela sua descendência congoleza do que pela sua qualidade profissional.²⁴ Hoje o atacante é uma das vozes mais ativas contra o preconceito racial na Europa. Com Kompany e Lukaku a Bélgica retornou para as grandes competições internacionais depois de um longo hiato. Na Copa do Mundo de 2014 acabou sendo eliminada pela Argentina nas quartas de final, e na Eurocopa de 2016 parou na mesma fase diante do País de Gales. No Mundial seguinte, em 2018, finalmente brilhou conseguindo sua melhor campanha em Copas ao terminar em terceiro lugar, superando no caminho os tradicionais e campeões mundiais Brasil e Inglaterra.

Um resultado bastante celebrado não só pelos atletas, mas também pela população belga que lotou as ruas de Bruxelas na recepção aos heróis nacionais. Um dos locais mais famosos da cidade, a praça Grand Place, estava lotada de torcedores orgulhosos com suas bandeiras e camisas vermelhas. Algo bem diferente do que ocorre no dia a dia do país, marcado por divisões

²² BRAND, Gerard. *You're in good Kompany! City's nice guy buys into doomed Belgian third division side... and you can get involved too*. Disponível em: < <https://www.dailymail.co.uk/sport/football/article-2300696/Manchester-City-defender-Vincent-Kompany-buys-struggling-Belgian-division-FC-Bleid.html> >. Acesso em: 20/03/2020.

²³ LE SOIR. *Pour Pierre Kompany, la Belgique doit «s'excuser» pour son passé colonial*. Disponível em: < <https://www.lesoir.be/308410/article/2020-06-20/pour-pierre-kompany-la-belgique-doit-sexcuser-pour-son-passe-colonial> >. Acesso em: 14/12/2020.

regionais, linguísticas e culturais.²⁵ A seleção nacional de futebol é uma das poucas coisas que consegue unir cidadãos belgas sem muitas discussões, formando a comunidade imaginada idealizada por Benedict Anderson (2008). Um poderoso símbolo de unidade nacional e que mascara temporariamente as diferenças políticas e identitárias. Porém, isso não se reflete no cotidiano belga. Como citado anteriormente, a Bélgica é marcada por profundas divisões e o futebol, sendo um espelho da sociedade, também reflete esses sentimentos como afirma Toledo:

“Seguramente, o futebol reúne muitos níveis, temas e dimensões das sociedades contemporâneas: o cosmopolitismo de sua prática, a política, as formas de organização, os interesses econômicos, discriminações raciais, a expansão do fenômeno da violência urbana” (TOLEDO, 2000, p. 30).

Um artigo publicado em 2018 pelos pesquisadores e membros do Grupo de Pesquisa de Política em Esportes e Atividade Física da Universidade de Leuven, Chris Heim, Joris Corthouts e Jeroen Scheerder, intitulado *Black Footballers and Coaches Between White Lines: A Multi-Level Analysis of Racism and Anti-Racism Movements in Belgian Football*²⁶, apresenta um estudo que visa compreender qual seria o impacto do preconceito e da tensão racial presente na sociedade belga no futebol do país. A pesquisa identifica que a modalidade, assim como outras áreas da sociedade, também sofre com a questão racial. Porém, segundo os autores, os belgas são mais tolerantes em relação às minorias étnicas e imigrantes do que outros países europeus, embora parte da população nativa ainda acredite que os imigrantes não queiram se integrar a sua sociedade. Um sentimento recíproco destas minorias, que se sentem excluídas por suas origens estrangeiras (HEIM; CORTHOOTS; SCHEERDER, 2018, p. 1).

Assim como ocorre na sociedade, o futebol belga sofre com o racismo institucional através da falta de representatividade e diversidade nos postos de comando como presidentes de clubes, dirigentes e técnicos, além do racismo ocupacional onde atletas são pré-julgados para posições específicas dentro de campo. Por exemplo, jogadores de origem africana, como os congolezes, são automaticamente identificados como centroavantes por serem fortes e velozes, mas nunca como bons goleiros, uma posição que representa segurança e confiança. Esses preconceitos impactam diretamente no comportamento dos torcedores que praticam o racismo através deste senso comum e de ofensas e cânticos nos estádios em partidas da liga local (HEIM; CORTHOOTS; SCHEERDER, 2018, p. 11-13). Embora tenham sido documentados casos de

²⁴ LUKAKU, Romelu. *I've Got Some Things to Say*. Disponível em: <<https://www.theplayertribune.com/en-us/articles/romelu-lukaku-ive-got-some-things-to-say>>. Acesso em: 20/03/2020.

²⁵ FERRARI, BIANCA. *World Cup 2018: Belgium lose semifinal but gain national pride*. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/world-cup-2018-belgium-lose-semifinal-but-gain-national-pride/a-44633063>>. Acesso em: 15/12/2020.

²⁶ Tradução dos autores: Jogadores de futebol negros e treinadores entre as linhas brancas: uma análise multinível de movimentos contra o racismo e o antirracismo no futebol belga.

racismo contra jogadores e árbitros nas ligas locais de futebol nas últimas temporadas (HEIM; CORTHOUTS; SCHEERDER, 2018, p. 11), a seleção nacional passa quase que ilesa. O que só reforça o fato de como os belgas enxergam em seu selecionado um forte fator de identidade nacional, onde a questão racial e étnica é deixada de lado em prol da unidade nacional de um país marcado por fragmentações. E a geração de ouro, devido a seus resultados alcançados, é uma prova de como esse sentimento de pertencimento ficou ainda maior. Ou como diz o craque do time Eden Hazard: “Não brinco com meus colegas flamengos, eu jogo com meus colegas belgas”.²⁷

Considerações finais: o que esperar das próximas gerações?

A Geração de Ouro do Futebol Belga está se aproximando da fase final da carreira e possivelmente haverá apenas mais uma chance de conquistar a Copa do Mundo, na edição de 2022 no Catar. Porém, mesmo com a saída de cena de Lukaku e companhia o multiculturalismo deve continuar dando as caras nos vestiários da seleção nacional. As equipes de base da Bélgica contam com cada vez mais jovens talentos que carregam em suas origens um passado migrante. Um exemplo é a seleção Sub-21 que disputou a edição do Campeonato Europeu da categoria em 2019. Dos 23 convocados, oito tinham descendência estrangeira, sendo seis deles filhos ou netos de congolezes.²⁸ Um indício de como a presença de jogadores deste perfil estará presente na seleção por um longo tempo. E curiosamente, esses jovens que nasceram na Bélgica ainda podem representar a pátria de seus pais e avós, já que as regras da FIFA permitem que atletas que joguem pelas equipes de base possam atuar por outra seleção caso ainda não tenham disputado um jogo oficial pelo time principal. Inclusive, na atual seleção da República Democrática do Congo existem alguns jogadores que nasceram em solo europeu, principalmente na França e na Bélgica, e que defendem a seleção africana, como Yannick Bolasie e Arthur Masuaku, que atuam na bilionária Premier League, a liga inglesa de futebol.

Assim como Kompany e Lukaku, que reconhecem suas raízes étnicas e se orgulham dela, os atletas nascidos na Europa e que optam por jogar pela seleção congoleza demonstram como a identidade é híbrida, provisória e está sempre em constante mudança como afirma Hall (2003). Ou como define Vermeulen (2001, p. 24), um caso de identidade étnica, que se diferencia das identidades sociais pela sua convicção de possuir uma ascendência, uma história e uma herança cultural. Marcada por tantas diferenças linguísticas, culturais e identitárias em sua sociedade,

²⁷ MEMON, Taha. *Belgium's Exemplary Success Through Ethnic Integration*. Disponível em: <<https://www.footballparadise.com/belgium-ethnic-integration/>>. Acesso em 15/12/2020.

²⁸ UEFA. *Belgium Squad - UEFA European Under-21 Championship*. Disponível em: <<https://www.uefa.com/under21/teams/200013--belgium/squad/>>. Acesso em: 16/12/2020.

mas que demonstra união dentro de campo com atletas de diversas origens étnicas unidos pela camisa dos *Red Devils*, a Bélgica viu aflorar o orgulho nacional através de sua seleção masculina de futebol que se tornou uma imaginária comunidade de milhões na forma de um time de onze pessoas (HOBSBAWM, 2013, p. 197).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRAND, Gerard. *You're in good Kompany! City's nice guy buys into doomed Belgian third division side... and you can get involved too*. Daily Mail. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/sport/football/article-2300696/Manchester-City-defender-Vincent-Kompany-buys-struggling-Belgian-division-FC-Bleid.html>>. Acesso em: 20/03/2020.

BRAECKMAN, Colette. **L'austérité au Zaïre**. Disponível em: <http://www.lesoir.be/archive/d-19881124-W3RAUZ?referer=%2Farchives%2Frecherche%3Fdatefilter%3Danytime%26sort%3Ddate%2520asc%26word%3DL%2527aust%25C3%25A9rit%25C3%25A9%2520au%2520Za%25C3%25A9%25C3%25B9%2520l%2527argent%2520reste_le%2520ciment%2520du%2520pouvoir>. Acesso em: 16/05/2018.

BURKE, Myles. **Why Rumble in the Jungle is one of the greatest fights of all time**. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/boxing/2016/06/03/why-rumble-in-the-jungle-is-one-of-the-greatest-fights-of-all-ti/>>. Acesso em: 23/11/2020.

COELHO, Paulo Vinicius. **Bola fora: o êxodo do futebol brasileiro**. São Paulo: Panda Books, 2009.

DEMART, Sarah. Congolese Migration to Belgium and Postcolonial Perspectives. **African Diaspora**, n. 06, p. 01-20, jun. 2013.

DEMART, Sarah; BODEUX, Leïla. Postcolonial stakes of Congolese (DRC) political space: 50 years after independence. **African Diaspora**, n. 06, p. 72-96, jun. 2013.

FERRARI, BIANCA. **World Cup 2018: Belgium lose semifinal but gain national pride**. Deutsche Welle. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/world-cup-2018-belgium-lose-semifinal-but-gain-national-pride/a-44633063>>. Acesso em: 15/12/2020.

FERRO, Marc. **A colonização explicada para todos**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

FREITAS, Guilherme. As seleções de futebol multiculturais da União Europeia. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2017.

_____. **Quem são os jogadores multiculturais das seleções europeias na Copa de 2018**. Guilherme Freitas Acadêmico. Disponível em: <<https://guilhermefreitasacademico.wordpress.com/2018/06/24/quem-sao-os-jogadores-multiculturais-das-selecoes-europeias-na-copa-de-2018/>>. Acesso em: 14/02/2020.

- GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- GLEESON, MARK. **Pioneering DR Congo forward Leon Mokuna dies aged 90**. BBC. Disponível em: <<https://www.bbc.com/sport/football/51296004>>. Acesso em: 22/02/2020.
- DELHAUTOR, Benoît. **VdB, Tchite et les frères Mpenza parrains de la Fondation Kialunda**. La Dernière Heure Les Sports+. Disponível em: <<https://www.dhnet.be/sports/football/vdb-tchite-et-les-freres-mpenza-parrains-de-la-fondation-kialunda-51b7c1d5e4b0de6db98c2529>>. Acesso em: 10/06/2020
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HEIM Chris; CORTHOUTS Joris; SCHEERDER Jeroen. Black Footballers and Coaches Between White Lines: A Multi-Level Analysis of Racism and Anti-Racism Movements in Belgian Football. In: **En marge des grands: le football en Belgique et en Suisse**. Bern: Peter Lang AG, 2018. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/328334815>>. Acesso em: 14/12/2020.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- KENT, John. Descolonização e Guerra Fria: a ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963). **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, p. 39-59, jun. 2011.
- KUNTI, Samindra; ELISEEVA, Anastasya. **Africa: Paul Beloy Lambasts Racism in Belgian Football**. All Africa. Disponível em: <<https://allafrica.com/stories/202007240845.html>>. Acesso em: 14/12/2020.
- LA CONSCIENCE. **Paul Bonga Bonga: le plus grand footballeur congolais**. La Conscience. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100207220237/http://laconscience.com/article.php?id_article=6245>. Acesso em: 10/06/2020.
- LE SOIR. **Pour Pierre Kompany, la Belgique doit «s'excuser» pour son passé colonial**. Le Soir. Disponível em: <<https://www.lesoir.be/308410/article/2020-06-20/pour-pierre-kompany-la-belgique-doit-sexcuser-pour-son-passe-colonial>>. Acesso em: 14/12/2020.
- LUKAKU, Romelu. **I've Got Some Things to Say**. The Players Tribune. Disponível em: <<https://www.theplayertribune.com/en-us/articles/romelu-lukaku-ive-got-some-things-to-say>>. Acesso em: 20/03/2020.
- MEMON, Taha. **Belgium's Exemplary Success Through Ethnic Integration**. Football Paradise. Disponível em: <<https://www.footballparadise.com/belgium-ethnic-integration/>>. Acesso em 15/12/2020.
- MERRIAM, Alan P. **Congo**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.
- MERTENS, J., et al. A New Floor For The Silenced? Congolese hip-hop in Belgium. **Social Transformations**, v. 1, n. 1, p. 87-113, fev. 2013.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo - RDC**. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>>. Acesso em: 12/03/2016.

QUENTIN, Schoonvaere. **Etude de la Migration Congolaise et de Son Impact sur la Presence Congolaise em Belgique: Analyse des principaux donnés démographiques**. Louvain: Groupe d'étude de Démographie Appliquée e Centre pour l'égalité des chances et la lutte contre le racisme, 2010.

REC.SPORT.SOCCER STATISTICS FOUNDATION. **Colourful Pioneers**. RSSSF. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/miscellaneous/colourfulpioneers.html>>. Acesso em: 10/06/2020.

SCHOUMAKER, Bruno; VAUSE, Sophie; MANGALU, José. Political turmoil, economic crisis and international migration in DR Congo: evidence from event-history data (1975-2007). In: KUROSU, Satomi; BENGTTSSON, Tommy; CAMPBELL, Cameron (Eds). **Demographic responses to economic and enviromental crisis**. Kashiwa: Reitaku University, 2010.

SPORZA. *Beloy (ex-Beerschot) schreef boek over racisme in voetbal: "In stadion vallen remmingen weg"*. Sporza Disponível em: <<https://sporza.be/nl/2016/10/10/beloy-ex-beerschot-schreef-boek-over-racisme-in-voetbal-in-stad-1-2789882/>>. Acesso em: 14/12/2020.

STEIN, Leonardo. **Pai de Kompany se torna o primeiro prefeito negro da história da Bélgica. Trivela**. Disponível em: <<https://trivela.com.br/pai-de-kompany-torna-o-primeiro-prefeito-negro-da-historia-da-belgica/>>. Acesso em: 01/06/2019.

TANNURI, Maria Regina Petrus. **Refugiados congolezes no Rio de Janeiro e dinâmicas de "integração local": das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Lógicas no Futebol: Dimensões simbólicas de um esporte nacional**. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2000.

UEFA. **Belgium Squad - UEFA European Under-21 Championship**. UEFA. Disponível em: <<https://www.uefa.com/under21/teams/200013--belgium/squad/>>. Acesso em: 16/12/2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Traité Instituant la Communauté Economique Européenne**. Rome: 1957. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/PDF/?uri=CELEX:11957E/TXT&from=PT>>. Acesso em: 14/03/2020.

VERMEULEN, Hans. **Imigração, integração e a dimensão política da cultura**. Lisboa: Edições Colibri, 2001.



ISSN: 2595-5713

Vol. 03 | N°. 5 | Ano 2020

Katia Sara H. Xavier-Zeca
Correio

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

COOPERAÇÃO SUL-SUL: O PAPEL DO PROGRAMA DE ESTUDANTE CONVÊNIO- PÓS-GRADUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

SOUTH-SOUTH COOPERATION: THE ROLE OF THE POST-GRADUATE
STUDENT PROGRAM FOR THE DEVELOPMENT OF SOCIAL SCIENCES IN
MOZAMBIQUE

RESUMO: O artigo é parte de uma pesquisa exploratória que pretende dissertar sobre o contributo da Cooperação Sul-Sul: O Papel do Programa de Estudante Convênio-Pós-Graduação (PEC-PG) para o desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique. O objetivo é analisar como o PEC-PG tem contribuído para o desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique, através da cooperação educacional. Num país onde a primeira instituição de ensino superior tem pouco mais de 50 anos. Em termos metodológicos partiu-se de uma abordagem de revisão sistemática da literatura e dos dados existentes sobre as teses defendidas no Brasil, disponível na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pode-se concluir que o PEC-PG tem tido um papel relevante na formação de quadros dos PALOP, onde Moçambique tem sido o país que lidera em termos de estudantes que tem beneficiado do programa no âmbito da pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação; Desenvolvimento; PEC-PG; Pesquisa; Moçambique.

ABSTRACT: The article is part of an exploratory research that intends to talk about the contribution of South-South Cooperation: The Role of the Student Agreement-Graduate Program for the Development of Social Sciences in Mozambique. The objective is to analyze how the PEC-PG has contributed to the development of Social Sciences in Mozambique, through educational cooperation. In a country where the first institution of higher education is just over 50 years old. In methodological terms, a systematic review of the literature and existing data on the theses defended in Brazil was made available on the platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). It can be concluded that the PEC-PG has played an important role in the training of staff from PALOPs where Mozambique has been the country that leads in terms of students who have benefited from the program.

KEY WORDS: Cooperation; Development; PEC-PG; Search; Mozambique.

COOPERAÇÃO SUL-SUL: O PAPEL DO PROGRAMA DE ESTUDANTE CONVÊNIO-PÓS-GRADUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

Katia Sara Henriques Xavier-Zeca Correio ¹

Introdução

A pesquisa é fundamental em todos os momentos de aprendizagem do estudante. Seja simplesmente para prossecução dos trabalhos nas disciplinas, ou ainda para conclusão e obtenção de um determinado grau acadêmico. A construção do conhecimento em uma sociedade é basilar para o desenvolvimento e crescimento desta. Neste sentido, a educação é uma das bases do desenvolvimento e criador de pensadores em várias áreas.

O presente artigo centrou-se no contributo do Programa de Estudante Convênio da Pós-Graduação (PEC-PG) no desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique. Neste sentido, partiu-se de uma análise dos dados sobre os estudantes oriundos deste país. A metodologia utilizada para mapear estes estudantes foi usando a palavra-chave “Moçambique” no catálogo de Teses de Dissertações da Capes, na qual foram selecionados estudantes que tenham se beneficiado do programa entre os anos de 2000 e 2018. 2000 por ser o período em que se encontram disponível os dados sobre as admissões ao programa, e 2018 por se considerar que os estudantes admitidos até 2015 tenham terminado a sua formação nesse período. Para refinar a busca, os trabalhos selecionados foram separados com auxílio da plataforma *lattes* para verificar a nacionalidade dos autores das teses. Através deste portal foi possível identificar os Moçambicanos e brasileiros que escreviam sobre Moçambique e daí extrair apenas as informações sobre os moçambicanos.

O artigo conta com três partes, a primeira pretende-se descurar em torno do conceito de Cooperação educacional e desenvolvimento, e em seguida apresentam-se o panorama do ensino superior em Moçambique, e por fim o contributo do PEC-PG no desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique. O artigo focaliza especialmente os aspectos institucionais do processo de formação dos estudantes no Brasil com recurso ao PEC-PG.

Cooperação Educacional e desenvolvimento

A cooperação representa uma importante categoria operacional da política externa brasileira. Este foi o motivo central da transferência, para o Itamaraty, de toda a responsabilidade

¹ Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Professora Assistente na Universidade Joaquim Chissano-Moçambique. ksarahxavier@gmail.com

nesta área, por meio da criação, em setembro de 1987, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento para o Brasil, auxiliando o País a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico brasileiro, com capacitação de instituições nacionais dos três níveis da federação, via transferência de tecnologia e conhecimento.² No âmbito das relações internacionais, a cooperação entre países em desenvolvimento (CTPD), a chamada Cooperação Sul-Sul, consolidou-se como eficiente ferramenta de aproveitamento de conhecimentos específicos de alguns países para cobrir lacunas em outros.

A Cooperação Sul-Sul surge como uma iniciativa para complementar a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), e para contestar a redução da oferta de cooperação por parte dos doadores habituais que, pelas pressões mundiais, mudanças econômicas e fenômenos políticos, alteraram de forma imperativa suas prioridades de assistência tanto com relação às regiões geográficas, como em relação aos temas a abordar. A cooperação sul-sul é usada para descrever a relação entre os países em desenvolvimento e é feita de diversas formas: coalizões diversas, negociações multilaterais, envolve fluxo de comércio e investimentos. Este processo pressupõe uma cooperação direcionada para o desenvolvimento onde as partes saem a ganhar (LEITE, 2012).

Deste modo, entende-se por desenvolvimento econômico como sendo um conceito mais amplo, que irá avaliar os resultados do crescimento econômico quer em termos de mudanças estruturais das economias, quer na perspectiva dos ganhos sociais em termos de bem-estar das populações; assim, o que está em causa quanto ao conceito de desenvolvimento não são apenas as variáveis econômicas, mas também os objetivos sociais (THIRLWALL, 2005).

De acordo com Rizzi a:

Base da cooperação educacional, o Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G), que teve sua origem desde o final da década de 1920 (administrado exclusivamente pelo MRE até o ano de 1967) foi desenvolvido, desde então, com base na assinatura de Protocolos conjuntos, com prazos indeterminados, entre os Ministérios da Educação (e as Instituições de Ensino Superior) e o das Relações Exteriores (RIZZI, 2016, p. 152).

Este é então um programa que começou a ser desenvolvido já em início dos anos 1920, embora não com a dinâmica e as características que atualmente se conhece. Este vem evoluindo até tornar-se num órgão com a dimensão que atualmente se conhece. O mesmo passou por vários momentos, desde a queda do Muro de Berlim, bem como os processos de democratização que a

² ABC. **Cooperação Técnica: Conceito.** 2020. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

maior parte dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) viviam em início dos anos 90, o que trouxe alguma diminuição da cooperação no âmbito educacional e não só. Com os países minimamente estabilizados, nos anos 2000 começa a ser retomada a cooperação educacional com a maior parte destes países. De acordo com Rizzi (2016), esta retomada da cooperação entre Brasil e os PALOP nos anos 2000, dá-se nomeadamente no período dos governos Lula da Silva (2003- 2010) e Dilma Rousseff (2011-2015).

Rizzi (2016) destaca uma série de acontecimentos e desenvolvimentos relevantes que estavam a acontecer em África, nomeadamente nos PALOP:

Nos PALOP, os quinze anos da década 2000 representaram momentos decisivos em sua evolução histórica, o que possibilitou essa maior aproximação com o Brasil, mas também com Portugal (e União Europeia), potências africanas (Nigéria, Senegal, África do Sul) e as instituições internacionais: Angola encerrou a guerra civil em 2002 e tem colocado em prática um projeto de desenvolvimento e inserção regional consolidado, que tornou o país liderança africana, a concorrer diretamente com Nigéria e África do Sul nas questões regionais, e também entre os PALOP; Cabo Verde consolidou sua democracia multipartidária e tem se aproximado progressivamente da União Europeia, sob o argumento de ser a ponte geográfica entre a Europa, Brasil e PALOP, especialmente oferecendo prestação de serviços; a Guiné-Bissau, como ocorrera na década de 1990, aprofundou a instabilidade política, que gerou caos econômico e social, tornando-se a principal pauta de atenção de defesa e segurança humana entre os PALOP (especialmente na CPLP); Moçambique também consolidou sua democracia no período contemporâneo, porém com escândalos de corrupção política e acirramento da tensão entre FRELIMO e RENAMO, nos últimos anos; São Tomé e Príncipe tentou rumar gradualmente à institucionalização da democracia, porém com crises políticas e golpes contíguos, especialmente após o Golfo da Guiné se tornar polo explorador de petróleo (exportador em conjunto com a Nigéria) (RIZZI, 2016, p. 156).

Neste sentido, é notório que o período compreendido entre os anos 1990 aos anos 2000 grandes mudanças, sociais, políticas e econômicas estavam a ocorrer em África. Mudanças essas que foram influenciar o processo de cooperação entre os PALOP e Brasil, e ganharam mais força a partir dos anos 2000. Os países africanos de língua oficial portuguesa são locais que tem sido do interesse e influência tanto de Portugal como do Brasil, por razões históricas e culturais. As relações entre o Brasil e estes países se regem por três vertentes: bilateral, multilateral e a revalorização da região do Atlântico Sul. A autora divide os PALOP em dois blocos devido as suas disparidades nas suas características econômicas, políticas demográficas e territoriais. Sendo assim, considera Cabo verde Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe como pequenos PALOP's e Angola e Moçambique como grandes PALOP's. A dimensão das fronteiras de Angola e Moçambique, com grandes potencialidades de desenvolvimento econômico e consequentemente social, facilmente conseguem a sua inserção regional; enquanto que os pequenos PALOP's, devido a insularidade (Cabo verde e São Tomé e Príncipe), e Guiné Bissau,

que está localizado num enclave francófono (e ter pequenas dimensões territoriais), torna as suas possibilidades de desenvolvimento cada vez mais pouco autônomas, tornando-os dependentes dos seus vizinhos (RIZZI, 2016). Estas diferenças são notórias quando se refere às contribuições e auxílios, ou mesmo no número de estudantes que cada País envia ao Brasil sob o abrigo do PEC-PG. Moçambique, neste aspecto, lidera o número de estudantes a beneficiar deste convênio, e alguns países, como São Tomé Príncipe e Guiné Bissau, não tem beneficiado deste apoio, pelos menos ao nível da pós-graduação.

A estratégia da cooperação técnica prestada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desenvolve-se exclusivamente em resposta a demandas oficialmente recebidas, por meio dos postos diplomáticos brasileiros, ou das representações estrangeiras em Brasília. O Brasil não voluntaria cooperação. A decisão sobre a aceitação da demanda depende de seu enquadramento nas diretrizes da política externa brasileira. Recorde-se que o artigo 4º, inciso IX, da Constituição Federal reza que “a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.³

Os programas de cooperação do Brasil para o exterior permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, com vistas a que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro. Para atingir esse objetivo de aprimoramento das instituições, a Agência lança mão de uma série de estratégias que foram sendo desenvolvidas ao longo das mais de três décadas de sua existência (e mesmo anteriores ao seu surgimento). Acima de tudo, mantém contato frequente com vários órgãos governamentais, organismos internacionais e governos de países parceiros, com intenção de aumentar a eficácia de seus projetos. Esta cooperação é realizada em cerca de 108 países da América Latina, Ásia, África, Europa e Oceania, com participação de mais de 124 instituições brasileiras reconhecidas por sua excelência. Os principais projetos da cooperação do Brasil desenvolvem-se em áreas como administração pública, agricultura familiar, temas urbanos, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, energia, pecuária, pesca, planejamento, saúde, segurança pública, trabalho e emprego.⁴ Para efeitos deste trabalho o enfoque está na cooperação para a educação, nomeadamente o PEC-PG.

A cooperação educacional é uma vertente positiva das relações entre países, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, e promovendo valores como tolerância e respeito à

³ ABC. **Cooperação Técnica: Conceito.** 2020. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

⁴ ITAMARATY. **Cooperação educacional.** 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

diversidade cultural. A política externa brasileira para temas educacionais se orienta pela busca de resultados nas dimensões econômica, política e cultural. Por relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, a cooperação educacional contribui para o desenvolvimento econômico.⁵ Num Mundo cada vez mais globalizado em que conhecimento se torna um elemento essencial do desenvolvimento, é necessário ter uma população instruída, pois desta forma os avanços poderão ser possíveis através de capital, investimento e tecnologia. Deste modo, ter recursos humanos cada vez mais qualificados torna-se imperioso neste mundo cada vez mais globalizado, para que os países possam inserir-se no mercado internacional de forma competitiva.

De acordo com o banco de dados da ABC, a educação está entre os 3 setores mais relevantes dos programas de cooperação técnica do Brasil. Isto quer dizer que em termos das várias áreas de cooperação (saúde, cultura e defesa), é a educação que mais relevância tem sido dada por este órgão, no caso, a ABC. Esta cooperação está relacionada com a formação, capacitação, gestão e transferência de tecnologia em diversas áreas (educação profissional, projetos de alfabetização, de jovens e adultos, educação não formal e educação para pessoas especiais) (MILANI; CONCEIÇÃO; MBUNDE, 2016).

A cooperação em temas educacionais é um instrumento político para promover a aproximação entre os Estados por meio de suas sociedades. Iniciativas brasileiras nessa área, em parceria com outros países em desenvolvimento, contribuem para projetar o Brasil como país cuja atuação internacional é solidária. Ademais, a convivência com outras culturas, o aprendizado de idiomas estrangeiros e a troca de experiências levam à formação de uma diversidade e tolerância. Neste sentido, é importante perceber o nível do alcance desta cooperação onde o principal ganho será para o país que irá beneficiar de uma formação de qualidade, que em certa medida irá contribuir para melhoria de vida dos cidadãos, e para o crescimento do país em termos de quadros superiores qualificados e maior inserção no mercado internacional.

O ensino superior em Moçambique

O Ensino superior em Moçambique tem mais de 50 anos de existência, e confunde-se com a criação da mais antiga instituição de Ensino superior (IES) em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM). O ensino superior tem a sua génese em 1962, a 21 de agosto, com a abertura dos Estudos Gerais Universitários de Lourenço Marques, então capital de

⁵ ITAMARATY. **Cooperação educacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

Moçambique. Em 1968, este instituto ascendeu à categoria de Universidade, sendo então designada por Universidade de Lourenço Marques. A 1 de Maio de 1976, o Presidente Samora Moisés Machel atribuiu a esta Instituição o nome de Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao relevante papel histórico representado em Moçambique do Doutor Eduardo Chivambo Mondlane.⁶

Nos quase 45 anos de independência (que se comemoram a 25 de junho do presente ano) se assiste ao desenvolvimento do Ensino Superior à luz de planos estratégicos nacionais. O primeiro foi implementado num cenário de uma complexidade de ações que visavam assumir o Ensino Superior como o motor para o desenvolvimento, e assim o Governo criou o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia no ano 2000, e este lançou os passos da implementação do primeiro Plano Estratégico do Ensino Superior (2000 – 2010), propondo a primeira Política de Ciência e Tecnologia para Moçambique.

A primeira lei do ensino Superior em Moçambique surge no período pós-independência, e com a revisão da constituição de 1990, a lei 1/93 de 24 de junho autoriza a permissão para a criação de instituições de ensino superior privadas, abrindo caminho para uma nova realidade no ensino superior em Moçambique. Com a evolução, complexidade e desafios que o setor passou a enfrentar a lei 1/93 foi substituída pela Lei nº 5/2003, de 21 de janeiro, que em matéria de regulamentação visou, entre outros aspectos, o Controle da Qualidade.⁷

Outros instrumentos de importante relevância têm sido aprovados nos últimos anos pós-independência, com destaque para alguns destes instrumentos: Decreto nº 63/2007, do Regulamento do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior, Decreto nº 30/2010, do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos, Decreto nº 32/2010, o Regulamento do Conselho Nacional de Ensino Superior, Decreto nº 29/2010, do Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 48/2010, e o Regulamento de Inspeção às Instituições de Ensino Superior, Decreto nº 27/2011.⁸

O país conta atualmente com 53 instituições de ensino superior (IES) entre públicas e privadas e em todos os cantos do país, de norte a sul, cenário que não se via no início dos anos 1990. Destas IES, 22 são públicas e 31 são privadas, e estão distribuídas entre 19 universidades, 27 Institutos, 4 Escolas Superiores e 3 Academias.⁹

⁶ **Nota histórica.** 2020. Disponível em: <<https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/historical>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

⁷ MCTESP. **Ensino Superior em Moçambique.** 2015. Disponível em: <<http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/ensino-superior-em-moçambique>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

⁸ MCTESP. **Ensino Superior em Moçambique.** 2015. Disponível em: <<http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/ensino-superior-em-moçambique>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

⁹ MCTESP. **Instituições públicas do Ensino Superior em Moçambique.** 2019. Disponível em: <<https://www.mctestp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES>>. Acesso em: 6 fev. 2020

Ao longo desse período, tem se verificado que alguns moçambicanos através de convênios diversos, têm se deslocado a vários países para realização dos cursos de Doutorado. Das Universidades onde foram realizadas as pesquisas, destacam-se os seguintes países: Austrália, Espanha, Estados Unidos da América, Itália, Inglaterra Alemanha, Rússia, França, Brasil, África do Sul, Eslováquia, Suécia, Japão, Cuba e Áustria, onde o maior número de teses foi produzido em universidades do Reino Unido, Alemanha, África do Sul, Brasil e Portugal. (GERDES, 2013). Importa referir que as pesquisas efetuadas em IES brasileiras ganham mais força nos anos 2000, em finais do governo de Fernando Henriques Cardoso, e no início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, em contexto muito marcado pela sua política externa de aproximação com a África.

De acordo com o quadro 1, há que destacar que destas teses apenas oito foram defendidas em Universidades moçambicanas em diversas áreas de conhecimento: administração, engenharia, agricultura, economia, arte, ciências da comunicação, educação, medicina, linguística e literatura, direito, matemática, ciências naturais, religião, educação física e medicina veterinária. E do total de 535 Teses defendidas por moçambicanos, 116 foram defendidas na área de Ciências Humanas e Sociais (GERDES, 2013).

Quadro 1– Teses Defendidas Por Moçambicanos de 1960 a 2013

Designação	Quantidade
Teses Defendidas em Universidades Moçambicanas	8
Teses na área de Ciências Humanas e Sociais	116
Total de Teses Doutorais	535

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados de Gerdes (2013)

O Contributo do PEC-PG no desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique

O Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) foi criado em 1981, tendo como principal objetivo possibilitar a cidadãos oriundos de países em desenvolvimento a realização de estudos de pós-graduação no Brasil. Desta forma estaria o país a contribuir para a formação de recursos humanos. Atualmente, são 60 os países participantes no PEC-PG, sendo 26 da África, 25 das Américas e 9 da Ásia. De acordo com os dados da divisão de assuntos educacionais de 2000 a 2019, o PEC-PG recebeu 2060 estudantes oriundos das Américas, 870 da África e 97 da Ásia. Os maiores beneficiados do programa são as Américas, com 23 países, África, com 15, e Ásia, com 5 países. ¹⁰

¹⁰ (DCE.MRE, 2020) Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 15 dez 2019.

O acesso ao ensino superior brasileiro oferece ao estudante diversos benefícios: vagas em IES brasileiras recomendadas pela Capes, sem custos de matrícula; Bolsa mensal no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros, a saber: R\$1500,00 para mestrado, com duração máxima de 24 meses, e R\$2200,00 para doutorado, com duração máxima de 48 meses, e passagem aérea de retorno ao país do estudante estrangeiro. O PEC-PG é administrado em parceria por três órgãos:

- Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), a quem cabe a divulgação do Programa no exterior e o pagamento das passagens de retorno dos estudantes;
- Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem cabe a seleção e o pagamento das bolsas de doutorado para estudantes de todos os países participantes e de mestrado para estudantes do Timor-Leste; e
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a quem cabe a seleção e o pagamento das bolsas de mestrado para estudantes de todos os países participantes, com exceção de Timor-Leste (DCE.MRE, 2020).

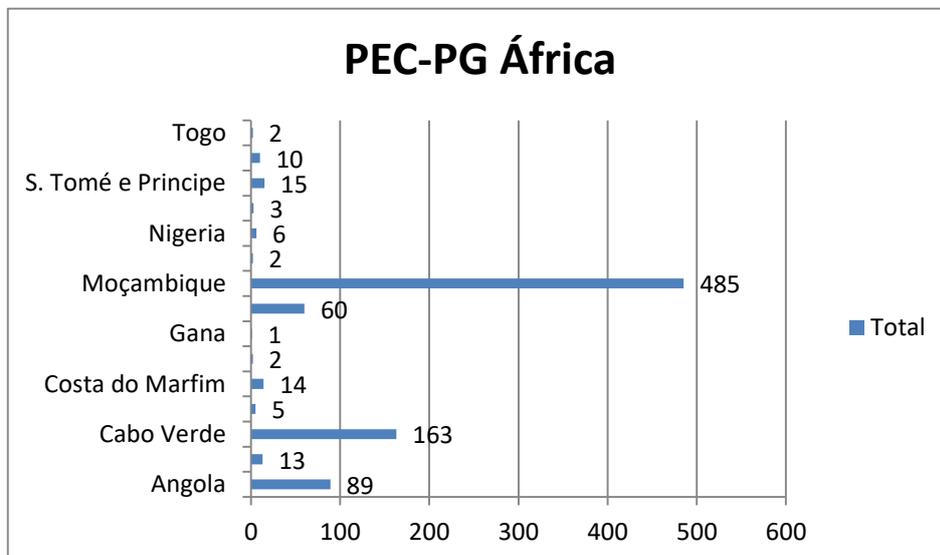
De realçar que foi durante os governos de Lula e Dilma que se destacou a ampliação dos acordos de cooperação e programas de desenvolvimento com África, tendo sido aumentado a oferta de vagas no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)¹¹ e o PEC-PG. Os PALOP's estabeleceram-se como os principais beneficiados pelos Acordos de Cooperação, tanto por oferta de vagas nos Programas PEC-G e o PEC-PG, quanto por Convênios firmados diretamente com as instituições de ensino superior privadas nacionais, por meio de associações religiosas, ou ainda ONGs.

De acordo com o gráfico 1, quando se observa o número de beneficiários por país, Moçambique e Cabo Verde são os países que mais estudantes tem enviado ao Brasil, 485 e 163 respectivamente. Lima Júnior (2018) reforça que Moçambique lidera os Países que mais estudantes tem enviado ao Brasil, ao lado da Colômbia e Peru, no que tange ao PEC-PG. Sobre este aspecto, em relação ao PEC-G na última década, foram mais de 6.000 estudantes selecionados pelo Programa. África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.

¹¹ A ideia da criação de um Programa de Governo para amparar estudantes de outros países adveio do incremento do número de estrangeiros no Brasil, na década de 1960, e das consequências que este fato trouxe para a regulamentação interna do status desses estudantes no Brasil. Havia a necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil e de garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades. Dessa forma, em 1965 foi lançado o primeiro Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Atualmente, o Programa é regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948, publicado em 2013, que confere maior força jurídica ao regulamento do PEC-G. Ao longo da última década, foram mais de 6.000 os selecionados pelo Programa. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em 20/2/2020.

Pode se concluir que em relação a estes dois programas, PEC-G e PEC-PG, Moçambique destaca-se em número elevado quando se refere a pós-graduação, uma vez que detém a maior parte dos estudantes; enquanto que no programa do PEC-G, Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola lideram o *ranking* (MILANI; CONCEIÇÃO; MBUNDE, 2016; RIZZI, 2016).

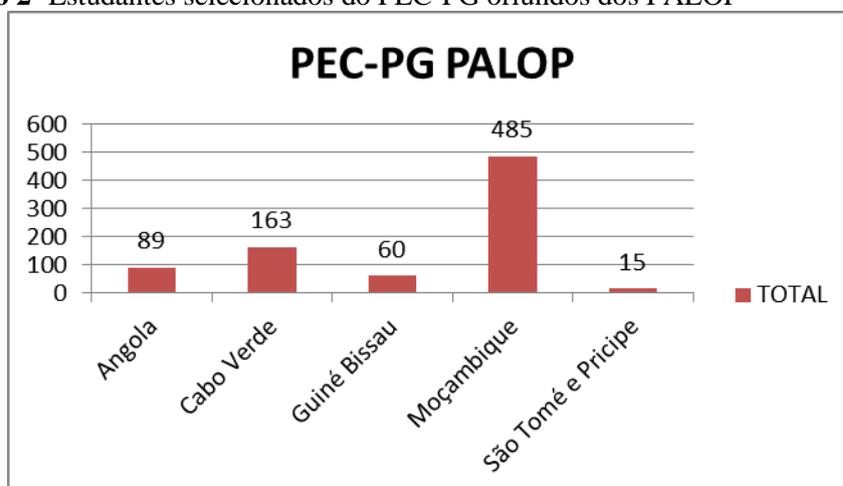
Gráfico 1- Estudantes seleccionados pelo PEC-PG oriundos de África de 2000 a 2019



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da divisão de assuntos educacionais¹²

Dos 5 países que integram os PALOP's (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe), Moçambique lidera o *ranking* dos países que mais tem beneficiado com o apoio do PEC-PG, com 485, seguido de Cabo verde com 163, Angola 89, Guine Bissau 60 e por último São Tomé e Príncipe com 15 estudantes (gráfico 2).

Gráfico 2- Estudantes seleccionados do PEC-PG oriundos dos PALOP



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da divisão de assuntos educacionais¹³

Através de uma pesquisa no portal da CAPES¹⁴, foi possível obter informação sobre pesquisas efetuadas por moçambicanos e brasileiros que gravitam em torno de Moçambique no Brasil. A palavra chave da busca foi *Moçambique*, no sentido de mapear as pesquisas que façam menção ao país. Entre 2000 e 2018 foram defendidas 1131 teses e dissertações¹⁵ em instituições de ensino brasileiras que inclui no seu tópico, “Moçambique”, ou no corpo do texto. Deste número, 377 foram teses nas diversas grandes áreas definidas pela CAPES.¹⁶ Na área de Ciências Humanas foram defendidas 161 teses, de acordo com os dados patentes no quadro 2. Destas teses pode-se ainda verificar que 82 foram escritas por Moçambicanos, e 77 por brasileiros. E algumas destas Teses não contêm no título o termo “Moçambique”, mas em algum momento mencionam no corpo do texto.

Quadro 2 – Teses e Dissertações Defendidas no Brasil sobre Moçambique de 2000 a 2018

Distribuição das Teses e Dissertações Defendidas sobre Moçambique no Brasil	
Designação	Quantidade
Teses na grande Área de Ciências Humanas	161
Teses Sobre Moçambique	377
Dissertações Sobre Moçambique	754
Total de Teses e Dissertações Sobre Moçambique	1131

Fonte: elaborado pela autora

Pode-se destacar 5 Instituições de ensino superior, na qual a maior parte destas teses foram defendidas: no topo encontra-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (23), e em segundo lugar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (18), seguido pela Universidade Estadual de Campinas (16), Universidade de São Paulo (14) e em quinto Universidade estadual do Rio de Janeiro (10) (quadro 3).

Quadro 3- Instituições que ocorreram as teses

Instituição	Total de Teses
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo	23
Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul	18
Universidade Estadual De Campinas	16
Universidade De São Paulo	14

¹² Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 12 dez 2019.

¹³ Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 12 dez 2019.

¹⁴ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!>. Acesso em 10 fev 2020.

¹⁵ Não se inclui o Mestrado Profissional e Profissionalizante.

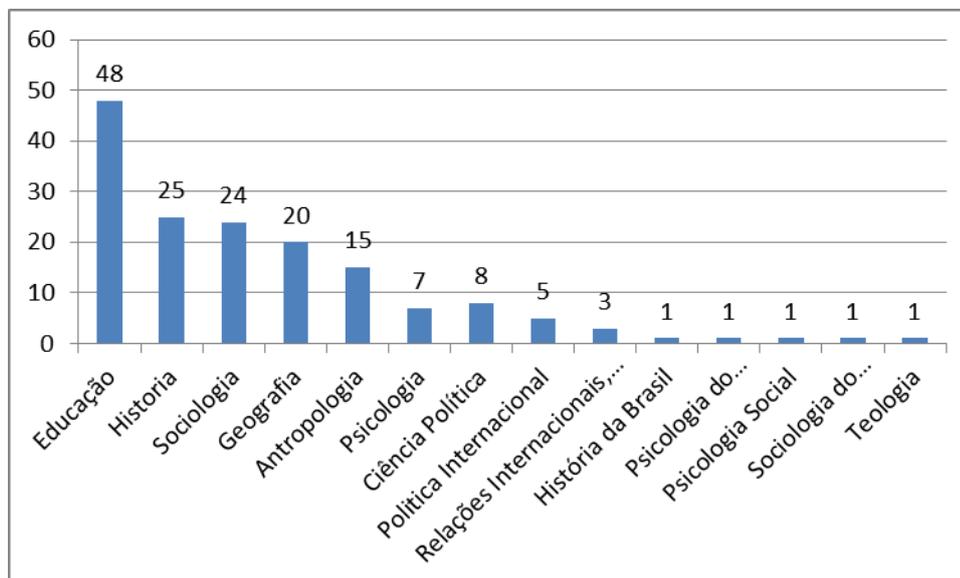
¹⁶ A organização das Áreas do Conhecimento abrange nove grandes áreas nas quais se distribuem as 48 áreas de avaliação da CAPES. As grandes áreas da CAPES são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Multidisciplinar (CAPES, 2019b).

Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	10
Universidade Federal De Goiás	9
Universidade Federal Fluminense	8
Universidade Federal Do Rio De Janeiro	7
Universidade De Brasília	7
Universidade Federal Do Pará	5
Universidade Metodista De Piracicaba	5
Universidade Federal Do Paraná	4
Universidade Federal De Santa Catarina	4
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Rio Claro)	3
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Marília)	3
Universidade Federal Da Bahia	2
Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais	2
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Presidente Prudente)	2
Universidade Federal De Minas Gerais	2
Universidade Federal De Uberlândia	2
Universidade Federal Do Ceará	2
Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro	2
Pontifícia Universidade Católica Do Paraná	1
Universidade Católica De Petrópolis	1
Universidade Católica De Brasília	1
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte	1
Instituto Universitário De Pesquisa Do Rio De Janeiro	1
Universidade Católica De Brasília	1
Universidade Federal De Pernambuco	1
Fundação Getúlio Vargas/RJ	1
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Araraquara)	1
Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho (Assis)	1
Universidade Federal De São Carlos	1
Total	161

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da Capes (2019a)

De acordo com o gráfico 3, a maior parte das teses são defendidas em Ciências humanas. na área de conhecimento de Educação (48), História (25), Sociologia (24). Geografia (20) e Antropologia (15) (quadro 5). De acordo com Lima Júnior (2018), o PEC-PG contribui para a capacitação de recursos humanos, através da formação e de acordo com os inquéritos realizados concluiu que a maior parte destes alunos ocupam lugares de liderança nos seus países de origem.

Gráfico 3- Teses por área de conhecimento



Fonte: elaborado pela autora

Por outro lado, existem alguns aspectos negativos que podem ser apontados a este programa, conforme defende Lima Júnior (2018), existe um grande número de estudantes que após a formação não retorna ao seu país de origem. Este fenômeno de *brain drain*¹⁷ abordado por Lima Junior, remete para várias motivações que levam os estudantes a manter-se no Brasil após concluir a sua formação. Desde melhores oportunidades profissionais que encontram no Brasil, ou ainda por questões pessoais (casamento com brasileira/o é uma delas), ou ainda por dificuldades de se reintegrar no seu país de origem.

De acordo com os dados da pesquisa de Lima Júnior (2018), o desenvolvimento profissional que é facilitado por via do PEC-PG é bastante vantajosa, e maior parte dos inquiridos, 97%, refere que recomendaria sim o programa a um compatriota. Outro dado relevante da pesquisa é o número de mulheres (39,8%), face ao de homens (60,2%) que beneficiou do auxílio da CAPES entre 2007 e 2018. Várias são as razões que podem explicar esta diferença. Normalmente em alguns países os homens têm tendência a estudar mais que as mulheres.

No caso de Moçambique, país com cerca de 27.908.798 de habitantes, verifica-se que a taxa de analfabetismo é de 49,4% nas mulheres, *versus* 27,2% nos homens. Em relação ao ensino superior, 60,9% dos homens concluíram os seus estudos, contra 39,1 % mulheres. Quando se analisa a percentagem da população que tem graduação, Mestrado ou Doutorado, os números ainda são baixos, com exceção da graduação com 82,2%. Neste espectro, os mestres representam

¹⁷ O *brain drain* pode ocorrer de duas formas. A primeira é quando alunos que estudam no exterior, geralmente em um país mais desenvolvido, não retornam para o seu de origem. Outra forma é quando a elite qualificada de um país decide se mudar para o exterior em busca de melhores oportunidades (DASSIN, MARSH e MAWER, 2018 citado por Lima Júnior (2018, p. 128).

7,9%, e Doutorado 1,8%, tendo em conta a população total do país.¹⁸ Verifica-se deste modo que o número de mulheres que não tem ensino superior, ou que é analfabeta é maior em relação ao dos homens. Neste sentido, a situação no ensino superior não será diferente, o que vai influenciar no número de mulheres que beneficia do PEC-PG. Neste sentido, a cooperação educacional com o Brasil pode ser vista como um mecanismo que contribui para o desenvolvimento de quadros superiores qualificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação Brasil-PALOP criou um campo amplo de cooperação em diferentes níveis, onde para efeitos deste artigo destacou-se a cooperação educacional através da formação dos recursos humanos. Este processo de aproximação teve dois momentos altos: 1974/75-1990, quando eram desenhadas as políticas que iriam permitir colocar em prática os modelos de cooperação entre os diversos países, e 2003-2015, período em que a maior parte dos países já haviam passado pelo processo de democratização.

O PEC-PG tem tido um papel imensurável no que tange ao seu contributo de formação de quadros superiores nos PALOP com destaque para Moçambique. De 2000 até os dias de hoje, mesmo em momentos de crise, denota-se que continua a ser dos países de África que mais apoios na área da formação superior têm recebido. O que contribui para a formação de novos cientistas em diversas áreas do saber. A cooperação educacional como veículo de materialização do PEC-PG tem sido uma importante ferramenta da cooperação sul-sul. Transferindo recursos e permitindo que outros estudantes venham ao solo brasileiro melhorar e aperfeiçoar as suas condições.

Em certa medida, as dimensões territoriais e diferenças socioeconômicas dos PALOP podem influenciar no processo de envio de estudantes ao abrigo do PEC-PG. Podendo-se ainda concluir que nem todos os países têm beneficiado desta cooperação, havendo destaque para Moçambique, Angola e Cabo Verde, no que tange ao PEC-PG.

Ao comparar-se o número de estudantes que beneficiaram do auxílio PEC-PG, de 2000 a 2018, e nas áreas de ciências sociais, 86 trabalhos foram defendidos fazendo menção a Moçambique. Não obstante existam beneficiários em outras áreas e que pesquisam outras temáticas. E olhando para o número de estudantes Moçambicanos, contam 116 os que entre 1960 e 2013 obtiveram o título de Mestre em diversas áreas. É notória a diferença e o papel fundamental que a cooperação educacional entre Moçambique e Brasil tem para o

¹⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados Definitivos: censo 2017 IV recenseamento Geral da População e Habitação.** 2019.

desenvolvimento das Ciências Sociais em Moçambique, pois somente desde 2000 o PEC-PG contribuiu para formação de quadros superiores em relação a formação global do País desde os anos 1960 a 2013.

De realçar que das várias áreas de conhecimento das ciências sociais, é na área de educação que muitos estudantes moçambicanos têm tido a sua formação nas diversas instituições de ensino superior brasileira. Dentre outras, as instituições de ensino superior que mais tem recebido estudantes são, pela ordem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual de Campinas.

A cooperação educacional tem sido de extrema importância para os países em via de desenvolvimento, e Moçambique tem beneficiado bastante deste apoio. O fato destes quadros serem formados para contribuírem para o desenvolvimento dos seus países de origem, e no fim da formação estes não retornam, deve ser visto como um problema a qual não se pode ficar alheio. Mesmo sabendo que em alguns casos o próprio sistema não deixa alternativa para estes quadros que optam em não regressar. Importa ainda realçar que esta cooperação pode também ser influenciada pelas facilidades de se tratar de um país de língua oficial portuguesa. Na qual os estudantes dos PALOP não necessitam de aprender o idioma, uma vez que já a possuem em seu país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GERDES, Paulus. **Mil e Tantas teses de doutoramento de moçambicanos ou sobre Moçambique.** 3 edição ed. Maputo. Disponível em: <http://www.etnomatematica.org/BOOKS_Gerdes/1000_doctoral_theses_by_mozambicans_or_about_mozambique.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LIMA JÚNIOR, Antônio Ferreira. O Papel do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação na Cooperação Educacional Brasileira. 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, **Tese de Doutorado**, 2018. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_LimaJuniorAF_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos Da; MBUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 29, n. 76, p. 13–32, 2016. Disponível em: <doi: 10.1590/S0103-49792016000100002>. Acesso em: 12 fev. 2020.

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico sul (1974/75-2015). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 143–167, 2016. Disponível em: <doi: <https://doi.org/10.22456/2448-3923.59492>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DOCUMENTOS E OUTRAS FONTES:

ABC. **Cooperação Técnica: Conceito.** 2020. Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2019a. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CAPES. **Tabela de áreas de conhecimento/Avaliação**. 2019b. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/pt/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

DCE.MRE. **Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação: Histórico**. 2020. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. **Resultados Definitivos: censo 2017 IV recenseamento Geral da População e Habitação**. 2019. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

ITAMARATY. **Cooperação educacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

ABC **Cooperação Técnica: Conceito**. 2020. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito>>. Acesso em: 15 fev. 2020

ITAMARATY. **Cooperação educacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>>.

MCTESP. **Ensino Superior em Moçambique**. 2015. Disponível em: <<http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/ensino-superior-em-mocambique>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

MCTESP. **Instituições públicas do Ensino Superior em Moçambique**. 2019. Disponível em: <<https://www.mctestp.gov.mz/por/Ensino-Superior/Instituicoes-de-ES/Instituicoes-de-ES>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

UEM. **Nota histórica**. 2020. Disponível em: <<https://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/historial>>. Acesso em: 1 fev. 2019.